



**PRÊMIO
UNIFESO DE
INCENTIVO
À PRODUÇÃO
ACADÊMICA**

2025

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – FESO

Antônio Luiz da Silva Laginestra
Presidente

Jorge Farah
Vice-Presidente

Luiz Fernando da Silva
Secretário

Carlos Alberto Oliveira Ramos da Rocha
José Luiz da Rosa Ponte
Paulo Cezar Wiertz Cordeiro
Wilson José Fernando Vianna Pedrosa
Vogais

Luis Eduardo Possidente Tostes
Direção Geral

Michele Mendes Hiath Silva
Direção de Planejamento

Solange Soares Diaz Horta
Direção Administrativa

Fillipe Ponciano Ferreira
Direção Jurídica

CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS – UNIFESO

Verônica Santos Albuquerque
Reitora

Roberta Montello Amaral
Direção de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

Mariana Beatriz Arcuri
Direção Acadêmica de Ciências da Saúde

Vivian Telles Paim
Direção Acadêmica de Ciências e Humanas e Tecnológicas

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
Direção de Educação a Distância

HOSPITAL DAS CLÍNICAS COSTANTINO OTTAVIANO – HCTCO

Rosane Rodrigues Costa
Direção Geral

CENTRO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – CESO

Roberta Franco de Moura Monteiro
Direção

CENTRO CULTURAL FESO PROARTE – CCFP

Edenise da Silva Antas
Direção

Copyright© 2025
Direitos adquiridos para esta edição pela Editora UNIFESO

EDITORA UNIFESO

Comitê Executivo

Roberta Montello Amaral (Presidente)
Jucimar André Secchin (Coordenador de Pesquisa)

Conselho Editorial e Deliberativo

Roberta Montello Amaral
Mariana Beatriz Arcuri
Verônica dos Santos Albuquerque
Vivian Telles Paim

Assistente Editorial

Matheus Moreira Nogueira

Formatação

Matheus Moreira Nogueira

Capa

Gerência de Comunicação

C389 Centro Universitário Serra dos Órgãos.
Prêmio Unifeso de incentivo à produção acadêmica 2025 / Centro
Universitário Serra dos Órgãos. – Teresópolis: Editora UNIFESO, 2025.
103 p. : il. color.

ISBN 978-65-5320-008-1

1. Ensino Superior. 2. Produção Acadêmica. 3. Unifeso. I. Título.

CDD 378.007

EDITORA UNIFESO

Avenida Alberto Torres, nº 111

Alto - Teresópolis - RJ - CEP: 25.964-004

Telefone: (21) 2641-7184

E-mail: editora@unifeso.edu.br

Endereço Eletrônico: <http://www.unifeso.edu.br/editora/index.php>

SUMÁRIO

PREFÁCIO	5
A EDUCAÇÃO EM UM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS A PARTIR DE DIÁLOGOS COM A JUVENTUDE FAVELADA DA MARÉ-RJ.....	6
<i>Rafael Ferreira Diniz Gomes; Giselle Arteiro Nielsen Azevedo</i>	
PICTOGRAMAS: UMA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO MÉDICO-PACIENTE.....	24
<i>Maria Laura Dias Granito Marques; Claudia Cristina Dias Granito Marques</i>	
REPORTING COMPLETENESS OF NUTRITION AND DIET-RELATED RANDOMISED CONTROLLED TRIALS PROTOCOLS: MAJOR LIMITATIONS AND FEATURES RELATED TO NON-ADHERENCE TO SPIRIT AND TIDIER ITEMS.....	34
<i>Flávia Moraes Silva; Amanda Rodrigues Amorim Adegboye; Cintia Curioni; Fabio Gomes; Gary S. Collins; Gilberto Kac; Jonathan Cook; Leila Cheikh Ismail; Matthew J. Page; Neha Khandpur; Sarah Sallie Lamb; Sally Hopewell; Shaima Saleh; Shona Kirtley; Simone Bernardes; Solange Durão; Colby J. Vorland; Júlia Lima; Fernanda Rebelo; Amanda C. Cunha Figueiredo; Jenneffer Rayane Braga Tibaes; Marina Tavares; Jaqueline da Silva Fink; Taciana Maia de Sousa; Mae Chester-Jones; Dongquan Bi; Michael Schlusse</i>	
OS BANCOS NOS BANCOS DA ESCOLA: O SETOR BANCÁRIO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA.....	54
<i>Karine Vichienn Morgan; Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel</i>	
UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE.....	76
<i>Túlio Mello Teixeira; Jacqueline De Cassia Pinheiro Lima</i>	
EXPLORING MATERNAL SOCIO-DEMOGRAPHIC FACTORS SHAPING CHILDREN'S DIETARY PATTERNS IN BRAZIL: RESULTS FROM THE 2019 NATIONAL HEALTH SURVEY.....	91
<i>Flávia dos Santos Barbosa Brito; Emanuela Santos da Costa; Ariane Cristina Thoaldo Romeiro; Debora Martins dos Santos; Alexandre dos Santos Brito; Alessandra Silva Dias de Oliveira; Amanda Rodrigues Amorim Adegboye</i>	

PREFÁCIO

Em 2025, o Unifeso celebra com orgulho a 18ª edição do Prêmio de Produção Acadêmica, uma iniciativa criada em 2008 pelo então Conselho de Administração Superior, à época responsável pelas decisões estratégicas e pela supervisão geral da instituição. Desde então, o prêmio tem sido um potente instrumento de incentivo à pesquisa, consolidando o compromisso do Centro Universitário Serra dos Órgãos com sua missão institucional:

“Promover a educação, a cultura, a ciência, a tecnologia e a inovação, constituindo-se num polo de desenvolvimento regional de modo a contribuir para a construção de uma sociedade justa, solidária e ética.”

Ao longo desses 18 anos, o Unifeso tem reconhecido e valorizado a dedicação de seus autores, que, por meio de artigos publicados em periódicos relevantes, ampliam as fronteiras do conhecimento e reafirmam o papel social da nossa instituição. Este ano não é diferente. A coletânea que ora apresentamos reúne trabalhos diversos em temática e abordagem, mas unidos por um elo comum: o compromisso crítico com as dinâmicas sociais, educacionais e de saúde que impactam a vida em sociedade, sobretudo em contextos de vulnerabilidade.

Iniciamos este percurso com o artigo **“A educação em um contexto de vulnerabilidade social: contribuições teóricas a partir de diálogos com a juventude favelada da Maré-RJ”**, que nos instiga a repensar o papel da escola e das políticas públicas em territórios marcados por desafios profundos, mas também por resistências potentes.

Na sequência, **“Pictogramas: uma estratégia de comunicação médico-paciente”** destaca como a comunicação acessível pode transformar o cuidado em saúde, propondo o uso de pictogramas como ferramenta essencial para superar barreiras que afetam, sobretudo, populações com baixa escolaridade.

O trabalho **“Reporting completeness of nutrition and diet-related randomised controlled trials protocols: major limitations and features related to non-adherence to SPIRIT and TIDIER items”** traz uma valiosa contribuição técnico-científica, ao apontar lacunas metodológicas em ensaios clínicos e sugerir caminhos para aprimorar a qualidade e a reprodutibilidade das pesquisas na área da nutrição.

No campo da educação e da economia política, **“Os bancos nos bancos da escola: o setor bancário na educação pública brasileira”** apresenta uma análise contundente sobre a presença do setor financeiro no ambiente escolar e suas implicações para a formação cidadã.

Já o artigo **“Uma análise da implementação das políticas educacionais a partir do Conselho Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes”** ilumina o papel dos conselhos municipais na mediação das políticas públicas, revelando tensões e avanços que marcam a gestão democrática da educação.

Por fim, **“Exploring maternal socio-demographic factors shaping children’s dietary patterns in Brazil: results from the 2019 National Health Survey”** evidencia como as condições socioeconômicas maternas moldam os hábitos alimentares das crianças brasileiras desde cedo, convidando-nos a refletir sobre políticas que possam reduzir desigualdades desde a infância.

Este conjunto de artigos forma um mosaico interdisciplinar, que costura saberes da educação, da saúde e das políticas públicas, reafirmando a potência do diálogo entre academia e sociedade.

Que esta publicação inspire novas perguntas, novas pesquisas e novas inquietações. Que outros autores e autoras, ao conhecerem estas páginas, sintam-se motivados a submeter seus trabalhos nas próximas edições do nosso prêmio, contribuindo para que o Unifeso siga sendo um espaço pulsante de ciência, compromisso social e transformação.

Boa leitura!

Equipe DPPE

A EDUCAÇÃO EM UM CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS A PARTIR DE DIÁLOGOS COM A JUVENTUDE FAVELADA DA MARÉ-RJ

EDUCATION IN A CONTEXT OF SOCIAL VULNERABILITY: THEORETICAL CONTRIBUTIONS BASED ON DIALOGUES WITH FAVELA YOUTH IN MARÉ-RJ

Rafael Ferreira Diniz Gomes¹; Giselle Arteiro Nielsen Azevedo²

RESUMO

Neste artigo, abordaremos o tema da segregação socioespacial, a concentração da pobreza urbana, os malefícios decorrentes das desigualdades sociais e seus reflexos na educação de jovens moradores de favelas. Para tanto, a partir de uma pesquisa que entrelaça a teoria e a pesquisa de campo, estabeleceremos uma conexão entre os conceitos de Efeito-vizinhança e Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades, com as entrevistas realizadas com jovens moradores do Conjunto de Favelas da Maré, situado no município do Rio de Janeiro. O objetivo principal do estudo é examinar a literatura relacionada aos temas abordados, com base nas reflexões emergentes do cotidiano capturado por meio da pesquisa de campo, a fim de ratificar ou contrapor a abordagem teórica adotada. Como conclusão, fica evidente que as diversas formas de marginalização enfrentadas pelas juventudes em situação de pobreza constituem um desafio social complexo, exigindo a priorização da construção de uma cidadania justa e igualitária.

Palavras-chave: Efeito-vizinhança. Ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades. Conjunto de Favelas da Maré. Sociologia urbana. Juventude.

ABSTRACT

This article explores the issue of socio-spatial segregation, focusing on the concentration of urban poverty and its detrimental effects on the education of young residents in slums. Through a research study combining theory and fieldwork, the concepts of Neighborhood Effect and Assets, Vulnerability and Opportunity Structure, with the dialogues collected in the interviews with young residents of the Favelas da Maré, in Rio de Janeiro. The main objective of this article is to critically analyze the literature on these topics, drawing on insights from the field research, in order to validate or challenge the adopted theoretical framework. The findings underscore the multifaceted nature of the challenges faced by marginalized youth in poverty-stricken contexts, emphasizing the urgent need to prioritize the establishment of a just and egalitarian society.

Keywords: Neighborhood effect. Assets, vulnerability and opportunity structure. Favelas da Maré. Urban sociology. Youth.

1 Doutorado e Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PROARQ-FAU/UFRJ, Prof. Adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO, Bolsista Apoio Técnico-TCT5 FAPERJ, Pesquisador do Grupo Ambiente-Educação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – GAE-PROARQ-FAUFRJ, RJ, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1378-9963>. E-mail: raffa.arq@gmail.com

2 Profa. Associada Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, FAUFRJ, Docente do Corpo Permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PROARQ-FAU/UFRJ. Coordenadora Grupo Ambiente-Educação (GAE) - PROARQ-FAUFRJ; Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar em Estudos da Infância, Adolescência e Juventude – NIAJ UFRJ. Cientista do Nosso Estado FAPERJ e Bolsista de Produtividade 2 CNPq, RJ, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6707-466X>. E-mail: gisellearteiro@fau.ufrj.br

INTRODUÇÃO

No presente artigo, propomos uma discussão acerca da pobreza urbana concentrada e seus efeitos negativos para os jovens em situação de risco social. Tais efeitos tendem a diminuir a percepção das oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo, pois, geralmente para este grupo, a educação não é considerada como um meio de transformação da sua condição social. Em contextos vulneráveis, o êxito com base no estudo ou trabalho é considerado exceção, e não regra, evidenciando as dificuldades em manter as comunidades com base na equidade de direitos sociais, políticos e econômicos.

Quando as cidades reproduzem as desigualdades sociais, elas acarretam uma série de problemas para o cotidiano dos seus cidadãos. A falta, ou ineficiência, de planejamento urbano impede a experimentação da cidade como um lugar de encontros, convívio, moradia, trabalho e lazer. Consequentemente, surgem desafios relacionados ao saneamento urbano, poluição, áreas degradadas, negligência ambiental, transporte público precário e a divisão territorial das classes sociais.

De acordo com Caldeira (1997), os movimentos de segregação socioespacial ocorridos nas grandes cidades latino-americanas ampliaram as rachaduras do tecido urbano, sem disfarces ou sutilezas. Essa lógica de urbanização reduz o uso e a apropriação da cidade como espaço público da pluralidade, pois as pessoas passaram a viver dentro de “caixas”, tais quais julgam caber toda a sua dimensão social.

Para as crianças e jovens, a limitação das experiências urbanas de qualidade promove efeitos mais danosos. Como geralmente as cidades não são planejadas de acordo com as suas necessidades enquanto cidadãos, a instituição escolar se torna o principal local de coletividade e sociabilidade além da esfera da família e vizinhança. No entanto, assim como as cidades, a escola enfrenta uma crise que afeta sua função primordial de educação.

A crise da escola é institucional, econômica, pedagógica, funcional e espacial. O modelo tradicional de sala de aula, com sua estrutura padronizada, é incompatível com o estudante da atualidade. Além dos problemas espaciais, a instituição escolar possui muitas dificuldades de diálogo com a juventude, principalmente oriunda de contextos de vulnerabilidade social. Nessas situações, a atuação da escola tende a se restringir às ações de proteção social contra as desigualdades de contexto e da violência urbana, para evitar que os jovens se envolvam em atividades ilícitas e criminosas (Azevedo, 2019; Burgos, 2014; Saraví, 2008).

A instituição escolar, para essa camada social, é percebida como um depósito de crianças, onde ações moralizantes e de controle são empregadas na tentativa de disseminar conhecimento escolar, sem que esse processo resulte efetivamente em educação de qualidade para os estudantes. As práticas pedagógicas desempenham apenas uma função de cunho assistencialista e compensatório (Moehlecke, 2010).

A relação conturbada entre a escola e a população mais carente no Brasil não é resultado de acontecimentos recentes. Embora a história da educação nacional comprove a existência de algumas experiências de projetos político-pedagógicos voltados para a assistência socioeducativa com base em uma educação plural, tais iniciativas foram afetadas pela característica mais marcante da política nacional — a descontinuidade. Os reflexos dessa inconstância administrativa no setor da educação contribuem para a perpetuação de grande parcela da população em situação de pobreza.

Este artigo entrelaça conceitos provenientes de diversos campos do conhecimento, tais como a Percepção Ambiental, Sociologia Urbana, Geografia, Cartografia Social, Democracia e Cidadania, Educação, Arquitetura e Urbanismo. Por meio do estudo da crise das cidades, dos processos de divisão territorial e os efeitos da concentração da pobreza no agravamento das desigualdades sociais, que avançam sistematicamente nas cidades latino-americanas, foi possível estabelecer uma aproximação com conceitos importantes para a construção da argumentação e do referencial teórico deste artigo: *Efeito-vizinhança* (Wilson, 1987; Jencks e Mayer, 1990; Bourdieu, 1993; Ellen e Turner, 1997; Small e Newman, 2001) e *Ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades* — AVEO (Katzman, 1999).

O principal questionamento levantado foi: de que forma o contexto de origem da juventude pode determinar suas oportunidades educativas no entorno escolar? Ao explorar esta problemática central, apresentaremos uma abordagem mais específica acerca da educação de jovens em contextos de vulnerabilidade social.

Tais temas estão diretamente relacionados com uma pesquisa de campo realizada no Conjunto de Favelas da Maré, um bairro localizado na Zona Norte do Município do Rio de Janeiro, com base no método da cartografia (Deleuze e Guatarri, 1995; Kastrup, 2015). A metodologia utilizada procura investigar os processos de produção da realidade, com um especial interesse na processualidade da própria pesquisa e nos estudos da subjetividade. A partir da construção de narrativas coletivas, com foco nos relatos das experiências compartilhadas pelos jovens participantes da pesquisa, haverá um entrelaçamento das entrevistas conduzidas na pesquisa de campo com a revisão da literatura sobre os conceitos abordados, e sua influência no bem-estar social dos indivíduos.

Um campo de lutas e resistência: o Conjunto de Favelas da Maré

Localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, o bairro da Maré representa hoje o maior conjunto de favelas da cidade, com mais de 140 mil habitantes distribuídos em um território com cerca de 5 quilômetros de extensão. Situado à margem da Baía de Guanabara, o bairro é ladeado por importantes rodovias como a Avenida Brasil, a Linha Amarela e a Linha Vermelha, além de estar posicionado próximo ao Centro, ao lado da Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, do Aeroporto do Galeão e próximo à sede da Fiocruz.

A constituição do território da Maré aconteceu de forma parcial, e sua ocupação ocorreu tanto pela posse das terras locais quanto pela política de remoção de favelas no município do Rio de Janeiro ocorrida na segunda metade do século XX. De acordo com Diniz (2017), é possível observar duas formas de ocupação no território: (1) aquelas que ocorreram através da posse e construção dos moradores, sem apoio do Estado e (2) pela intervenção do poder público com a criação de conjuntos habitacionais.

Referem-se ao primeiro grupo, em ordem cronológica, o Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Conjunto Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Rubens Vaz (1954), Parque União (1961) e a Praia de Ramos (1962). No segundo grupo, Nova Holanda (1962), Conjunto Esperança e Vila do João (1982), Vila dos Pinheiros (1983), Conjunto Pinheiros e Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1989), Nova Maré (1996) e Salsa e Merengue (2000). O mapa a seguir demonstra a composição atual do território da Maré, dado todo o processo de ocupação até hoje (figura 01):

Figura1: Localização do Complexo de Favelas da Maré



Fonte: Gomes, 2020.

A Maré possui características muito diversas devido às diferentes formas de ocupação, períodos históricos, culturas, populações e identidades, bem como sua extensão territorial. Portanto, é impossível generalizar qualquer definição sobre o bairro. No entanto, uma característica que se destaca é a intensa atividade social nos espaços públicos das favelas. Na maioria dos lugares, é comum observar uma grande circulação de pessoas nas ruas, calçadas e vielas. Há uma intensa atividade de comércio e serviços representados por diversas lojas, bares, açougues, tendas, entre outros estabelecimentos.

A forte presença das pessoas nas ruas é o elemento que mais impacta aqueles que vão pela primeira vez a uma favela como a Maré; à noite, enquanto as ruas dos bairros de classe média estão vazias, com seus moradores trancados em suas casas e seus apartamentos repletos de grades a favela está com o comércio aberto, os bares pulsando, cheios de vida (Silva, 2015, p. 52).

Segundo os dados do Censo Populacional da Maré (Redes da Maré, 2019, p. 22), observa-se que o número de habitantes por domicílio no bairro varia de 2,60 a 3,77 habitantes, com uma média geral de 2,91. Esse número equipara-se com a média da cidade do Rio de Janeiro, de 2,92 habitantes por domicílio. É importante considerar que, no caso da Maré, as residências tendem a ser, em média, menores, e há uma presença significativa de “puxadinhos”, o que contribui para uma maior densidade demográfica.

O perfil étnico da região é predominantemente composto por pessoas pretas ou pardas. De acordo com os dados do Censo da Maré, 62,1% dos habitantes se autodeclararam pretos ou pardos, sendo mais especificamente 52,9% pardos, 36,6% brancos e 9,2% pretos. Além disso, outra característica importante da região é a concentração da população nordestina. Aproximadamente 25,8% dos habitantes da Maré são nordestinos, ou seja, um em cada quatro habitantes nasceu no Nordeste. Esses dois perfis (pretos e nordestinos) compõem uma parcela significativa da população das favelas cariocas, e na Maré não é diferente.

O crescimento territorial da Maré foi acompanhado pelo recrudescimento do crime organizado. A dinâmica do tráfico de drogas intensificou as disputas pelo controle de territórios. As pequenas gangues e grupos criminosos, que já dominavam a região desde a década de 1980, expandiram-se e ampliaram seu poder bélico. A partir das disputas pelo domínio dos pontos de venda de drogas e o enfrentamento com a polícia, que pretendia expulsar os traficantes da região, houve uma reorganização dos limites das facções criminosas nas favelas. Atualmente, o bairro é dominado pelo Comando Vermelho, Terceiro Comando e as Milícias³ (Silva, 2015).

A partir dessas disputas territoriais, surgiu uma das áreas mais vulneráveis devido aos confrontos armados, que causam transtornos no cotidiano dos moradores. Esse território está localizado nas proximidades da Baixa do Sapateiro, Nova Maré e o Parque Maré — a fronteira entre as facções. Conhecido pela população local como “Divisa”, esse local representa o eixo simbólico de divisão territorial do bairro, uma representação que tem sido incorporada nos discursos dos próprios moradores, mesmo que eles não pertençam efetivamente a nenhuma das facções.

No setor educacional, hoje a Maré possui 44 escolas públicas distribuídas pelas favelas, desde creches até escolas de ensino médio. No entanto, há uma escassez de oferta de creches públicas e o caso mais crítico é a oferta de escolas de ensino médio — apenas três em todo o bairro — que não absorvem a demanda local.

Para enfrentar tal realidade, ao longo do tempo foram implementadas diversas iniciativas de desenvolvimento territorial. A Maré conta com uma participação significativa de organizações não governamentais (ONGs), coletivos, centros de artes, museus, instituições locais e externas, assim como ações educativas, debates, eventos e festividades que procuram reafirmar a identidade e a cultura local. Esses espaços são frequentados principalmente por jovens, grupo que sofre os impactos mais severos da violência urbana.

Além da descrição das características gerais e específicas das favelas da Maré, embasada pela fundamentação teórica da pesquisa, houve uma experiência empírica, através das visitas exploratórias e entrevistas com alguns jovens moradores do bairro. A abordagem metodológica utilizada foi a **Cartografia**⁴ (Deleuze e Guattari, 1995; Kastrup, 2015). A partir da imersão na Maré, foi possível perceber um campo de pesquisa múltiplo, diverso e imprevisível. Foi preciso recorrer a um método capaz de traduzir as múltiplas realidades e a subjetividades inscritas no território, e a prática da cartografia mostrou-se adequada.

3 As milícias são grupos criminosos formados, em geral, por integrantes do aparato de segurança do Estado, tais como policiais, agentes penitenciários e bombeiros. Como forma de legitimação, os milicianos supostamente oferecem serviços de segurança à população de áreas antes dominadas pelo tráfico, expulsando os traficantes e reprimindo o uso e a venda de drogas (Silva, 2015).

4 A cartografia é um método formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção. De saída, a ideia de desenvolver o método cartográfico para utilização em pesquisas de campo no estudo da subjetividade se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim. A cartografia é sempre um método *ad hoc*. Todavia, sua construção caso a caso não impede que se procurem estabelecer algumas pistas que têm em vista descrever, discutir e, sobretudo, coletivizar a experiência do cartógrafo (Kastrup, 2015, p.32).

Nesta etapa, foi estabelecida uma rede de contatos locais, que desempenhou um papel fundamental no direcionamento dos movimentos em campo e da estrutura metodológica adotada. A participação ativa das pessoas que contribuíram para este trabalho foi primordial para obter uma análise mais contextualizada das favelas. As principais estratégias de investigação empregadas foram: (1) descrever as experiências da fase empírica da pesquisa através de anotações em um diário de campo; (2) realizar entrevistas com os jovens institucionalmente inseridos⁵, residentes do bairro para coletar informações relevantes sobre os temas abordados.

A entrevista foi um dos principais dispositivos utilizados na pesquisa de campo para coletar os relatos acerca do tema da educação em um contexto de vulnerabilidade social. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas e não estruturadas, tanto em formato individual quanto em grupos de discussão. Além dos jovens, também foram entrevistados alguns profissionais ligados às instituições educacionais e culturais na Maré, que forneceram subsídios para a construção das narrativas.

Para garantir a participação de outras pessoas nas atividades de pesquisa, este estudo foi aprovado por um Comitê de Ética, através da Plataforma Brasil⁶. A fim de preservar a identidade dos entrevistados, foram utilizados nomes fictícios nos trechos dos relatos transcritos. Tais trechos serão apresentados ao longo do texto, com o intuito de ratificar ou contrapor a construção teórica proposta, a partir de uma perspectiva espontânea daqueles que estão envolvidos ativamente com a realidade abordada. Portanto, não haverá a separação entre as fases teórica e empírica da pesquisa, uma vez que consideramos que essas etapas se entrelaçam e se complementam mutuamente.

A DIVISÃO TERRITORIAL E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DOS JOVENS POBRES E EXCLUÍDOS

O processo de segregação urbana, ou socioespacial, refere-se à divisão territorial de um conjunto de indivíduos ou grupos sociais, definida pelas condições econômicas, raciais, culturais e históricas, que gera rachaduras no tecido urbano das grandes cidades. Segundo Caldeira (1977), esse processo tem contribuído para a diminuição do contato entre pessoas de diferentes estratos sociais, ao passo que afasta os mais pobres para regiões mais distantes dos centros urbanos e faz com que eles ocupem regiões periféricas de forma desordenada.

Para a juventude, viver em contextos vulneráveis à pobreza reduz suas oportunidades de acesso a uma educação de qualidade, bem como de desfrutar de tempos e espaços adequados para uma sociabilidade coletiva. De acordo com Abramovay *et al.* (1999), a exclusão social tem um peso significativo para os jovens de classes sociais mais pobres, porque eles percebem essa condição e isso se manifesta através do sentimento de estigma, da insatisfação e da dificuldade de projeção do futuro e transformação da sua condição social além do contexto vivenciado.

Ser jovem aqui na Maré é viver o aqui e o agora, pelo que percebo. Eles têm uma vontade muito grande de aproveitar a vida, é uma galera muito intensa, criativa, potente, mas que tem uma dificuldade enorme de projetar o seu futuro. E quando você não acessa outros espaços diferentes do local onde você mora, isso vale pra qualquer pessoa, quando você não tem outras experiências em outros espaços, de não interagir com outras pessoas com olhares diferentes, fica muito difícil de projetar um futuro! Você passa a achar que o que é imediato é o que te serve e, pior, o que basta! (informação verbal, Arthur, professor e ex-morador da Maré, 2020)⁷.

5 Os adolescentes e jovens adultos que participaram das entrevistas possuíam vínculo com alguma instituição local, sejam escolas públicas, museus, coletivos, centros comunitários ou ONGs. A faixa etária dos entrevistados era de 15 a 24 anos, de acordo com a classificação da população jovem do IBGE.

6 A Plataforma Brasil é um sistema eletrônico criado pelo Governo Federal para sistematizar o recebimento dos projetos de pesquisa que envolvam seres humanos nos Comitês de Ética em todo o país. Esta pesquisa tem registro no CAAE sob o número 19720819.1.0000.5257 (<http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>).

7 O recorte das falas apresentadas ao longo do texto são destaques das transcrições das entrevistas realizadas pelos autores, constantes na tese de doutorado intitulada “Um estudo sobre narrativas de jovens moradores da Maré-RJ: oportunidades para os Territórios Educativos”, de autoria de Rafael Ferreira Diniz Gomes (Gomes, 2020).

A concentração homogênea de grupos socialmente vulneráveis acarreta uma série de desvantagens para as pessoas mais pobres. No contexto da educação, de acordo com Suárez e Groisman (2008), é importante considerar a possibilidade de que bairros com alta concentração de pobreza exerçam um efeito negativo nas conquistas educacionais das crianças. Fatores como as características do local de moradia, as condições de habitabilidade, infraestrutura urbana e a segurança pública contribuem para a falta de perspectiva em relação à educação.

De acordo com Saraví (2008), geralmente em contextos homogeneamente pobres, a experiência prática escolar sugere a presença de uma “escola limitada”, ou seja, perde o “espaço” e a “centralidade” na vida dos jovens. As cobranças da escola competem com outras preocupações que eles têm e com frequência ocupam um segundo plano. Segundo Minayo *et. al* (1999), há uma defasagem na relação entre as expectativas dos jovens com o sistema escolar no que diz respeito ao mundo do cotidiano juvenil, que contribui para o isolamento dessas duas instâncias.

Segundo Moehlecke (2010, p. 78), “a escola pública que atende alunos pobres é estruturada nos moldes de uma escola fundamentada nas características de alunos da classe média, inclusive quanto às expectativas da escola sobre a atuação da família”. Confunde-se, assim, o “estudante real” com um “estudante ideal”, ou seja, aquele que tem boas condições de moradia, boa alimentação, um contexto familiar favorável, tempos e espaços propícios para uma experiência educativa eficaz. No entanto, essa não é a realidade de todos os jovens, o que torna a ideia de “estudante ideal” bastante problemática.

Segundo López (2008), é comum presenciar situações em que professores que atuam em escolas públicas se deparam com uma realidade em que não conseguem fazer uso das suas experiências, uma vez que os estudantes que eles tentam educar têm pouca semelhança com o “estudante ideal”, para com o qual saberiam perfeitamente como agir. Retomando Minayo *et. al* (1999), parece que os professores e o sistema escolar só sabem lidar com um tipo de perfil de estudante, que certamente não é de origem pobre.

Conforme as reflexões de Illich (1985, p. 21), mesmo quando frequentam escolas idênticas e iniciam a jornada escolar com a mesma idade, as crianças pobres não têm acesso à maioria das oportunidades educacionais disponíveis para crianças de classe média, como livros, viagens e diversas atividades que complementam o aprendizado escolar. Para o autor, “os pobres necessitam de verbas para poderem aprender, não para se certificarem, pelo tratamento, de suas pretensas deficiências desproporcionais”. Uma moradora da Vila dos Pinheiros diz que:

Ser jovem na Maré é entender o que é opressão desde muito cedo! É conviver com a violência física e simbólica o tempo todo! É você ver pessoas armadas, ter que abaixar na sala de aula pra fugir de bala perdida [...] não dá pra dizer que duas crianças vão crescer da mesma forma, sendo que uma sempre vê Caveirão⁸ nas ruas e a outra nunca viu uma arma de perto... (informação verbal, Helena, moradora da Vila dos Pinheiros, 2020) .

No mesmo contexto, Arroyo (2012) argumenta sobre o direito de crianças e adolescentes a terem uma vivência digna de tempos e espaços em contextos de vulnerabilidade social. As condições de aprendizagem são menores quando os meios materiais de vivência são precários. “As relações humanas, familiares, de cuidado e proteção dos tempos da infância são ameaçadas quando as condições sociais, materiais e espaciais se deterioram” (Arroyo, 2012, p. 34).

Esse quadro se agrava quando as dificuldades enfrentadas pelos estudantes mais pobres são classificadas, pelos gestores públicos e profissionais da educação, como incapacidade, inferioridade e falta de cultura elaborada.

Eu sempre tive sonho de entrar na universidade, que era também o sonho da minha mãe. Então quando consegui entrar eu percebi que permanecer era o problema. As coisas são tão difíceis pra gente que vem de um contexto mais

8 Caveirão é o nome popular do carro blindado usado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) nas operações de segurança pública, que faz incursões geralmente em favelas.

pobre, mais desigual, que a pressão é muito maior do que a gente pode aguentar e eu pensei muitas vezes em desistir. Mas ao mesmo tempo pensava na minha mãe e tinha vergonha de falar pra ela que eu não estava aguentando mais... (informação verbal, Helena, moradora da Vila dos Pinheiros, 2020).

A educação é também uma questão de cidade. Assim como a classe social, o local de moradia dos jovens tende a reforçar o modelo de educação ao qual eles terão acesso. Viver em bairros de baixa renda pode produzir impactos negativos no processo de ensino-aprendizagem, o que consequentemente acarreta a redução do rendimento educacional. No entanto, esses efeitos não são atribuíveis à condição social desses jovens, mas, sim, ao tratamento negligente ao qual são submetidos, geralmente invisíveis enquanto cidadãos.

A reflexão sobre o conceito de cidadania de um adolescente morador da Maré evidencia essa questão.

Eu percebo que tem cidadãos e pessoas que moram na cidade! O cidadão, ele não se sente preso pra ir pra qualquer canto, ele não tem interferência linguística e nem de mobilidade, ele se identifica com aquele local. Agora morar aqui (na Maré) já te restringe de muitas coisas! Você pode perder em educação, em saúde, pode perder o poder de transitar na cidade, e isso até aqui dentro mesmo. Um exemplo, tem muitas pessoas que moram no Pinheiros e não conseguem ir no Parque União porque tem medo do confronto entre as facções, e muitas vezes por isso não estudam [...] essa pra mim é a grande diferença entre ser cidadão e apenas morar na cidade (informação verbal, Caio, morador da Vila dos Pinheiros, 2020).

Milton Santos (2007, p. 143) é contundente: “morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. A pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, superpõe-se à pobreza gerada pelo modelo territorial.” Milhares de pessoas sobrevivem em meio ao caos das grandes cidades, nas quais os instrumentos de planejamento urbano nem sempre são direcionados para atender suas necessidades. Novamente, são os jovens que carregam o peso das desvantagens, acostumando-se a viver com pouca esperança, pois esse é o modelo de vida imposto a eles.

Os moradores da Maré estão sem perspectiva, porque eles terminam o ensino fundamental e quase não tem escola de ensino médio aqui! Um território desse tamanho, tantos adolescentes, e não ter acesso ao ensino médio diz muito sobre qual é o projeto de futuro dos moradores de favela (informação verbal, Letícia, moradora da Baixa do Sapateiro, 2020).

A superação desse modelo segmentador, tanto na educação quanto na estruturação das cidades, é fundamental para garantir igualdade de oportunidades para todas as pessoas. Isso pode ser alcançado por meio da garantia de boa nutrição, acesso a estímulos pedagógicos, condições adequadas de moradia, o direito de ir e vir, além da inserção e permanência qualitativa no sistema educacional. É com base nessas medidas que a construção de uma cidadania digna, justa e igualitária pode se tornar possível.

No entanto, é paradoxal perceber que geralmente há uma ênfase na escolarização em detrimento da educação como forma de combate à pobreza, à degradação e às condições precárias que afetam a juventude, privando-as das condições básicas essenciais para existência humana. A escola, segundo Morigi (2016), é constantemente considerada como o único lugar responsável pela educação das crianças. Isso significa que à escola muitas vezes é atribuída uma missão além de suas possibilidades e responsabilidades, como se ela fosse a solução para todos os problemas do mundo. Cláudio, professor e morador do Morro do Timbau (2020), diz que

[p]ensando sobre o que dizem por aí, que ‘a educação muda, transforma, salva’. Não digam isso! Isso é vago e perigoso, porque você coloca na escola e na figura do professor um peso e um poder quase sobrenaturais! Ou seja, ‘vá pra escola que você vai mudar o mundo, que você vai se tornar alguém melhor!’ Que vida é essa que o aluno carrega? Porque o aluno passa fome em casa, o reflexo se vê na escola! Os pais estão desempregados, o reflexo se vê na escola! Os pais estão separados, o reflexo se vê na escola! Mora de aluguel, e o pai não está conseguindo pagar, o reflexo se vê na escola! E a escola não vai resolver nenhum desses problemas, às vezes até atenua, no

máximo, resolve a questão do lanche, quando tem! Existe uma série de problemas que são extraescolares, mas que as pessoas magnetizam pra dentro da escola... (informação verbal, 2020)

É um equívoco esperar que a escola, por si só, resolva todos os problemas sociais enfrentados por jovens de estratos sociais mais pobres, mas é exatamente isso que a sociedade espera dela. No entanto, como uma instituição social, a escola não está isolada, ou pelo menos não deveria estar. Pelo contrário, ela faz parte de um contexto social e urbano, e é essencial que estabeleça diálogos com outras instituições, compartilhe responsabilidades e se conecte com os bairros, as cidades e os cidadãos, a fim de potencializar ações efetivas no combate às desigualdades sociais.

A atuação da escola no contexto das favelas da Maré deveria ocupar uma posição central! Não se faz uma mudança profunda, uma revolução na sociedade sem educação, mas só ela não basta! Como diria Paulo Freire, a educação transforma as pessoas e são as pessoas que vão transformar a sociedade, o mundo (informação verbal, Arthur, professor e ex-morador da Maré, 2020).

Com base nas falas apresentadas, nota-se que é essencial repensar os espaços urbanos de forma que sua infraestrutura, suas instituições políticas, sociais, educacionais e outras organizações possam garantir o bem-estar social, reduzir as desigualdades e a segregação socioespacial, além de promover uma educação de qualidade para todos os seus habitantes. Uma cidade que promove a segregação de classes sociais não fortalece a cidadania.

A redução dessa dimensão das desigualdades sociais deve ser o motor das políticas públicas, pela via de ações que desatrem o desempenho escolar das desigualdades dos contextos socioeconômicos de origem, construídas nos âmbitos da família, da escola e do bairro nos quais essas crianças e adolescentes são socializados. É preciso lutar contra as desigualdades de origem, que já definem a posição e a trajetória dos indivíduos na sociedade. (Ribeiro e Katzman, 2008, p. 18).

Os efeitos da segregação socioespacial incidem diretamente na construção social da juventude periférica, principalmente porque prejudicam seu desenvolvimento socioeducativo. No entanto, como esses efeitos de fato operam na vida desses indivíduos? Qual a relevância das desigualdades socioespaciais na formação educacional da juventude oriunda de contextos caracterizados pela vulnerabilidade social? Qual o grau de influência do local de moradia na percepção de expectativas desses jovens perante o futuro?

O EFEITO-VIZINHANÇA E SUAS RELAÇÕES COM A PRECARIZAÇÃO DA JUVENTUDE

Pesquisas oriundas da Sociologia Urbana apontam que o ambiente da vizinhança tem poder de influência em uma série de oportunidades individuais, assim como o bem-estar social das famílias e comunidades, com efeitos tanto positivos quanto negativos. O conceito que procura interpretar tais efeitos é chamado de *Efeito-vizinhança*, ou *Neighborhood effects* (Wilson, 1987; Jencks e Mayer, 1990; Ellen e Turner, 1997; Small e Newman, 2001), *Effectus du Lieu* (Bourdieu, 1993) ou *Efecto Vecindario* (Katzman, 1999).

Esse conceito emergiu no final da década de 1980, de acordo com Andrade e Silveira (2013), quando diversas pesquisas buscavam compreender como as vizinhanças influenciavam na formação de redes de sociabilidade ou no acesso a oportunidades por meio de estruturas sociais fundamentais, tais como a renda familiar, o desempenho escolar e a inserção no mercado de trabalho.

Um dos primeiros estudos sobre tema, que serviu como base fundamental para todos os outros que seguiram com essa perspectiva de análise dos efeitos do ambiente de vizinhança, foi o trabalho desenvolvido por

Wilson (1987)⁹, no qual foram analisadas as influências da concentração das pessoas mais pobres nas áreas centrais das grandes cidades norte americanas da década de 1970 e 1980¹⁰.

A hipótese central levantada pela pesquisa é que existem processos relacionados à segmentação social e segregação socioespacial que têm um impacto direto no desenvolvimento das populações em situação de pobreza. De certo modo, a partir de uma visão preconcebida, é difícil acreditar que pessoas que nascem e crescem em regiões pobres tenham muitas oportunidades de alcançar mobilidade social através do trabalho e da educação.

De acordo com Ellen e Turner (1997), algumas pesquisas empíricas confirmam que o ambiente de vizinhança exerce influência na vida das pessoas. No entanto, essas pesquisas concentram seus esforços em identificar as características da vizinhança que exercem maior impacto no bem-estar social das famílias. Além disso, elas buscam refletir como essas descobertas podem ser aplicadas na formulação de políticas públicas que visam combater a pobreza e as desigualdades sociais.

As chances de um jovem morador de uma área homogeneamente pobre entrar para algum grupo criminoso seriam maiores do que para moradores de áreas mais abastadas? Mulheres adolescentes moradoras dos guetos, teriam maiores chances de engravidar na adolescência? Alunos de escolas localizadas em distritos com maior concentração de famílias pobres apresentariam pior desempenho escolar, maiores chances de repetência e de evasão? Enfim, seriam o local de moradia e as características de sua população em parte responsáveis por estas questões? (Sant'Anna e Salata, 2009, p. 6-7).

Alguns resultados dessas pesquisas tendem a ser diversas vezes contraditórios. Por exemplo, de acordo com Ribeiro (2008), a convivência territorial de pessoas com diversas condições econômicas, de heterogeneidade, impulsiona o aprofundamento das desigualdades sociais, pela simples constatação das diferenças de classe. Jencks e Mayer (1990), em sua compilação de estudos sobre ambientes de vizinhança, demonstraram que algumas pesquisas partem do pressuposto de que as pessoas avaliam seu sucesso ou fracasso por meio da comparação com os outros ao seu redor. Segundo os autores, essa relação heterogênea representa um fator de conflito que pode levar as pessoas mais pobres a desenvolverem sentimentos de incompetência, incapacidade e fracasso perante seus pares.

Por outro lado, diferentes perspectivas são abordadas por outros autores. De acordo com Wilson (1987), em regiões onde há concentração de famílias de baixa renda, ou seja, áreas homogêneas em termos socioeconômicos, a reprodução da exclusão social é mais prejudicial do que se essas famílias estivessem em áreas socialmente mistas ou heterogêneas. Segundo o autor, ser pobre em um bairro de renda mista é menos desvantajoso do que ser pobre em um bairro caracterizado pela pobreza. Sant'Anna e Salata (2009) corroboram essa perspectiva ao afirmarem que o isolamento em territórios empobrecidos contribui para a exclusão social dos indivíduos, levando a situações de fragilização frente às oportunidades de trabalho, educação, saúde, moradia e bem-estar.

Kaztman e Filgueira (2006) e Marques (2010) levantam questionamentos sobre a convivência territorial de pessoas em situação de vulnerabilidade social, argumentando que a homogeneidade desses territórios dificulta o acúmulo de capital social, contribui para o endurecimento das estruturas sociais e aprofunda a pobreza e exclusão. Os autores destacam que a falta de diversidade socioeconômica nessas áreas limita as oportunidades

9 *The Truly Disadvantaged: The Inner City, The Underclass, and Public Policy*, William Julius Wilson, 1987. A obra representa o debate sobre raça, pobreza e políticas públicas nos Estados Unidos das décadas de 1970 e 1980. O objetivo é fornecer uma estrutura de análise liberal que permita uma melhor compreensão das causas da intensificação da pobreza da população negra norte-americana.

10 A partir de mudanças significativas do mercado de trabalho, a população negra de classe média migrou para os chamados subúrbios brancos, assim os setores mais empobrecidos permaneceram nas áreas centrais, e essa concentração acabou resultando em baixos indicadores sociais tais como as altas taxas de desemprego, as baixas taxas de escolaridade, alto percentual de evasão escolar e distorções na estrutura familiar.

de interação e troca de recursos, perpetuando assim as desigualdades e os problemas enfrentados pelas comunidades em situação de vulnerabilidade.

De qualquer modo, mensurar o grau de influência dos efeitos de vizinhança nas pessoas é uma tarefa complexa, uma vez que nem todas as pessoas são impactadas da mesma forma ou com a mesma intensidade. De acordo com Ellen e Turner (1997), é importante ressaltar que certas pessoas possuem redes sociais sólidas, estruturas familiares estáveis, fontes de apoio ou outros recursos que se estendem além do bairro em que vivem. Portanto, é plausível considerar que algumas famílias ou indivíduos podem ser mais suscetíveis às influências do ambiente de vizinhança do que outros.

No âmbito das oportunidades educativas, que muitas vezes representam as únicas possibilidades de ascensão social para os jovens, a jornada escolar não faz muito sentido, porque faltam aos mesmos jovens exemplos que demonstrem o contrário do que vivem. Isso está relacionado a uma compreensão mais ampla sobre educação e o tempo que demanda tal empreitada.

De acordo com Jencks e Mayer (1987), crianças que frequentam boas escolas geralmente apresentam melhores níveis de aprendizagem e, conseqüentemente, quando adultas, têm maiores chances de obter melhores posições no mercado de trabalho. Supondo que as oportunidades educativas sejam iguais para toda a população, as crianças pobres tendem a sofrer mais com as influências do ambiente em que vivem.

De tanto você perder chances ou oportunidades de desenvolvimento por não ter algo ou por não poder ter algo, chega uma hora que você entende que, ou você se esforça triplamente, ou nunca vai conseguir ter nada na vida! É como se você tivesse que dar o seu sangue pra conseguir alguma coisa. E aí tem uma hora que teu corpo não existe, só existe um resquício do que é um corpo físico, mental, espiritual, enfim, é muito doido tudo isso [...] e aí com isso eu tenho que abrir mão de algumas coisas, sabe? Do tempo de algum setor da minha vida pra conseguir uma outra coisa, ainda mais na nossa situação aqui e também na condição de mulher preta e favelada (informação verbal, Diana, moradora do Morro do Timbau, 2020)¹¹

Sant'Anna e Salata (2009) realizaram uma investigação importante sobre os efeitos da pobreza territorializada e sua influência nos resultados escolares. Segundo os autores, em determinado momento da vida, os jovens estudantes passam a desconsiderar a educação como uma fonte de recursos capaz de combater sua situação de vulnerabilidade social, o que faz com que o mercado de trabalho ganhe cada vez mais destaque diante de suas expectativas. Assim, o jovem passa a ter que escolher entre continuar a jornada escolar, conciliá-la com o trabalho, dedicar-se exclusivamente ao trabalho ou optar por não estudar nem trabalhar. Maria, uma professora da Nova Holanda argumenta que

[i]nfelizmente, a juventude (na Maré) ainda não entende que a educação vai pra além dos conteúdos da sala de aula, de que ela pode dar acesso a outras possibilidades de pensar sobre si [...]. Se ele (o jovem) precisar priorizar entre o trabalho e a escola, ele vai priorizar o trabalho! Até porque não depende só dele, ele está atrelado a uma família que muitas vezes depende desse jovem. Então, a relação dele com a escola e a universidade está sempre ali como 'algo que eu quero, que eu sei que é necessário, que eu tenho uma consciência que é importante'. Mas, enfim, é uma ideia que na prática muitas vezes não se concretiza (informação verbal, 2020).

A questão em discussão é: como o ambiente de vizinhança de fato afeta a vida dos indivíduos e das famílias e retroalimentam a pobreza e a exclusão? Para fornecerem orientações práticas para políticas públicas, os pesquisadores precisam avaliar os impactos reais do ambiente de vizinhança nesses resultados. Então, de que forma a pobreza

11 O final do relato traz ao debate um tema importante — o racismo. A maioria das entrevistas foi realizada com jovens autodeclarados pretos, e, por este motivo, as questões abordadas refletem suas experiências como corpos estigmatizados pelo racismo estrutural. Portanto, além dos temas mencionados nos relatos destacados, a questão racial ocupa uma posição central no que foi dito e é vivido pelos entrevistados.

produz seus efeitos negativos? Small e Newman (2001), ao abordarem esse tema, observaram que surpreendentemente, poucos estudos tratavam dessa questão seriamente, apesar da iminente demanda por tais resultados.

Com base nos estudos apresentados por Wilson (1987) e Jencks e Mayer (1990), foram identificados alguns dispositivos de reprodução da pobreza, classificados em duas categorias gerais de modelos. A primeira categoria é composta pelos mecanismos de *socialização*, que descrevem como as vizinhanças socializam aqueles que crescem nelas. A segunda categoria é composta pelos mecanismos *instrumentais*, que descrevem como a agência individual é limitada pela condição de vizinhança.

De acordo com os autores, os mecanismos de socialização analisam como os fatores contextuais e interações sociais moldam as oportunidades e expectativas dos indivíduos em situação de pobreza. Portanto, esses mecanismos geralmente causam maior impacto nas crianças e nos adolescentes. Por outro lado, os mecanismos instrumentais isolam as redes de sociabilidade dos indivíduos e, consequentemente, reduzem as oportunidades de acesso ao bem-estar social, além de costumarem causar maiores efeitos nos adultos.

O desafio no combate ao círculo vicioso de reprodução da pobreza consiste na garantia de que crianças, jovens, suas famílias, seus pares e suas comunidades possam obter e acumular recursos que promovam o bem-estar social, permitindo-lhes reverter o quadro de vulnerabilidade em que se encontram. Nesse sentido, o poder público e a sociedade desempenham um papel fundamental na formulação, implementação e avaliação de políticas de assistência social, na criação de recursos e estímulos para que as pessoas possam utilizá-los em prol do seu desenvolvimento integral.

Se os mecanismos de reprodução da pobreza tendem a manter os indivíduos em situações de risco social, a obtenção dos recursos que permitem acessar as oportunidades de melhoria das condições de vida representa uma rota de fuga dessas situações. Esse processo, que visa minimizar os efeitos dos contextos de vulnerabilidade social ou reduzir seu impacto sobre o menor número possível de indivíduos, pode ser compreendido como a dinâmica da *estrutura de oportunidades*.

ATIVOS, VULNERABILIDADE E ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES – AVEO

O estudo sobre o efeito-vizinhança ajuda a compreender os processos de reprodução da pobreza, principalmente em contextos de segregação socioespacial, e suas consequências nos desfechos individuais e coletivos. No entanto, como exposto anteriormente, nem todos os indivíduos e grupos são igualmente afetados pelos efeitos da concentração territorial da pobreza. Isso ocorre porque algumas pessoas possuem redes de sociabilidade sólidas, que promovem relacionamentos positivos, intercâmbio cultural e acesso à informação de qualidade, ou porque possuem recursos que permitem vivenciar experiências diversas além do local de moradia.

Quando essa situação ocorre, os efeitos da vulnerabilidade social gradualmente perdem sua influência na vida das pessoas, mesmo em situações de risco. Em outras palavras, quando um indivíduo ou grupo consegue acessar recursos e redes de sociabilidade que bloqueiam ou minimizam os efeitos da pobreza concentrada e territorializada, nos deparamos com o conceito de *estrutura de oportunidades*.

De acordo com seus estudos sobre o tema, Kaztman (1999) define a estrutura de oportunidades como a capacidade de acessar bens, serviços ou atividades que impactam direta ou indiretamente o bem-estar das famílias, porque facilitam a utilização de recursos próprios ou externos que são úteis para a sua integração na sociedade. Tais recursos, materiais ou imateriais, são denominados “ativos” e, segundo o autor, são estratégias que podem ser utilizadas pelos indivíduos para acessar as oportunidades em determinada circunstância e consequentemente melhorar suas condições de vida.

Para Kaztman e Filgueira (2006), geralmente a obtenção de níveis significativos de bem-estar socialmente aceitáveis geralmente depende do acesso ao mercado de trabalho. Esse acesso amplia as oportunidades de obter melhores condições de educação, saúde e lazer, entre outros aspectos. São esses ativos que compõem as

estruturas de oportunidades. O acesso ou não a esses ativos determina, em certa medida, a vulnerabilidade dos indivíduos em relação à pobreza.

Caroline Moser (1996) relaciona a questão da vulnerabilidade social com o local de moradia e a estrutura de oportunidades. Para a autora, quando os ativos são bem administrados e bem articulados pelos indivíduos e o coletivo, a probabilidade de adaptação às situações de risco é maior, embora essa adaptabilidade não resulte necessariamente em mobilidade ou ascensão social.

Ainda que em determinadas situações possa existir, nas diferentes esferas sociais, o domínio de recursos, eles só se tornam ativos quando permitem o acesso às oportunidades de melhoria das condições de vida frente aos riscos sociais. Por exemplo, no caso de crianças e adolescentes em contextos segregados, a presença da instituição escolar nos bairros pode ser considerada um ativo, ou seja, fonte de capital social. Teoricamente, a escola é um local de desenvolvimento de aprendizagens, habilidades e cidadania. De acordo com Caio, um morador da Vila dos Pinheiros (2020),

[a] escola é importante pra qualquer sociedade, e as escolas da Maré também têm importância, a questão é: que escola é essa? [...] Não adianta estender só o conteúdo escolar na grade e não inserir outras atividades que são tão importantes quanto, como música, esporte, até o lazer também dentro da escola e tudo mais. E sem levar em consideração o seguinte né, de tentar entender como implantar a educação naquele lugar (informação verbal, 2020).

Porém, quando a escola carece de estrutura, de materiais pedagógicos, de bons profissionais, e sofre as influências negativas dos contextos vulneráveis à violência, ela deixa de ser um ativo, pois se torna também vulnerável e não gera expectativas positivas na comunidade.

Tem muitos professores aqui que têm medo do aluno, que acham que qualquer um pode ter envolvimento com o tráfico, ou algum parente envolvido. Então eles têm medo de falar qualquer coisa com os alunos. Se eles querem sair de sala, eles (os professores) deixam, não se importam muito... Isso desanima qualquer um que quer ter um futuro melhor (informação verbal, Diana, moradora do Morro do Timbau, 2020).

Para Moser, então, a questão da vulnerabilidade está relacionada diretamente com o domínio de ativos e sua facilidade de utilização. Ou seja, quanto mais recursos disponíveis entre os indivíduos e as famílias que possam ser convertidos em ativos, melhores serão as oportunidades de bloqueio dos efeitos negativos da pobreza.

Obter capital cultural é fundamental para os jovens, mas no nosso contexto é bem difícil que isso aconteça porque na Maré não tem tantos espaços de cultura e artes para uma população muito extensa. Os poucos espaços nesse sentido que existem não dão conta dessa demanda. E as escolas também não possuem tantos aparatos culturais assim, ficam mais atreladas àqueles conteúdos escolares mesmo, não fazem tanto esse movimento cultural (informação verbal, Maria, professora e moradora da Nova Holanda, 2020).

Kaztman e Filgueira (2006) argumentam que as estruturas de oportunidades podem ser classificadas em dois grandes grupos: os que criam outros ativos, ou os regeneram, e os que facilitam o uso dos recursos disponíveis nas famílias. Um exemplo do primeiro caso é quando o Estado oferece os serviços básicos de educação e saúde gratuita à população. Um exemplo do segundo caso é a garantia de serviços de creche, que liberam recursos humanos da família para que possam ser investidos em outras atividades. Resultados similares são produzidos quando, por exemplo, há a melhoria da infraestrutura urbana, ou da rede de transporte, que incide diretamente na qualidade de vida das pessoas, criando condições favoráveis para o aumento da disponibilidade de tempo para a realização de atividades mais produtivas.

Em termos práticos, os ativos podem ser identificados como capital financeiro, capital físico, capital humano e capital social. Ao relacionar os estudos de Moser (1996) e Busso (2001), podemos concluir que o trabalho representa um ativo, pois é a principal fonte de recursos financeiros, que geralmente permite o acesso a melhores

oportunidades de qualidade de vida. As condições de moradia representam ativos físicos que impactam no bem-estar das famílias, assim como os bens naturais, áreas de lazer e as condições de mobilidade urbana.

O capital humano se torna um ativo quando há uma forte integração nas relações familiares baseada no respeito e segurança. Isso ocorre quando as crianças são incentivadas a buscar níveis mais elevados de educação e quando outros membros da família contribuem com recursos para o lar. O capital social é adquirido por meio das relações sociais e da troca de experiências heterogêneas. Essas interações podem ocorrer nos bairros ou no local de trabalho. Para as crianças, a escola é um lugar propício para estabelecerem contato com outras pessoas além da família. Kaztman e Filgueira (2006) definem como fontes de capital social as famílias, os clubes comunitários, as ruas dos bairros, os centros educativos, os locais de trabalho, os partidos políticos, as associações e instituições de qualquer tipo, os grêmios e sindicatos.

Quando as famílias se distanciam subjetivamente do bairro, ou não estabelecem nenhum vínculo com a vizinhança, seja por medo da violência, pelas péssimas condições de infraestrutura urbana ou pelas “más influências” do entorno, elas diminuem suas chances de obtenção de capital social. Isso acontece porque há um entendimento comum sobre os efeitos negativos associados aos contextos segregados, que têm um impacto direto na percepção das oportunidades locais. Por exemplo, quando a escola não consegue dialogar com a juventude e não consegue impactar positivamente suas vidas, um potencial ativo se torna um passivo.

De maneira geral, para o jovem favelado, estar na escola e na universidade é bem custoso, sobretudo porque são instituições muito quadradas! É chato estar numa escola que não tem nada a ver contigo, que não fala sobre você, não conversa com a sua cultura! A escola fala com as paredes, minha sensação é essa! (informação verbal, Paula, moradora da Nova Holanda, 2020).

O enfoque AVEO ou “Ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades”, em termos mais gerais, explica a vulnerabilidade social como o resultado da desconexão entre os ativos e as oportunidades que emergem nas esferas do mercado, do Estado e da sociedade. Segundo Espeschit (2008), tais esferas contribuem com funções distintas, porém conectadas, para o provimento de oportunidades de bem-estar social: o mercado, como fonte de emprego; o Estado, através da assistência social; a sociedade, através da participação comunitária nas decisões políticas e ações efetivas de cidadania.

Para Kaztman e Filgueira (2006), o mercado de trabalho é a principal esfera para a geração, apropriação e utilização de ativos. Suas dimensões básicas são o emprego, a renda, o consumo e a poupança, e permitem que as pessoas acessem os circuitos sociais e econômicos. O Estado é a fonte mais significativa para o acúmulo de ativos para os estratos populares urbanos porque é provedor de ativos físicos e humanos, além de possuir o dever de garantir educação, saúde pública, habitação, entre outros serviços básicos. No plano da sociedade civil, destacam-se três tipos de estruturas de oportunidades que funcionam como fontes importantes de ativos: as redes políticas, as famílias e as redes de sociabilidade na comunidade.

No entanto, em contextos de segregação socioespacial, a obtenção de capital social é reduzida. Na busca de melhores oportunidades, os indivíduos normalmente precisam sair dos seus bairros até as zonas centrais e/ou mais abastadas da cidade. O fator transporte público, em muitos casos, dificulta o acesso a esses locais por meio da distância/tempo/custo.

Transitar pela cidade é muito complexo para os mais pobres. Uma coisa relativamente simples como o preço da passagem de ônibus te impede muitas vezes de atravessar a cidade, de fazer qualquer coisa em outro lugar. E ainda tem a questão dos policiais que tiram os jovens negros dos ônibus que vão pra Zona Sul, de parar, de revistar, porque eles não têm dinheiro pra ir pra praia, então o que estariam fazendo ali? Mas você nunca vai ver um policial revistando um jovem branco no ônibus, na praia... (informação verbal, Letícia, moradora da Baixa do Sapateiro, 2020).

O *controle ou eficácia normativa*, ou seja, a capacidade da comunidade de controlar seus membros segundo os princípios básicos da convivência em sociedade é diferente no contexto das favelas, onde as regras de convívio social são outras. Em um cenário onde, por exemplo, os membros responsáveis pela família concentram seus esforços em prover o sustento dos lares, e por esse motivo se ausentam das suas funções educativas e protetivas dos jovens, o contato com as pessoas externas aumenta.

Tal abordagem tem relações estreitas com a proposição da Sociologia do desvio de Becker (2008), que busca compreender como a sociedade define e rotula os comportamentos e regras aceitáveis, de acordo com um contexto histórico, cultural e social. Nesse sentido, o comportamento desviante é rotulado como tal quando recebe uma resposta social negativa. O ato em si pode não ser inerentemente desviante, mas é a reação social a ele que o torna assim. Por exemplo, a posse de drogas pode não ser considerada desviante em algumas subculturas, mas a sociedade em geral a rotula assim e responde ao ato com sanções legais.

Certos comportamentos associados a grupos minoritários podem ser rotulados como desviantes com mais frequência do que comportamentos semelhantes associados a grupos privilegiados. A esse respeito, no contexto das favelas, é mais provável a influência dos chamados “grupos de pares”, que vivenciam as mesmas situações, e, conseqüentemente, a probabilidade de estímulos de comportamentos socialmente considerados indesejáveis, tais como a desvalorização da escola, o aumento das taxas de evasão escolar, a antecipação para a vida adulta, através da entrada precoce no mercado de trabalho, ou a adoção de condutas de risco como o envolvimento com as drogas e o crime.

Pra ser jovem na Maré, você precisa ter muita ajuda dos seus pais! Ser um jovem sozinho aqui, se você não tiver ninguém pra te ensinar o caminho certo ou errado, você não vai saber ser jovem. Se você tem a sua família com você, eles te apoiam e te mostram o caminho certo, do estudo, do trabalho. Mas se você é sozinho ou tem amizade com o pessoal do tráfico, ou só joga bola, você vai acabar se juntando àquilo, só faz aquilo e isso não é bom! (informação verbal, Felipe, morador do Morro do Timbau, 2020).

Quando a comunidade não consegue fazer um controle mais efetivo das normas sociais de convivência dos jovens, a escola assume essa função, além de garantir os resultados educacionais. “Quando a comunidade não é capaz de socializar normativamente as crianças, a escola (na sua relação com a comunidade e na sua capacidade de impor disciplina na sala de aula), adquire uma importância muito maior.” (Flores, 2008, p. 175).

As famílias mais pobres estão perdendo cada vez mais as condições de socializar seus membros para que se tornem menos propensos às situações de risco, não por sua vontade, e sim devido às imposições do sistema. Talvez a descrença na eficácia das instituições políticas faça crescer a desconfiança, as frustrações e a falta de perspectiva em um futuro diferente, internalizando nos mais pobres os modelos de vida mais precários. Portanto, tornar os jovens conscientes e mais críticos da posição social que se encontram é base fundamental para que entendam o seu papel na sociedade e sua luta perante as desigualdades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre educação e cidade para o combate às desigualdades sociais é fundamental, principalmente onde os efeitos da segregação socioespacial são mais visíveis. Quando esse processo não ocorre, aumentam significativamente as disparidades educacionais entre estudantes oriundos de classes sociais distintas. Para os mais pobres, os efeitos de uma experiência escolar limitada, ou seja, descentralizada do contexto de vida dos jovens, são prejudiciais ao seu desenvolvimento social. Nesse cenário, a educação de fato não acontece e parece ser incapaz de surtir um impacto transformador, pelo contrário, pode atenuar as diferenças.

As entrevistas realizadas com os jovens moradores das favelas da Maré acerca dos temas abordados no referencial teórico deste artigo corroboram com a ideia geral de que o ambiente de vizinhança influencia as

expectativas referentes à educação. Em um contexto de vulnerabilidade social, não é incomum perceber situações em que os jovens precisam conciliar diariamente o seu processo educacional com diversos problemas urbanos, econômicos, socioculturais e ambientais. As relações estabelecidas nesse cotidiano tendem a limitar as oportunidades de aprendizagem desses estudantes — Efeito-vizinhança.

Nas situações em que não existem muitas perspectivas de um futuro que considera a educação como rota de acesso a melhores condições de vida, não surpreende que muitos jovens optem pela evasão escolar e/ou antecipem a sua inserção no mercado de trabalho. Além disso, de acordo com as narrativas dos entrevistados, as escolas que atuam nas favelas da Maré, de modo geral, não conseguem dialogar com os estudantes, suas expectativas, sua visão de mundo, sua cultura, sua potência e criatividade. Diferentemente das ONGs, dos espaços de cultura, arte, lazer e dos coletivos, que encontraram formas mais eficientes de estreitar esse contato, com ações mais direcionadas e contextualizadas com o mundo da juventude — Estrutura de oportunidades.

No entanto, a escola representa a instituição pública mais presente nas favelas da Maré. Ao todo, são 44 escolas implantadas no bairro, além de outros equipamentos educacionais espalhados pelo território. Todas essas instituições juntas agregam um número significativo de crianças e adolescentes em seu espaço. Ou seja, as escolas possuem as condições fundamentais para desenvolver um projeto educativo na escala territorial, porque o seu poder de alcance é mais abrangente.

Quando elas atuam na região de modo independente, quando se fecham para o território, elas acabam sendo encurraladas pelas situações de violência urbana e pelos impactos das desigualdades sociais. Têm sua estrutura desvalorizada e a vizinhança não reconhece o seu espaço como um lugar de potencialidades. Os jovens, cedo ou tarde, perdem o interesse pela escola e pela jornada escolar. Ou seja, se as escolas assumirem uma posição central no processo de desenvolvimento territorial e socioeducativo, através do diálogo com os parceiros locais e externos, será possível construir as bases para a criação de estruturas de oportunidades para o combate à perpetuação das desigualdades sociais.

Independentemente do local onde as crianças e jovens nascem e vivem, bem como de sua condição social, é preciso assegurar o acesso a uma educação de qualidade, além de garantir que esses jovens tenham condições básicas de sobrevivência e oportunidades de desenvolvimento social. É fundamental proporcionar-lhes o direito à cidade, proteção, condições sociais, materiais e humanas para enfrentar as dificuldades dos contextos de pobreza. Este é um desafio complexo e dinâmico, mas que tem potencial para contribuir com o desenvolvimento de políticas e práticas mais inclusivas e equitativas, visando criar condições favoráveis para o pleno desenvolvimento e participação dos jovens, muitas vezes marginalizados, na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam et al. Gangues, galeras, chegados e rappers. Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- ANDRADE, L. T.; SILVEIRA, L. S. “Efeito-Território: Explorações em torno de um conceito sociológico”. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.* 13 (2), v.13, n. 2, p. 381-402, mai-ago. 2013.
- ARROYO, Miguel. “O direito a tempos-espaços de um justo e digno viver”, in: MOLL, Jaqueline et al. *Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos*. Porto Alegre: Penso, 2012.
- AZEVEDO, G. A. N. “Sobre o habitar da criança no espaço público: desenclausurando a Infância”, in: AZEVEDO, G.A.N. (Org.). *Diálogos entre Arquitetura, Cidade e Infância: territórios educativos em ação*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2019.
- BECKER, Howard S. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008 [1963].
- BOURDIEU, Pierre. *La misère du monde*. Paris: Seuil, 1993.

BURGOS, M. B. (Org.). A escola e o mundo do aluno: uma construção social do aluno e o papel institucional da escola. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

BUSO, Gustavo. “Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para latinoamerica a inicios del siglo xxi”. *Seminario Internacional: las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: CELADE, 2001.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. Mil Platôs. v.1. Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras, 1995.

DINIZ, Edson. A relação escola-família-vizinhança na favela da Maré e o Programa Escolas do Amanhã/Bairro Educador. Tese de Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017.

ELLEN, I. G.; TURNER, M. A. “Does neighborhood matter? Assessing recent evidence”. *Housing Policy Debate*, v. 8, n. 4, p. 833-866, 1997.

ESPESCHIT, Ester Rodrigues. Estrutura de oportunidades e Ativos: *a redução da Vulnerabilidade Social em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família*. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2008.

FLORES, Carolina. “Consequências da Segregação Residencial: teoria e métodos”, in: CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: UNICAMP/NEPO, 2006.

_____. “Segregação residencial e resultados educacionais na cidade de Santiago no Chile”, in: RIBEIRO, L. C. Q; KAZTMAN, R (Org.). *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades sociais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, FAPERJ; Montevidéu: IPPES, 2008.

GOMES, R.F.D. Um estudo sobre narrativas de jovens moradores da Maré-RJ: oportunidades para os Territórios Educativos. Tese de Doutorado em Arquitetura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2020.

ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

JENKS, C.; MAYER, S. “The consequences of growing up in a poor neighborhood”. In: LYNN, L.; MCGEARY, M. G. H. (ed.). *Inner-City poverty in the United States*. Washington D.C., National Academy Press, 1990.

KASTRUP, V. “O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo”, in: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 32-51.

KAZTMAN, R. Activos y estructuras de oportunidades: estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Santiago de Chile, 1999.

KAZTMAN, Rubén; FILGUEIRA, Fernando. “Las normas como bien público y como bien privado: reflexiones en las fronteras del enfoque AVEO”. *Serie Documentos de Trabajo del Ipes – Colección Aportes Conceptuales*. Montevideo: Universidad Católica del Uruguay, n. 4, 2006.

LÓPEZ, Néstor. A escola e o bairro. Reflexões sobre o caráter territorial dos processos educacionais nas cidades, in: RIBEIRO, L. C. Q; KAZTMAN, R (Org.). *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades sociais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, FAPERJ; Montevidéu: IPPES, 2008.

MARQUES, Eduardo. Redes sociais, segregação e pobreza. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Fala galera. Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MOEHLECKE, Simone. “Por uma cultura de educação em direitos humanos”, in: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, J. Q. (Orgs.). *Impactos da violência na escola: um diálogo com professores*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação / Editora FIOCRUZ, 2010. p. 15-40.

MORIGI, Valter. *Cidades educadoras: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia*. Porto Alegre: Sulina, 2016.

MOSER, C. “Confronting crisis: a comparative study of household responses to poverty and vulnerability in four poor urban communities”. *Environmentally Sustainable Development Studies and Monograph Series n. 8*, World Bank, Washington, DC. 1996.

REDES DA MARÉ. *Censo Populacional da Maré*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019.

RIBEIRO, Luiz César de Queiróz. “Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito de lugar a partir de um enclave urbano”. *VeraCidade*, Salvador, v. 3, n. 3, p. 1-21, Maio. 2008.

SANT’ANNA, M. J. G.; SALATA, A.R. “Espaço urbano e desigualdade social: efeito vizinhança e oportunidades educacionais”. *Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*, 2009.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SARAVÍ, Gonzalo. “Segregação urbana, sociabilidade e escola na Cidade do México: a coexistência de mundos isolados”, in: RIBEIRO, L. C. Q; KAZTMAN, R (Org.). *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades sociais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, FAPERJ; Montevideu: IPPES, 2008.

SILVA, Eliana Sousa. *Testemunhos da Maré*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

SMALL, M. L.; NEWMAN, Katherine. “Urban poverty after the truly disadvantaged: The Rediscovery of the Family, the Neighbourhood, and Culture”. *Annu. Rev. Sociol.* 2001. 27:23-45.

SUÁREZ, A. L.; GROISMAN, F. “Segregação residencial e conquistas educacionais na Argentina”, in: RIBEIRO, L. C. Q; KAZTMAN, R (Org.). *A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades sociais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital, FAPERJ; Montevideu: IPPES, 2008.

WILSON, W. J. *The truly disadvantaged: The inner city, the underclass, and public policy*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

PICTOGRAMAS: UMA ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO MÉDICO-PACIENTE

Maria Laura Dias Granito Marques¹; Claudia Cristina Dias Granito Marques²

RESUMO

Contextualização do problema: A compreensibilidade de informações médicas deve ser aprimorada em um meio populacional com baixo letramento funcional em saúde, ampliando o significado de informação e provendo ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) a melhora da sua qualidade de vida, a partir da difusão do conhecimento. Como estratégia facilitadora à aquiescência dos cuidados em saúde, boas opções são os recursos gráficos denominados Pictogramas, definidos como instrumentos de comunicação que representam, de forma simplificada, uma ideia, objeto, ação ou conceito específico, composto por elementos visuais simples e facilmente reconhecíveis, permitindo transmitir informações de forma rápida e universal. **Objetivo do trabalho:** Analisar o uso de pictogramas como uma ferramenta de comunicação entre médicos e pacientes na Atenção Primária de Saúde (APS), visando melhorar a compreensão das orientações médicas e promoção de um atendimento mais humanizado, acessível e inclusivo. **Atividades desenvolvidas:** Revisão Integrativa da Literatura (RIL) do tipo descritiva e qualitativa, por busca direta nas plataformas digitais, onde foram levantados e selecionados artigos no período de 2019 a 2024. **Resultados alcançados:** Um dos pilares essenciais da prática clínica é a relação médico-paciente, sendo essencial o desenvolvimento de um vínculo que compreenda aspectos técnicos, humanos e éticos capaz de oferecer um atendimento holístico, centrado no indivíduo. Para tal, o treinamento de habilidades de comunicação, reconhecido como uma competência essencial, deve ser aprimorado. A visualização clara das informações médicas através de pictogramas capacita os pacientes a participarem ativamente do seu processo saúde-doença e fortalece a relação médico-paciente, promovendo um cuidado personalizado e eficiente. Faz-se necessário um esforço contínuo para aprimorar essas ferramentas, garantindo que atendam às necessidades emergentes dos pacientes e se integrem de maneira eficiente aos sistemas de saúde, objetivando maximizar o impacto positivo desses recursos na prática clínica, promovendo um atendimento inclusivo e qualificado.

Palavras-chave: Letramento em Saúde; Relação Médico-Paciente; Diversidade; Inclusão e Acessibilidade.

1 Estudante de Medicina - Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO.

2 Doutora Educação Superior - Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO.

1. INTRODUÇÃO

A Relação Médico Paciente (RMP) é definida pelo encontro de dois indivíduos, marcado por um processo de saúde-doença, em que o primeiro oferece um serviço em prol do bem-estar biopsicossocial do outro, intermediado pela comunicação entre pares ou por um terceiro, caso haja alguma barreira na comunicação. (Campos, 2021).

A comunicação entre médico e paciente deve acontecer de forma natural, por isso as Habilidades de Comunicação (HC) convergem para o contexto da Atenção Primária de Saúde (APS), pois esta é a porta de entrada dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), em que o indivíduo é acolhido e traz todas suas demandas de saúde. Na Unidade Básica de Saúde (UBS) há o primeiro contato entre o médico, o paciente e a equipe multidisciplinar, portanto, a compreensão e clareza das informações transmitidas e prescrições realizadas influenciam diretamente na adesão ao tratamento por parte dos pacientes (Campos, 2021).

No Brasil, mais de 10 milhões de pessoas com mais de 15 anos de idade são analfabetas. Tal fato revela o baixo nível educacional da população, retratando uma realidade que vai além do acesso à escrita, envolvendo também a aquisição de outras habilidades intelectuais (Braga; Mazzeu, 2017).

Nesse contexto, o letramento é resultante do processo de aprendizagem da leitura e escrita. O letramento funcional abrange habilidades que permitem ao indivíduo se desenvolver em atividades específicas e na vida cotidiana (Passamai; Sampaio, 2012).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) identifica o letramento funcional como um dos determinantes sociais da saúde, com proeminência na qualidade de vida da população por ser considerado fundamental no processo do autocuidado. Desta forma, permite ao indivíduo o empoderamento e a consciência em relação a escolhas saudáveis e positivas relacionadas a sua vida, de acordo com o conceito de promoção em saúde definido na Carta de Ottawa (1986), no que tange a capacitação da comunidade para atuar na melhoria da qualidade de vida, possibilitando o controle das pessoas e da comunidade sobre o processo saúde-doença e bem-estar (Martins; Sampaio, 2022).

Tal situação não se restringe à escolaridade do indivíduo, haja vista o nível de instrução formal, pois nem sempre há clareza nas orientações médicas em relação à doença e ao cuidado (Passamai; Sampaio, 2012). Desta forma, destaca-se barreiras relacionadas em relação a comunicação médico-paciente que comprometem a compreensão para o tratamento efetivo e qualificado do paciente, considerando que a adesão do paciente é um dos pilares da atenção à saúde (Granito; Marques, 2021; Neto et al., 2019).

A compreensibilidade de informações médicas devem ser aprimoradas em um meio populacional com baixo letramento funcional em saúde, ampliando o significado de informação e provendo ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) a melhoria da sua qualidade de vida, a partir da difusão do conhecimento (Feitosa, 2022).

Há necessidade de informações em saúde confiáveis e acessíveis, adaptadas às particularidades e circunstâncias de cada um, explorando e caracterizando o princípio de integralidade do SUS, relacionado à condição integral, e não parcial, de compreensão do ser humano e suas necessidades (Martins; Sampaio, 2022).

Como estratégia facilitadora à aquiescência dos cuidados em saúde, boas opções são os recursos gráficos denominados Pictogramas, definidos como instrumentos de comunicação que representam, de forma simplificada, uma ideia, objeto, ação ou conceito específico. É composto por elementos visuais simples e facilmente reconhecíveis, permitindo transmitir informações de forma rápida e universal. Estes podem abranger uma ampla variedade de tópicos de saúde, como instruções de uso de medicamentos, indicações de dosagem, avisos de perigo, precauções de segurança, cuidados de higiene, orientações de primeiros socorros e muito mais, sendo projetados para serem facilmente reconhecidos e compreendidos por diferentes públicos, incluindo pacientes, profissionais de saúde e pessoas leigas (Granito; Marques, 2021).

Tal método, quando implementado corretamente, é benéfico ao usuário, ao profissional/equipe e sistema de saúde, sendo particularmente úteis para pessoas com deficiência visual e/ou baixo letramento funcional, visto que oferecem uma forma alternativa de comunicação que é mais facilmente compreendida por essas populações. Além disso, também podem ser úteis para crianças e idosos, que podem enfrentar desafios na leitura de informações escritas. Trata-se, portanto, de uma estratégia que ajuda a superar barreiras linguísticas, reforça a memorização, promove a inclusão cultural e pode ser adaptada para atender às necessidades em constante evolução da área de saúde. Tudo isso sob uma perspectiva que respeite e incentive a diversidade, igualdade, inclusão e acessibilidade. Além disso, a compreensão clara das instruções de tratamento é essencial para a adesão do paciente. Pictogramas podem ajudar a transmitir as informações de forma concisa e visualmente atraente, o que pode aumentar a probabilidade de que os pacientes sigam corretamente as orientações de medicação, dieta, exercícios, cuidados pós-operatórios, entre outros aspectos do tratamento (Neto et al., 2019; Feitosa, 2022).

1.1 Justificativa

O uso de pictogramas na comunicação médico-paciente em um contexto de crescente complexidade na assistência à saúde são representações visuais que facilitam a compreensão de informações médicas, especialmente para pacientes com diferentes níveis de escolaridade e habilidades linguísticas e comunicativas. A literatura demonstra que a comunicação visual pode melhorar a adesão ao tratamento, reduzir erros de medicação e promover uma melhor compreensão das orientações médicas.

Em um cenário onde a saúde pública enfrenta desafios como a alfabetização em saúde, os pictogramas se apresentam como uma estratégia inclusiva e eficaz. Este trabalho visa analisar a utilização dos pictogramas como ferramenta de comunicação médico-paciente, contribuindo para o fortalecimento da relação entre ambos, além de promover a autonomia e empoderamento do indivíduo em suas decisões de saúde, bem como um atendimento mais humanizado e eficaz.

Os pictogramas transmitem informações sobre medicamentos de maneira compreensível, facilitando o entendimento do paciente. Em uma análise comparativa, é notável que uma receita médica tradicional, frequentemente repleta de termos técnicos, pode ser menos eficaz na comunicação das instruções necessárias para o tratamento adequado. Por outro lado, a inclusão de pictogramas pode aumentar significativamente a clareza e a retenção das informações pelos pacientes (Feitosa, 2020).

O estudo se justifica na compreensão de que uma comunicação eficaz é fundamental para o sucesso das intervenções médicas e para o empoderamento dos pacientes no autocuidado. A Resolução RDC nº 67 da Anvisa (2007) reforça essa ideia ao estabelecer que a legibilidade das receitas médicas deve ser avaliada, prevenindo possíveis erros de interpretação que podem comprometer a saúde dos pacientes. Portanto, a adoção de pictogramas não apenas alinha-se com as diretrizes regulamentares, mas pode representar um avanço significativo na prática médica, melhorando a interação entre profissionais de saúde e pacientes, bem como, promover uma abordagem inclusiva e compreensível na administração de cuidados de saúde.

1.2 Objetivo

Analisar o uso de pictogramas como uma ferramenta de comunicação entre médicos e pacientes na Atenção Primária de Saúde (APS), visando melhorar a compreensão das orientações médicas e promoção de um atendimento mais humanizado, acessível e inclusivo.

2. METODOLOGIA

O presente estudo foi desenvolvido por meio da abordagem metodológica qualitativa, de caráter descritivo explicativo, por meio da Revisão Integrativa da Literatura (RIL) por busca direta nas plataformas digitais como: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), no Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), na Biblioteca Eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed, um recurso de livre acesso que é desenvolvido e mantido pela NCBI, na NLM (*U.S. National Library of Medicine*), localizado na *National Institutes of Health* (NIH) e na Scopus – Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), onde foram levantados e selecionados artigos a partir dos descritores: “Letramento em Saúde; Relação Médico-Paciente; Diversidade, Igualdade, Inclusão e Acessibilidade.

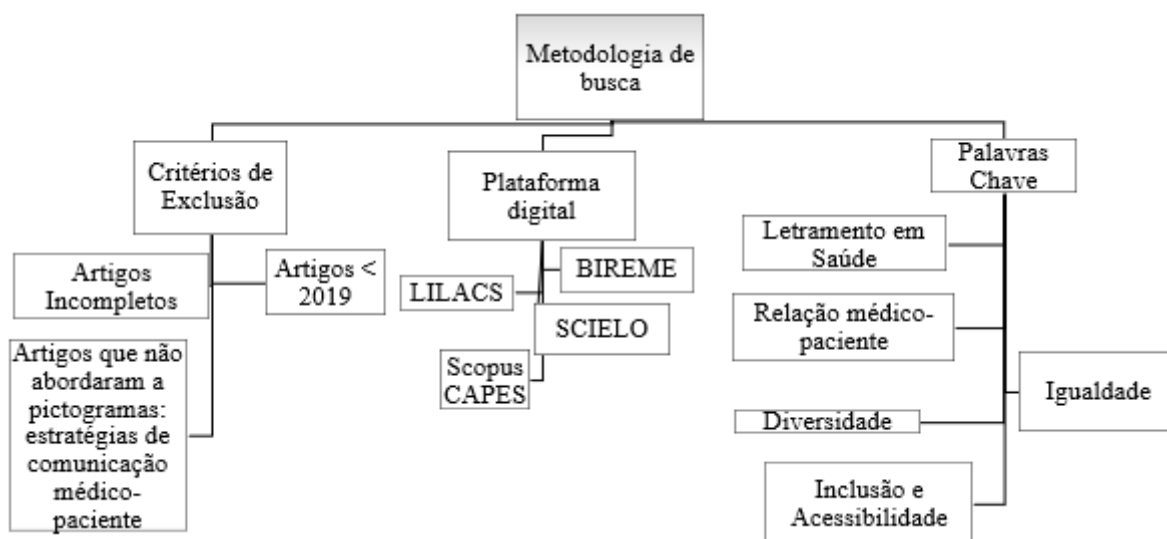
As conduções para a elaboração da revisão integrativa da literatura foram definidas por 6 etapas:

1. elaboração de pesquisa norteadora;
2. critérios de inclusão e exclusão;
3. busca de informações nas plataformas específicas;
4. coleta de dados;
5. avaliação dos estudos aptos a revisão;
6. apresentação da revisão.

Adotou-se como critérios de inclusão: artigos completos, publicados no período de 2019 a 2024, publicados nos idiomas português e espanhol. Para mais, o período escolhido foi devido a inovações no campo de pesquisa referente a pictogramas: uma estratégia de comunicação médico-paciente. Contudo, artigos incompletos e os que não envolviam o tema definido foram excluídos.

Desta forma, foi estabelecido um fluxograma como forma de estratégia de coleta de informações com a finalidade de detalhar as evidências fundamentais para o desenvolvimento do trabalho.

Fluxograma 1 – Estratégia de Busca. Teresópolis-RJ, Brasil, 2024.



Fonte: Elaborado pela autora.

Para a seleção das fontes, foi utilizada a estratégia PICO, conforme o quadro abaixo:

Tabela 1 – Apresentação da Metodologia PICO. Teresópolis – RJ, Brasil. 2024.

P	População	Pacientes com baixa literacia em saúde; Pacientes com barreiras linguísticas; Pacientes idosos; Pacientes com deficiências cognitivas ou de aprendizagem; Pacientes pediátricos.
I	Interesse/ Intervenção	Prescrições médicas.
C	Comparação/ Contexto	Comunicação médico-paciente (comunicação verbal, texto escrito, materiais visuais não pictográficos, multimídia).
O	Desfecho/ Outcome	Compreensão das instruções médicas; Adesão ao tratamento.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na seleção de artigos, empregou-se os tipos de estudo revisão sistemática com metanálise e pesquisas de campo. Foram obtidos 26 artigos, dentre os quais 11 foram incluídos nesta revisão, uma vez que atendiam ao objetivo da pesquisa, com a finalidade de analisar o uso de pictogramas como ferramenta de comunicação entre médicos e pacientes na Atenção Primária de Saúde (APS) para melhorar a compreensão das orientações médicas e promoção de um atendimento mais humanizado, acessível e inclusivo.

Foram excluídos os artigos não pertinentes ao tema após triagem do título e do resumo e, em seguida, triagem do texto completo e exclusão dos textos repetidos.

Segundo Sousa, Oliveira e Alves (2021), a pesquisa bibliográfica tem como finalidade o aprimoramento do conhecimento por meio de uma investigação científica, sendo um levantamento ou revisão de trabalhos publicados, sobre a teoria e que orienta o pesquisador que irá analisar os trabalhos sobre o assunto.

A seleção de um método qualitativo é baseada nas características específicas que ele possui, o que permite apresentar uma visão aproximada da realidade que está sendo estudada. Köche (2009) define a pesquisa bibliográfica como “indispensável a qualquer tipo de pesquisa”, pois nela o pesquisador explora e analisa as principais teorias e contribuições existentes sobre o tema.

3. RESULTADOS

Tabela 2 - Distribuição dos artigos selecionados sobre pictogramas como uma ferramenta de comunicação entre médicos e paciente. Teresópolis, RJ, Brasil. 2024 .

TÍTULO	AUTOR/ANO	REVISTA/BASE DE DADOS	OBJETIVO DA PESQUISA
Os impactos da comunicação inadequada na relação médico-paciente	Defante, et al., 2024	Revista Brasileira de Educação Médica Scielo	Avaliar os impactos da comunicação inadequada na relação médico-paciente.
Uso de pictogramas como estratégia farmacêutica para orientação aos pacientes	Tenório et al., 2024	Revista Eletrônica Acesso Saúde	Elucidar sobre o uso de pictogramas na saúde e a facilitação da comunicação com o paciente no âmbito farmacêutico.
Pictogramas para o uso racional de medicamentos (URM): interpretações da população e descrições de inteligências artificiais.	Neto et al., 2023	Sistemoteca - sistema de bibliotecas UFCG	Verificar a interpretação dos pictogramas por usuários e avaliar a potencialidade de aprimoramento deste recurso utilizando Inteligência Artificial (IA).
Disparidades na comunicação e aconselhamento entre paciente e médico residente: um estudo qualitativo exploratório multi-perspectivo.	Merchant et al., 2023	PLoS One PubMed	Explorar os potenciais vieses e disparidades na comunicação paciente-residente, que podem influenciar a qualidade do atendimento do paciente.

Humanização da prescrição médica: uso de pictogramas na prescrição médica como forma de combater a má adesão terapêutica	Jurdi et al., 2023	Congresso Brasileiro de Ciências e Saberes Multidisciplinares	Relatar a experiência de produção de tecnologia de informação e comunicação em saúde, em forma de oficina, visando informar e orientar sobre a utilização dos pictogramas nas prescrições médicas.
Comunicação em saúde e promoção da saúde: contribuições e desafios, sob o olhar dos profissionais da Estratégia Saúde da Família.	Pimentel et al., 2022	Physis: Revista de Saúde Coletiva Scielo	Enfatiza a necessidade das HC não apenas para o médico, mas para toda a equipe da atenção primária. Voltadas para o paciente mas também entre os membros da equipe.
Receita pictográfica: estratégia facilitadora da adesão ao tratamento farmacológico aplicado na unidade de pronto atendimento.	Granito et al., 2021	Revista da Jopic	Conhecer o uso de pictogramas na área da saúde e seus pontos positivos e negativos.
Pictogramas: estratégias para auxílio aos idosos no uso correto dos medicamentos	Rocha et al., 2021	Brazilian Journal of Development	Investigar a eficácia do uso de pictografias e atividades lúdicas na compreensão e facilitação do uso de fármacos para o idoso.
Implementação de pictogramas para melhoria na adesão terapêutica em pacientes com baixo grau de escolaridade: um projeto de intervenção na atenção básica	Gregório et al., 2021	Brazilian Journal of Development	Permitir maior compreensão da prescrição terapêutica em pacientes com baixo grau de escolaridade, buscando consequentemente uma maior autonomia e melhor adesão terapêutica.
Relação médico-paciente na Atenção Primária em Saúde.	De Oliveira et al., 2020	Research, Society and Development Scopus	Analisar a relação médico-paciente na atenção primária de saúde.
Impacto do Treinamento de Habilidades de Comunicação e do Registro Médico na Prática do Método Clínico de Atendimento Integral à Pessoa.	Moura et al., 2019	Revista Brasileira de Educação Médica Scielo	Avaliar o impacto do treinamento de habilidades de comunicação na prática do método clínico de atendimento integral à pessoa, com ou sem o uso de registro específico para o atendimento.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

4. DISCUSSÃO

4.1 Comunicação, relação médico-paciente e promoção em saúde na humanização do atendimento

A enunciação é realizada através do diálogo gradual, no qual experiências influenciam significados. A linguagem, moldada pelo contexto social e experiências individuais, facilita o entendimento mútuo e exerce poder no processo comunicativo, valorizando socialmente o sujeito. A dissimilaridade entre profissionais de saúde e indivíduos assistidos pode criar uma comunicação vertical, gerando distanciamento e a comunicação eficaz melhora a qualidade do atendimento ao permitir uma troca adequada de informações. (Defante, et al., 2024).

A relação médico-paciente é fundamental para a prática clínica e se baseia no conceito de vínculo, abrangendo aspectos técnicos, humanos e éticos. A abordagem centrada na pessoa foca na saúde e nas experiências dos pacientes, considerando suas necessidades e valores e compreendendo-os como um todo, resultando em maior satisfação, redução de ansiedade e medo e melhor adesão ao tratamento. Tal construção requer compreensão, confiança e empatia, elementos essenciais para uma comunicação clara e colaborativa que beneficia a saúde do paciente. A qualidade do atendimento muitas vezes não corresponde à percepção dos pacientes, sugerindo a necessidade de maior humanização e empatia na prática médica. (De Oliveira et al., 2020)

A comunicação entre médico e paciente deve perpetuar um olhar holístico, considerando o paciente em sua totalidade e contexto. O treinamento de habilidades de comunicação, reconhecido como uma competência essencial desde a década de 1990, tem sido aprimorado nas escolas médicas por meio de diversas estratégias, incluindo modelos de registro que combinam aspectos biomédicos e centrados na pessoa e favorecem a prática clínica. (Moura et al., 2019)

Desenvolver competências comunicativas auxilia na construção de relacionamentos terapêuticos, troca de informações relevantes e decisões pertinentes no plano de cuidados. Habilidades interpessoais, como a capacidade de escutar e oferecer suporte emocional, são fundamentais para estabelecer uma relação de confiança e respeito, mas, para além disto, políticas e treinamentos que aprimorem o contato e resultados dos usuários do sistema de saúde são imprescindíveis para melhorar a qualidade do atendimento e os resultados dos pacientes. (Merchant et al., 2023)

4.2 Os pictogramas no cuidado e adesão terapêutica na Atenção à Saúde

Em meio à complexidade dos cuidados e à resolutividade desejável na Atenção Primária à Saúde (APS), a proposta de acolhimento do SUS destaca a importância da comunicação entre trabalhadores e usuários para criar serviços resolutivos e promover a autonomia. A educação em saúde complementa essa abordagem ao desenvolver a consciência crítica e facilitar a tomada de decisão. Com a comunicação eficaz, há ascensão da qualidade de vida individual e comunitária, superando problemas emocionais e mentais e promovendo autonomia e autocuidado. (Pimentel et al., 2022)

O letramento é o resultado do aprendizado de leitura e escrita, e, no Brasil, muitos indivíduos, especialmente os mais carentes, possuem apenas um letramento funcional, limitado a ações específicas. Na prática clínica, a compreensão da farmacoterapia é crucial para a adesão ao tratamento e para evitar erros na administração de medicamentos. Estudos indicam que fatores como baixa condição financeira, baixo nível de escolaridade, esquecimento dos medicamentos e falta de conhecimento sobre a doença e o regime terapêutico são principais determinantes para a não adesão ao tratamento medicamentoso. (Jurdi et al., 2023)

A segurança no uso de medicamentos depende da qualidade da assistência prestada ao paciente, que inclui fornecer informações claras sobre a patologia, os medicamentos prescritos, seus efeitos esperados e adversos, e a importância do cumprimento da prescrição médica, principalmente no contexto da atenção primária à saúde (APS), porta de entrada dos usuários do Sistema Único de Saúde. A capacidade do paciente de compreender e processar essas informações é essencial para tomar decisões informadas e praticar o autocuidado adequado. (Gregório et al., 2021)

Falhas na comunicação, como linguagem complexa, informações desorganizadas e caligrafia ilegível, podem levar a uma adesão inadequada ao tratamento. E nesse contexto que pictogramas evidenciam uma inovação significativa na comunicação em saúde, proporcionando um diálogo capaz de superar barreiras tradicionais de linguagem e alfabetização e tornar a informação universalmente acessível. (Rocha et al., 2021)

Pictogramas são representações gráficas de ideias, palavras ou conceitos. Seu uso pode facilitar a compreensão de instruções médicas e aumentar a adesão aos tratamentos prescritos, especialmente nos locais em que o letramento funcional em saúde varia. Ao integrar tal estratégia na prática clínica, é evidente a promoção de uma saúde mais acessível, inclusiva e eficaz (Tenório et al., 2024)

A visualização clara das informações médicas através de pictogramas capacita os pacientes a participarem ativamente do seu processo saúde-doença e fortalece a relação médico-paciente, promovendo um cuidado mais personalizado, eficiente e holístico. (Granito et al., 2021)

A eficácia dos pictogramas depende de sua clareza e simplicidade, devendo representar uma única ideia de forma inequívoca. Eles devem atender a características cognitivas como familiaridade, concretude e simplicidade para garantir que a mensagem seja facilmente compreendida. As dificuldades na interpretação de alguns pictogramas, destaca uma demanda de aprimoramento, sendo necessário que a integração em sistemas de saúde explore novas tecnologias e metodologias para aperfeiçoar sua configuração e aplicação, adaptando-os às necessidades emergentes, para maximizar seu impacto na prática. (Neto et al., 2023)

5. CONCLUSÃO

A análise do uso de pictogramas como uma ferramenta de comunicação entre médicos e pacientes na Atenção Primária de Saúde (APS), visando melhorar a compreensão das orientações médicas e promoção de um atendimento mais humanizado, acessível e inclusivo, evidenciou que a interação efetiva entre médicos e pacientes deve ser moldada a fim de melhorar a qualidade do atendimento e garantir uma troca adequada de informações. Na APS, a linguagem é influenciada pelo contexto social e pelas vivências individuais, sendo necessário facilitar o entendimento mútuo e mitigar o distanciamento social gerado por uma comunicação vertical.

Um dos pilares essenciais da prática clínica é a relação médico-paciente para o desenvolvimento de um vínculo que compreenda aspectos técnicos, humanos e éticos capaz de oferecer um atendimento holístico, centrado no indivíduo. Para tal, o treinamento de habilidades de comunicação, reconhecido como uma competência essencial, deve ser aprimorado.

Para os pacientes com baixo letramento funcional, portadores de deficiências, idosos e crianças acompanhados por seus responsáveis legais, os pictogramas servem como uma ferramenta a fim de atender às suas necessidades, pois tornam acessível entendimento das orientações em saúde, promovendo a participação mais ativa desses grupos no curso do tratamento.

A clareza visual oferecida é capaz de simplificar a compreensão das instruções médicas, culminando na maior adesão aos tratamentos prescritos. No entanto, a eficácia desses recursos visuais depende de sua clareza e simplicidade. Faz-se necessário um esforço contínuo para aprimorar essas ferramentas, garantindo que atendam às necessidades emergentes dos pacientes e se integrem de maneira eficiente aos sistemas de saúde, objetivando maximizar o impacto positivo desses recursos na prática clínica, ao promover um atendimento inclusivo.

A comunicação é uma ponte que une pessoas. Os pictogramas em saúde funcionam como uma forma universal de transmitir informações complexas na saúde, facilitando a compreensão entre médicos e pacientes, promovendo uma interação humana, clara e acessível, imprescindível na Atenção Primária em Saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. O analfabetismo no Brasil: lições da história. *Revista Online de Política e Gestão Educacional*, v. 21, n. 1, p. 24-46, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 67, de 08 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de outubro de 2007. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rdc0067_08_10_2007.html

CAMPOS C F C, FÍGARO R. A Relação Médico-Paciente vista sob o Olhar da Comunicação e Trabalho. *Rev Bras Med Fam Comunidade*. 2021;16(43):2352. [https://doi.org/10.5712/rbmfc16\(43\)2352](https://doi.org/10.5712/rbmfc16(43)2352).

COSTA, Camila Klocker (org.). O papel de um artefato informacional para usuários de medicamentos durante orientação farmacêutica em farmácias comunitárias. In: SPINILLO, Carla G.; TROTTA, Tatiana de. *Dessign da Informação em Saúde: estudos e reflexões*. Curitiba: Brioi, p. 49-82, 2019. Disponível em: http://labdsi.ufpr.br/portal/wp-content/themes/labdsi/arquivos/Livro_DI_Saude_Digital.pdf. Acesso em: 17 de julho de 2024.

DEFANTE, Maria Luiza Rodrigues; MONTEIRO, Sarah Oliveira Nunes; SILVA, Caio de Oliveira da; SANTOS, Letícia Ronchi dos; LEONARDO, Rozileia Silva. Os impactos da comunicação inadequada na relação médico-paciente. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 48, n. 1, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v48.1-2023-0146>.

FEITOSA, L. T. O que eles falam e o que nós entendemos: pictogramas de informação médica, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69949>. Acesso em: [14 de julho de 2024].

FIOCRUZ, Invivo. Como se deu o desenvolvimento da escrita? 2015. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2015/08/como-se-deu-o-desenvolvimento-da-escrita>. Acesso em: 10 de julho de 2024.

GRANITO, Claudia Cristina Dias; ABREU, Alice Damasceno; OLIVEIRA, Eduardo Felipe Barbosa de; VASCONCELOS, Érica Luci; BRAGA, Mariana Salgueiro; REIS, Sara Pinheiro; MARQUES, Maria Laura Dias Granito. Receita pictográfica: estratégia facilitadora da adesão ao tratamento farmacológico aplicado na unidade de pronto atendimento. *Revista da JOPIC*, v. 7, n. 11, 2021. ISSN 2525-7293.

GREGÓRIO, Walter West; SANTOS NETO, Fernando Presídio dos; MUNIZ, Ana Cláudia West Gregório. G. Implementação de pictogramas para melhoria na adesão terapêutica em pacientes com baixo grau de escolaridade: um projeto de intervenção na atenção básica / Implementation of pictograms to improve therapeutic adherence in patients with low educational level: an intervention project in primary care. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 66404–66413, 2021. DOI: 10.34117/10.34117/bjdv7n7-085. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/32417>.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de Metodologia Científica. Petrópolis: Vozes, 2009.

JURDI, Mariah Mangeon Do Amaral; SILVA Lara Thoany Alves De Oliveira; Silva Maria Clara Borges; NOGUEIRA Érica De Toledo; TEIXEIRA Clarice Carneiro; ROCHA Livia Marques; ARANTES José Roberto. Humanização da prescrição médica: uso de pictogramas na prescrição médica como forma de combater a má adesão terapêutica. Congresso Brasileiro de Ciências e Saberes Multidisciplinares, [S. l.], n. 2, 2023. Disponível em: <https://conferenciasunifoa.emnuvens.com.br/tc/article/view/938>.

MARTINS, A. M. E.; SAMPAIO, H. A. História do letramento em saúde: uma revisão narrativa. 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/php/unicientifica/article>. Acesso em: [14 de julho de 2024].

MENDONÇA, L. K.; RAMOS, R. B. T. Análise de planos de comunicação em bibliotecas como subsídios à construção do plano de comunicação integrada da biblioteca da casa da juventude pe. burnier, em Goiânia, goiás.. *BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 32, n. 2, p. 30-49, 2018. DOI: 10.14295/biblos.v32i2.7678.

MERCADANTE, Antonio Alfredo. História é vida: as sociedades antes da escrita, antigas e medievais. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

MERCHANT, A. A. H.; SHAIKH, N. Q.; AFZAL, N.; NOORALI, A. A.; ABDUL RAHIM, K.; AHMAD, R.; AHMER, A.; KHAN, A. A.; BAKHSHI, S. K.; MAHMOOD, S. B. Z.; LAKHDIR, M. P. A.; KHAN, M. R.; TARIQ, M.; HAIDER, A. H. Disparidades na comunicação e aconselhamento entre paciente e médico residente: um estudo qualitativo exploratório multiperspectivo. *PLoS One*, v. 18, n. 10, p. e0288549, 23 out. 2023. DOI: 10.1371/journal.pone.0288549.

MOREIRA, Maria de Fátima; NÓBREGA, Maria Miriam Lima da; SILVA, Maria Iracema Tabosa da. COMUNICAÇÃO ESCRITA: contribuição para a elaboração de material educativo em saúde. *Rev Bras Enferm.*, Brasília, v. 2, n. 56, p. 184-188, abr. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/cmSgrLLkvm9SK-t5XYHZBD6R/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2024.

MOURA, Josemar Almeida; MOURA, Eliane Perlatto; FARIA, Augusto Delbone de; SOARES, Taciana Figueiredo; FARIA, Rosa Malena Delbone de. Impacto do Treinamento de Habilidades de Comunicação e do Registro Médico na Prática do Método Clínico de Atendimento Integral à Pessoa. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 43, n. 1, jan./mar. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n1RB20170099>.

NETO, J. A. C.; COSTA, L. A.; ESTEVA NIN, G. M.; BIGNOTO, T. C.; VIEIRA, C. I. R.; PINTO, F. A. R. et al. Letramento funcional em saúde nos portadores de doenças cardiovasculares crônicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 3, p. 1121-1132, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.02212017>.

OLIVEIRA, Micaelle Alexandre de; NORONHA, Giovanna Rebeka Mateus; LIMA, Rômulo de Moraes; SILVA,

Naryelly Stelyte Gomes da; VERAS, Maria Clara Lustosa. Relação médico-paciente na Atenção Primária em Saúde. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 11, e2359119576, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i11.9576>.

OLIVEIRA, Y. C. A. et al. Comunicação entre profissionais de saúde-pessoas surdas: revisão integrativa. *Rev. Enf. Recife*, n. 9, supl 2, p. 957-64, fev., 2020.

PASSAMAI, M. P.; SAMPAIO, H. A. Letramento funcional em saúde: reflexões e conceitos sobre seu impacto na interação entre usuários, profissionais e sistema de saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 16, n. 41, 2012.

PIMENTEL, Viviane Rangel de Muros; SOUSA, Maria Fátima de; MENDONÇA, Ana Valéria Machado. Comunicação em saúde e promoção da saúde: contribuições e desafios, sob o olhar dos profissionais da Estratégia Saúde da Família. *Physis*, v. 32, n. 3, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320316>.

ROCHA, Gabriela Correia; PIRES, Magna Célia Pereira Cabral.; TEIXEIRA, Heurisongley Sousa Pictogramas: estratégias para auxílio aos idosos no uso correto dos medicamentos / Pictograms: strategies to help the elderly in the correct use of medicines. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 12074–12078, 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n12-714. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/42037>.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>. Acesso em: [14 de julho de 2024].

SOUZA NETO, Júlio José de. Pictogramas para o uso racional de medicamentos (URM): interpretações da população e descrições de inteligências artificiais. 2023. 60 fl. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Bacharelado em Farmácia, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2023. <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/33552>

SOUZA, Yanne Viana; GOMES, Rebeca Soares; SÁ, Brunna Victória dos Santos; REBELLO DE MATTOS, Roberta Machado Pimentel; PIMENTEL, Déborah Mônica Machado. Percepção de pacientes sobre sua relação com médicos. *Revista Bioética*, v. 28, n. 2, p. [páginas], abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-80422020282395>.

TENÓRIO L. C.; ARAÚJO P. M.; QUEIROZ V. C. C. DE; SANDIM D. DE B.; MARTINS W. M.; ARAÚJO J. B.; PINHEIRO P. DE N. Q.; DIAS E. G. R.; QUEIROZ A. N.; AMADOR E. O. Uso de pictogramas como estratégia farmacêutica para orientação aos pacientes. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 24, n. 4, p. e15607, 30 abr. 2023.

REPORTING COMPLETENESS OF NUTRITION AND DIET-RELATED RANDOMISED CONTROLLED TRIALS PROTOCOLS: MAJOR LIMITATIONS AND FEATURES RELATED TO NON-ADHERENCE TO SPIRIT AND TIDIER ITEMS

Flávia Moraes Silva¹; Amanda Rodrigues Amorim Adegboye^{2,3}; Cintia Curioni⁴; Fabio Gomes⁵; Gary S. Collins⁶; Gilberto Kac⁷; Jonathan Cook⁸; Leila Cheikh Ismail⁹; Matthew J. Page¹⁰; Neha Khandpur¹¹; Sarah Sallie Lamb¹²; Sally Hopewell⁸; Shaima Saleh⁹; Shona Kirtley⁶; Simone Bernardes¹; Solange Durão¹³; Colby J. Vorland¹⁴; Júlia Lima¹⁵; Fernanda Rebelo¹⁶; Amanda C. Cunha Figueiredo^{7,17}; Jenneffer Rayane Braga Tibaes¹⁸; Marina Tavares⁴; Jaqueline da Silva Fink¹⁹; Taciana Maia de Sousa⁴; Mae Chester-Jones⁶; Dongquan Bi⁶; Michael Schlusse⁶

CORRESPONDING AUTHOR:

Michael Schlusse. The EQUATOR Network. Centre for Statistics in Medicine. NDORMS - University of Oxford. Botnar Research Centre, Old Road, OX3 7LD. Oxford, United Kingdom. Email: michael.schlusse@csm.ox.ac.uk or michael.schlusse@ndorms.ox.ac.uk

website: <http://www.ndorms.ox.ac.uk/team/michael-maia-schlusse>

phone: +44 01865 737916

- 1 Nutrition Department and Graduate Program of Nutrition Science, Federal University of Health Science of Porto Alegre, Brazil.
- 2 Research Centre for Healthcare & Communities, Coventry University, Coventry, UK.
- 3 Centre for Agroecology, Water and Resilience (CAWR), Coventry University, UK.
- 4 Department of Nutrition in Public Health, State University of Rio de Janeiro, Brazil.
- 5 Pan-American Health Organisation, World Health Organisation, Washington DC, USA.
- 6 UK EQUATOR Centre, Centre for Statistics in Medicine, Nuffield Department of Orthopaedics, Rheumatology and Musculoskeletal Sciences, University of Oxford, UK.
- 7 Nutritional Epidemiology Observatory, Department of Social and Applied Nutrition, Institute of Nutrition Josué de Castro, Federal University of Rio de Janeiro, Brazil.
- 8 Oxford Clinical Trials Research Unit, Centre for Statistics in Medicine, Nuffield Department of Orthopaedics, Rheumatology and Musculoskeletal Sciences, University of Oxford, Oxford, UK.
- 9 Department of Clinical Nutrition and Dietetics, College of Health Sciences, University of Sharjah, P. O. Box 27272 Sharjah, United Arab Emirates. Nuffield Department of Women's & Reproductive Health, University of Oxford, Oxford, UK.
- 10 Methods in Evidence Synthesis Unit, School of Public Health and Preventive Medicine, Monash University, Melbourne, Australia.
- 11 Division of Human Nutrition and Health, Washington University, Department of Nutrition, University of São Paulo (Brazil); Department of Nutrition, Harvard T.H. Chan School of Public Health (USA).
- 12 College of Medicine and Health, University of Exeter, Exeter, UK.
- 13 Health Systems Research Unit, South African Medical Research Council, South Africa.
- 14 Department of Epidemiology and Biostatistics. Indiana University School of Public Health-Bloomington, USA.
- 15 Oracle Life Sciences, São Paulo, Brazil.
- 16 Clinical Research Unit, National Institute of Women, Children and Adolescents Health Fernandes Figueira (IFF), Oswaldo Cruz Foundation (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, Brazil.
- 17 Health Science Center, Serra dos Órgãos University Center, Rio de Janeiro, Brazil.
- 18 Department of Agricultural, Food and Nutritional Science, University of Alberta, Canada.
- 19 Independent researcher.

ABSTRACT

Background and Aims: There is a need to consolidate reporting guidance for nutrition randomized controlled trial (RCT) protocols. The reporting completeness in nutrition RCT protocols and study characteristics associated with adherence to SPIRIT and TIDieR reporting guidelines are unknown. We, therefore, assessed reporting completeness and its potential predictors in a random sample of published diet and nutrition-related RCT protocols. **Methods:** We conducted a meta-research study of 200 nutrition and diet-related RCT protocols published in 2019 and 2021 (aiming to consider a period before and after the start of COVID pandemic). Data extraction included bibliometric information, general study characteristics, compliance with 122 questions corresponding to items and subitems in the SPIRIT and TIDieR checklists combined, and mention to these reporting guidelines in the publications. We calculated the proportion of protocols reporting each item and the frequency of items reported for each protocol. We investigated associations between selected publication aspects and reporting completeness using linear regression analysis. **Results:** The majority of protocols included adults and elderly as their study population ($n=73$; 36.5%), supplementation as intervention ($n=96$; 48.0%), placebo as comparator ($n=89$; 44.5%), and evaluated clinical status as the outcome ($n=80$; 40.0%). Most protocols described a parallel RCT ($n=188$; 94%) with a superiority framework ($n=141$; 70.5%). Overall reporting completeness was 52.0% (SD=10.8%). Adherence to SPIRIT items ranged from 0% ($n=0$) (data collection methods) to 98.5% ($n=197$) (eligibility criteria). Adherence to TIDieR items ranged from 5.5% ($n=11$) (materials used in the intervention) to 98.5% ($n=197$) (description of the intervention). The multivariable regression analysis suggests that a higher number of authors [$\beta=0.53$ (95%CI: 0.28-0.78)], most recent published protocols [$\beta=3.19$ (95%CI: 0.24-6.14)], request of reporting guideline checklist during the submission process by the journal [$\beta=6.50$ (95%CI: 2.56-10.43)] and mention of SPIRIT by the authors [$\beta=5.15$ (95%CI: 2.44-7.86)] are related to higher reporting completeness scores. **Conclusions:** Reporting completeness in a random sample of 200 diet or nutrition-related RCT protocols was low. Number of authors, year of publication, self-reported adherence to SPIRIT, and journals' endorsement of reporting guidelines seem to be positively associated with reporting completeness in nutrition and diet-related RCT protocols.

Keywords: protocols, randomized clinical trials, intervention, nutrition, reporting guidelines.

INTRODUCTION

Evidence from randomised controlled trials (RCTs) is essential to inform clinical practice, and RCT protocols are necessary to ensure the consistency of trial processes (1,2). Making protocols publicly available prospectively is good research practice since it reduces selective or misreporting of results, increases transparency, and promotes ethical compliance (3). However, publication of RCT protocols as research articles is not widely adopted (4).

Making detailed RCT protocols available is beneficial to all stakeholders, including researchers, ethics review boards, funders, journal editors, and patients (8), as these documents describe the planned research process, methods, and analysis intentions in a comprehensive manner. Although protocols should adequately address key trial elements, they often lack information on important concepts relating to study design and dissemination plans (5-7). The SPIRIT 2013 Statement (Standard Protocol Items: Recommendations for Interventional Trials) was developed to improve the reporting completeness of RCT protocols (2). The TIDieR (Template for Intervention Description and Replication) (9) is an extension of the SPIRIT and CONSORT (Consolidated Standards of Reporting Trials) Statements (10) that includes 12 items to improve the reporting completeness, and consequently the replicability, of the intervention being evaluated. These reporting guidelines address long-standing issues with the completeness and transparency of RCT protocols by providing a standardised structure to describe trial plans, conduct, data analysis, and summary of results, thus enabling assessment of risk of bias, reproducibility of methods, and interpretation and application of findings.

The reporting completeness of RCT protocols improved after the publication of the SPIRIT statement; as demonstrated by a study of 300 RCT protocols, half of them from the period immediately before SPIRIT (2012) was published and the other half from 2019–2020. Despite that, the study reports that after 6 years, fewer than two-thirds of all items are fully reported, and that none of the 150 protocols published in 2019 reported all items. The factors associated with higher reporting completeness of RCT protocols were author expertise or experience in epidemiology or statistics, multicentre trials, longer protocol word length, and journal endorsement of the SPIRIT statement (11).

Understanding the characteristics of trial protocols associated with non-adherence to SPIRIT items and how reporting standards may be improved is an area of active research interest (12). As far as we know, these aspects have not been explored in nutrition and diet-related RCT protocols. This is important because nutrition research should aim to provide a trustworthy evidence base for public health policies, advances in clinical practice and, ultimately, improvements in patients' lives, and a key element of rigour and trustworthiness is having available and accessible research records that include all necessary details to allow methods to be evaluated and results to be interpreted and contextualised accordingly (13,14). We, therefore, aimed to identify the main reporting limitations in a random sample of published protocols of nutrition and diet-related RCTs and explore the protocol features related to reporting completeness.

METHODS

Study design and search strategy

This was a meta-research study in a random sample of 200 nutrition and diet-related RCT protocols published in scientific journals indexed in six searchable medical databases (PubMed, Embase, CINAHL, Web of Science, PsycINFO, and the Global Health Database). This study corresponds to the second phase of a research programme aiming to map the contemporary landscape of nutrition and diet-related interventions research and provide evidence on the current main reporting limitations in this area to consolidate reporting guidance for

studies of nutritional interventions (SPIRIT-Nut, CONSORT-Nut, and PRISMA-Nut) (15, 16). To achieve that, first we identified all protocols of nutrition and diet-related RCTs published from 2012 to 2022, with details of the search results and selection process described elsewhere (17).

In brief, publications were identified using a literature search strategy built by the lead author (FMS) and a professional health sciences information specialist (SK) combining the search strategy developed by Durão et al. to identify nutrition and diet-related trials (18) and a modified version of the search strategy developed by Madden et al. to identify RCT protocols (19).

The detailed search strategy for each database is also available in the **Supplementary Box 1**.

Protocol identification and selection

Here, we describe the methods and results of the second phase of our research programme, focused on identifying the main current reporting limitations in nutrition RCT protocols, and the potential impact of the COVID-19 pandemic (20) on their methods. Using the references identified in the first phase of our research programme ($n = 1,068$), we selected a random sample of 200 publications, half of which published in 2019 and half in 2021 (all included protocols from 2021 had at least one revised version submitted after the start of the pandemic). Given that no formal hypothesis test or effect size was pre-specified, the rationale for sample size determination was based on the capacity of the research team to conduct the reporting completeness assessment in a timely manner. To simplify the reporting completeness assessment, only protocols describing RCTs investigating a single nutrition and diet-related intervention were included (i.e., a nutritional or diet-related intervention delivered on its own, rather than in combination with any other intervention such as exercise or drug). No restrictions on the type of comparator were made.

We considered five broad categories of intervention as proposed by Naude et al (21): a) diets, dietary components, or dietary patterns; b) formulated, fortified, or enriched foods; c) dietary products, including dietary supplements; d) nutrients and bioactive non-nutrient components naturally present in foods (e.g., cinnamon); and e) nutritional education, promotion, counselling, or programmes. The protocol selection was done in a way that the proportion of each type of nutrition and diet-related intervention studied was purposefully similar to that identified amongst all eligible protocols published from 2012 to 2022 (19). To achieve that, we grouped all eligible protocols published in 2019 ($n=156$) and 2022 ($n=155$) according to the interventions investigated. We then selected the publications based on random lists created with an online random number generator (22), picking the corresponding eligible protocol within each intervention category and year of publication, in chronological order (from the most recent to the oldest, based on the publication date), until we reached 100 publications with the intended proportion of nutrition and diet-related intervention types for each year.

Data extraction and management

The data extraction was performed in Redcap® (23) using a standardised data extraction form (DEF) that included questions about specific publication characteristics, such as number of authors, publication year, journal, protocol registration (and, where relevant, platform of registration), funding statement, and conflict of interests disclosure. Funding sources were categorised as related or not related to industry. Journals were classified according to the scientific research field as Nutrition, Medical, or Methodological. This classification was determined based on the journals' names, being those with nutrition or diet-related terms in their name considered nutrition journals, those focusing on research methods classified as methodological journals, and the remaining grouped as general medical journals. When needed, the journal scope outlined on their websites was also checked.

We collected study specific information including population, interventions, comparators, outcomes, and study designs (PICOS) addressed in the included protocols. The DEF also included 122 questions corresponding to the sub-items of the 58 SPIRIT (2) and TIDieR (9) checklist items combined. Fragmenting the checklists into sub-items was done for a more thorough appraisal of reporting completeness and clearer identification of the main reporting shortcomings in this type of publication. We excluded TIDieR items 10 and 12, as they do not apply to the reporting of RCT protocols. Most questions related to the reporting completeness of SPIRIT and TIDieR sub-items were binary (reported or not reported), whereas some questions presented three or four answer options (fully reported, partially reported, not reported, or not applicable).

The lead author (FMS) extracted data on general publication characteristics, study aspects related to PICOS, and mention to reporting guidelines (i.e., whether authors self-reported adherence to reporting guidelines, or the reporting guidelines were referenced in the paper). Six pairs of reviewers were involved in the independent duplicate data extraction for reporting completeness: four pairs of reviewers extracted data for 104 questions from 50 protocols/pair (ACCF and MT, SB and JSF, JL and JRBT, TM and FR), while two pairs of reviewers with statistical analysis experience extracted data for the remaining 18 questions from 100 protocols/pair (SB and DB, DB and MC), as these questions were related to the statistical analysis plan outlined in the protocols. The data extraction process started after pilot testing the DEF and training of the reviewers' team to refine it and ensure consistency. This pilot test included data extraction of five protocols by all reviewers independently and an online focus group discussion to dismiss all queries. Based on this exercise, some questions were reworded and examples of what would consist in complete/incomplete reporting added where necessary.

The lead author (FMS) checked all disagreements and solved them by discussing with each pair of reviewers through online meetings.

One reviewer (SB) collected data on journals' endorsement of SPIRIT (2), TIDieR (9), and CONSORT (10). The "Instructions for Authors" webpage of each journal identified in our sample was screened, and endorsement was characterised by the presence of either a specific requirement that authors should adhere to the reporting guidelines' checklists when writing their manuscripts (regardless of whether the complete checklists should be submitted or not), or any general recommendation to follow these reporting guidelines.

Data analysis

We used descriptive statistics to summarise the included nutrition and diet-related RCT protocols. Since all items for which data collected are either binary or multi-categorical, absolute and relative frequencies (n, %) are presented.

Using the data from the evaluations of whether each sub-item was reported in the protocols, a reporting completeness score was created. Answers "fully reported" or "reported" scored 1 point, answers "partially reported" scored 0.5 points and answers "not reported" scored 0 points. Answers "not applicable" were not scored. This score was based on the total of sub-items applicable to each protocol (ranging from 103 to 119, depending on trial design) and calculated as follows: total points scored, divided by the number of applicable sub-items, multiplied by 100 to be expressed as %. So, it ranged from 0 to 100% for all protocols.

We also classified each protocol as adherent (all sub-items reported or fully reported, as applicable) or non-adherent (any sub-item not reported or partially reported) to each of the original checklist items of SPIRIT (49 items) and TIDieR (9 items).

We calculated the mean and standard deviation (SD) for the reporting completeness score for sub-groups of protocols according to the following features of interest: year of publication, number of authors (categorised by the median of our sample), journal's scientific research field, journals endorsement of reporting guidelines and requested of checklist at submission, funding statement, conflict of interests disclosure, mention of report-

ing guidelines by the authors, pilot study, number of study sites, and intervention categories. These are aspects related to study design, awareness of research integrity and transparency practices, or endorsement of reporting guidelines. Furthermore, some of these features were previously described and predictors of adherence to the CONSORT and PRISMA statements (24,25).

We used Student's *t* test for independent samples or ANOVA to compare the reporting completeness score between groups. We performed exploratory multivariable linear regression analysis to determine whether selected study or journal aspects were associated with reporting completeness. We explored the association between all variables for which *p* value was < 0.10 in the analyses comparing the reporting completeness score between protocols sub-groups, with the aim of having a more flexible approach and avoiding missing potentially relevant candidate predictors. The Adjusted R^2 value was used as a measure of the final model goodness of fit. Collinearity diagnosis was explored by variance inflation factor (VIF). Beta coefficients with 95% confidence intervals were reported (which represents the mean difference of completeness reporting score between the categories). Variables for which the *p* value was < 0.05 in the multivariable linear regression analysis were considered potential predictors of reporting completeness.

All analyses were performed in the SPSS 22.0. The dataset and analysis code are available in the OSF project webpage (<https://doi.org/10.17605/OSF.IO/YWEVS>).

RESULTS

General characteristics of included protocols

Among the 200 nutrition and diet-related RCT protocols selected for this study (the complete list of references shown in the **Supplementary Table 1**), 100 of them were published before the COVID-19 pandemic (2019) while the remaining 100 were published afterwards, in 2021. The USA ($n = 34$, 17.0%), Iran ($n = 21$, 10.5%), Australia ($n = 21$, 10.5%), China ($n = 15$, 7.5%), and the UK ($n = 16$, 8.0%) were the most frequent countries where these trials were being planned (**Table 1**).

Protocols were published in 49 different journals, nine (18.4%) of which were classified into the methodological research field, 31 (63.3%) into the medical research field and the remaining ($n = 9$, 18.4%) in the nutrition research field. Most protocols were published in methodological ($n = 97$, 48.5%) or medical ($n = 90$, 45.0%) journals, whereas only 6.5% ($n = 13$) were published in nutrition journals (the complete list of journals is shown in **Supplementary Box 2**). Trials ($n = 65$, 32.5%) and BMJ Open ($n = 41$, 20.5%) were the journals where the protocols were most frequently published (**Table 1**).

The IF of 18 journals were not available and the mean IF among the remaining 31 journals was 3.23 (SD = 0.95). The highest IF was 8.45 and the lowest was 1.88. Eighty (42.5%) protocols were published in journals that endorse SPIRIT, while only 2 protocols (1.0%) were published in journals that endorse TIDieR. 192 protocols (96.0%) were published in journals that endorse CONSORT, and 73.5% ($n = 147$) were published in journals requiring the submission of completed reporting guidelines checklists (**Supplementary Table 2**): 14 of 31 medical journals (45.2%), four of nine methodological journal (44.4%) and three of nine nutrition journals (33.3%).

Mentions of CONSORT, SPIRIT, and TIDieR were found in 26.5% ($n=53$), 44.5% ($n=89$), and 2.5% ($n=5$) of protocols, respectively. Most protocols were registered ($n = 192$, 96.0%), with ClinicalTrials.gov ($n = 104$, 52.0%) and the Australian and New Zealand Clinical Trials Registry ($n = 20$, 10.0%) being the most frequently cited registration platforms (**Table 1**).

PICOS components of included protocols

Supplementary Figure 1 presents a detailed description of PICOS components in the included protocols. The majority of protocols included adults and elderly as the population ($n = 76$, 36.5%), supplementation as the intervention ($n = 96$, 48.0%), placebo as a comparator ($n = 89$, 44.5%), and evaluated clinical status outcomes ($n = 80$, 40.0%). Most protocols were for parallel RCTs ($n = 188$, 94%) with a framework of superiority ($n = 141$, 70.5%) and single centre ($n = 150$, 75.0%).

Reporting completeness in the included protocols

Table 2 shows the proportion of protocols adhering to each of the 58 items from SPIRIT and TIDieR. Regarding items related to administrative information (items 1 to 5 in SPIRIT), adherence ranged from 86% ($n=172$) for item 2a (related to the trial identifier and registry name) to 8.5% ($n=17$) for item 5d (related to the coordinating centre and other groups overseeing the trial).

For items related to the introduction, the adherence ranged from 73% ($n = 146$) for item 7 (Specific objectives or hypotheses) to 16% ($n=32$) for items 6a and 8 in SPIRIT, with lack of information on potential benefits and harms for each intervention being the main reason for non-adherence to the item 6a and the allocation ratio and framework being the most poorly described information related to the design (item 8).

For methodological items related to participants, interventions, and outcomes (items 9 to 15 in SPIRIT) adherence ranged from 98.5% ($n=197$) for item 10 (participant eligibility criteria) to 30.5% ($n=61$) for item 13 (time schedule of study phases). Adherence to items related to the assignment of interventions ranged from 46% for item 17b (circumstances under which unblinding is permissible) to 11% ($n = 22$) for item 16c (who would be involved in the assignment of interventions).

Adherence to items related to data collection, management, and analyses (items 18 to 20 in SPIRIT) ranged from 42.5% ($n=85$) to 0% ($n=0$) and was lower than 20% ($n=40$) in four of the six items in this domain. Adherence to the four items related to monitoring ranged from 23.0% ($n=46$) for item 21b (interim analyses and stopping guidelines) to 10.0% ($n=20$) for item 23 (auditing procedures).

Adherence to items related to ethics and dissemination (items 24 to 31 in SPIRIT) ranged from 97.5% ($n=195$) for item 24 (ethical approval) to 1.5% ($n=3$) for item 31c (public access to the protocol, dataset, and statistical code) whereas the frequency of adherent protocols to availability of informed consent materials (item 32) and management plans for biological specimens (item 33) was 12.5% ($n=25$) and 48.5% ($n=97$), respectively.

The frequency of adherent protocols to TIDieR items ranged from 98.5% ($n=197$) for item 1 (name or phrase describing the intervention) to 5.5% ($n=11$) for item 3 (materials used in the intervention), being higher than 50% ($n=100$) for five of the nine assessed items.

Supplementary Table 3 presents the frequency of all possible answers obtained for each sub-item related to the reporting completeness among the selected protocols. The mean of applicable questions among the 200 protocols was equal to 112 (IQR: 110 - 114), ranging from 103 (minimum) to 119 (maximum). The mean reporting completeness score was 52.04% (SD = 10.78), ranging from 23.85% to 81.02%. From the 122 sub-items, only 40 were completely reported in more than 75% ($n=150$) of the protocols and 31 were only completely reported in less than 25% ($n=50$) of the protocols.

Potential predictors of reporting completeness in nutrition and diet-related RCT protocols

Table 3 presents the average reporting completeness scores for different sub-groups of protocols. Protocols published post-pandemic (2021) presented higher reporting completeness scores on average, in com-

parison to those published pre-pandemic (2019). Protocols published in journals classified as being in the field of ‘Nutrition’ had lower reporting completeness scores on average, in comparison to those published in ‘Medicine’ or ‘Methodology’ fields. Although the average reporting completeness score of protocols published in journals with and without SPIRIT endorsement was similar, higher scores were observed for protocols published in journals with CONSORT or unspecific reporting guideline endorsement, and in those requesting the reporting guideline checklist submission in comparison to those that do not request the checklists.

Registered protocols presented higher reporting completeness scores on average, in comparison to those that did not report registration. Likewise, protocols with funding statements and conflict of interests disclosure, as well as those with a mention of SPIRIT in the publication, presented higher reporting completeness scores compared to those without these. Regarding the RCT features, higher reporting completeness scores were observed for multicentre RCTs with interventions related to food, supplementation, and breastfeeding.

The multivariable regression analysis suggests that the number of authors (the increase of one author was related to an increase of 0.530% in the reporting completeness score), year of publication (most recently published protocols, 2021 versus 2019), journal’s request of reporting guideline checklist during/at submission, and mention of SPIRIT by the authors are positively associated with reporting completeness (**Table 4**).

DISCUSSION

Key results

In our meta-research study we aimed to assess the reporting completeness of 200 RCT protocols of nutrition and diet-related interventions. The SPIRIT items with lower completeness reporting were related to the data handling, study monitoring, and those related to public access to the protocol, dataset, and statistical code. The reporting of materials used for the intervention was the most incompletely reported TIDieR item. The number of authors, year of publication, reporting guideline checklist request by journal, and mention of SPIRIT by the authors were positively associated with reporting completeness in nutrition and diet-related RCT protocols.

Interpretation and relevance to nutrition and diet-related interventions research

From the 58 SPIRIT and TIDieR checklists’ items evaluated in this meta-research study, only 19 were reported in more than 50% of the assessed publications, showing that most individual checklist items remain poorly reported in nutrition and diet-related RCT protocols. Previous research has shown an improvement in the reporting completeness of RCT protocols since the SPIRIT publication (11,26). Despite the improvement, protocols still lack several important pieces of information, as only 56.7% (95% CI, 54.9% to 58.5%) items were adequately reported (11). In our study, we did not compare protocols published before and after the SPIRIT publication, but the nutrition and diet-related RCT protocols published more recently also presented higher reporting completeness scores (2021 versus 2019). This could suggest increasing awareness and adoption of the SPIRIT statement over time, but we cannot assume that this is related to the COVID-19 pandemic.

Details related to intervention and control, data collection, plans to promote participant retention, statistical methods, and funding sources are considered especially important in nutrition and diet-related RCTs (27-29), all of which were poorly reported in most protocols included in this meta-research. Due to the ubiquitous nature of nutritional interventions and the multiple metabolic effects induced by each food, nutrient, or micronutrient component, RCTs in this field face practical barriers and a detailed description of data collection

is necessary to make them reproducible and to allow for clear interpretation of findings. This would include making available all materials used in the data collection, especially those related to nutritional status, both at baseline and all follow-up points, another common reporting limitation found in our study.

The baseline status of any given nutrient can affect the response to the intervention under investigation. There is rarely a zero-background starting status, as often seen for a drug active principle that is absent prior to the trial, for example (29). Therefore, the observed lack of information in the assessed protocols on plans to assess the baseline nutritional status of participants in nutrition and diet-related RCTs - or the complete absence of such assessments - can undermine the potential of these studies to find reliable associations between the intervention(s) under investigation and outcomes, as well as compromise the interpretability of their findings.

As adherence to nutrition and diet-related interventions is also a challenge (30), the intervention and comparator components, their respective delivery methods, as well as the strategies adopted by investigators to promote participant retention in the study and assess compliance with the intervention(s) must be clearly and completely outlined in any nutrition and diet-related RCT protocol. However, these aspects were also poorly reported in most assessed protocols. Differently from drug trials, where often no active exposure exists in the control group, RCTs investigating the effect of nutrients, foods, food groups or whole diets, must consider what are the substitutes that individuals in the control groups are exposed to and their potential to influence the observed effects on the outcomes. For example, any modification to energy-containing dietary components triggers compensatory changes in the composition of the diet that can itself impact the study results, and therefore must be considered in the interpretation of findings (31). These compensatory changes extend beyond the total energy intake, including the diet's distribution of macronutrients, quality of macronutrients, as well as bioavailability of micronutrients and other nutritional factors such as antioxidants and probiotics.

Furthermore, all of these aspects are closely related to the statistical analyses' choices – another methodological issue that has been described as a particular challenge for nutrition trials. As nutrient intake can be associated with increased energy intake, adjustment for total energy intake can be essential when exploring the independent effects of specific nutrients on outcomes (29). Another important decision related to the statistical analyses relates to how to handle protocol deviations. Usually, the most relevant comparisons will be done on an *'intention-to-treat'* basis. However, in nutrition trials, interest sometimes might be in the group of participants that showed optimum compliance with the intervention. Therefore, a *'per-protocol'* or *'as treated'* analysis might be the chosen approach. These decisions must be clearly established *a priori* to ensure transparency, and the potential for introducing bias into the findings appropriately discussed (27). In our sample details on "statistical methods for outcomes analyses" were not fully reported in more than 90% of the protocols.

Finally, another controversial topic in the field of nutrition research is conflicts of interest. While a conflict of interest statement was present in 76% of the assessed protocols, the role of sponsors and funders was only properly described in 10% of our sample. Having such a low percentage of publications providing clear information on the roles of study sponsors and funders is concerning and highlights the need for more research in this understudied area (32).

Some methodological aspects with missing information in most of the protocols in our sample are related to general research integrity and transparency practices, applicable to RCT protocols in any field of health sciences. On the other hand, many of the poorly reported items in the protocols assessed in our meta-research have been highlighted as of particular importance for nutrition trials (29). Therefore, the worrying proportion of missing information for these reporting items might be an indication that authors could benefit from tailored reporting guidance for protocols of nutrition and diet-related RCTs, accompanied by examples of good reporting from the literature in this field.

Potential predictors of good reporting and the role of journals

Compounding these issues, the lowest reporting completeness scores were found among the protocols published in journals within the ‘Nutrition’ field, while those published in the ‘Methodological’ journals scored the highest. Journals’ policy of compliance with reporting guidelines by requesting the SPIRIT checklist during/at the submission process and mention of SPIRIT by authors were related to an increase in the proportion of adequately reported items from both SPIRIT and TIDieR checklists. In a methodological study involving 300 protocols, the protocol report of compliance with the SPIRIT statement was not a significant predictor of reporting completeness, whereas publicly reported journal policy of compliance with the SPIRIT statement was related to an 6.2% increase in the proportion of adequately reported checklist items from the SPIRIT statement (11). It is important to highlight that mentioning the SPIRIT statement in the paper is not the same as actually adhering to the checklist. The positive association between the number of authors and the reporting completeness score has been previously demonstrated (11). While this association can be related to the chance of more authors with experience and/or expertise in epidemiology, statistics, and methodology being included among the authors (33), it may also be explained by the higher chance of having team members that are aware of reporting guidelines and recognise their importance in the writing of RCT protocols.

Strengths and limitations

We used standardised methods for data extraction and involved only trained researchers in this process. We used a piloted data extraction form with calibration exercises carried out for all data extraction. All data on reporting completeness of the included protocols were extracted in duplicate and all discrepancies were discussed between the pairs of reviewers and a more experienced researcher.

On the other hand, we used a convenience sample of RCT protocols and we cannot be certain that these publications are representative of all RCT protocols of nutrition and diet-related interventions. However, we believe that our sample provides a fair representation of the main contemporary reporting limitations in such publications. Given that we just observed if the authors mentioned the SPIRIT and/or TIDieR in the text or references of the manuscript, a comprehensive interpretation of the association observed between these data and the reporting completeness score is limited. Also, other factors that have already been associated with the reporting completeness, such as protocol word length, were not investigated by us. Finally, due to the observational nature of our study, our results are not a proof of causality.

CONCLUSIONS

Reporting completeness in a random sample of 200 nutrition and diet-related RCT protocols was low. The worrying proportion of protocols providing enough information on SPIRIT and TIDieR items that have been previously suggested as key reporting elements for nutrition and diet-related RCTs might be an indication that tailored reporting guidance for this area is needed. Year of publication, number of authors, request of reporting guideline checklist by the journal and mention of SPIRIT by authors were significantly associated with higher reporting completeness of nutrition or diet-related RCT protocols. These findings reinforce the usefulness of reporting guidelines, and highlight the importance of journals’ endorsement of these methodological tools.

CONTRIBUTORSHIP STATEMENT

All authors have made substantial contributions to the development of this manuscript. MS, SK, SH, GK, JC, SL, ARAA, CJV, and FG jointly conceived the idea of this project. FMS, MS, SK, SD, CC, ARAA, MP, LCI, CJV, and GK contributed to the study design and development of research questions. FMS and SK constructed the search strategy for all databases and runned them. FMS, MS, and GC constructed the data extraction form. JL, SB, FR, ACCF, JRBT, MT, JSF, TM, ACJ, DB, and FMS collected the data. FMS and MS analysed the data. FMS and MS led the writing of the manuscript. All authors provided detailed comments on earlier drafts and approved this final version.

COMPETING INTEREST

Flávia Moraes Silva received a postdoctoral fellowship from COPPETEC Foundation.

Michael Maia Schlussek, Shona Kirtley, Jennifer A de Beyer and Gary Collins are funded by Cancer Research UK (grant C49297/A27294). Matthew J Page is supported by an Australian Research Council Discovery Early Career Researcher Award (DE200101618). Colby Vorland has received honoraria from The Obesity Society and the Alliance for Potato Research and Education, and his university has received funds to support his research from: National Cattlemen's Beef Association; Alliance for Potato Research and Education; the Gordon and Betty Moore Foundation; and NIH. All authors work directly or have collaborations with the EQUATOR Network, an international initiative that seeks to improve the reliability and value of published health research literature by promoting transparent and accurate reporting and wider use of robust reporting guidelines.

FUNDING

The authors have not declared a specific grant for this research from any funding agency in the public, commercial or not-for-profit sectors.

DATA SHARING STATEMENT

Data will be deposited in an online open-access repository (OSF).

REFERENCES

1. Chan AW, Tetzlaff JM, Altman DG, Dickersin K, Moher D. SPIRIT 2013: new guidance for content of clinical trial protocols. *Lancet*. 2013a;381(9861):91-92. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)62160-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)62160-6)
2. Chan AW, Tetzlaff JM, Gøtzsche PC, et al. SPIRIT 2013 explanation and elaboration: guidance for protocols of clinical trials. *BMJ*. 2013b;346(jan 08 15):e7586. <https://doi.org/10.1136/bmj.e7586>
3. Zabor EC, Kaizer AM, Hobbs BP. Randomized controlled trials. *Chest* 2020;158:S79e87.
4. Schönenberger CM, Griessbach A, Taji Heravi A, Gryaznov D, Gloy VL, Lohner S, Klatte K, Ghosh N, Lee H, Mansouri A, Marian IR, Saccilotto R, Nury E, Busse JW, von Niederhäusern B, Mertz D, Blümle A, Odutayo A, Hopewell S, Speich B, Briel M. A meta-research study of randomized controlled trials found infrequent and delayed availability of protocols. *J Clin Epidemiol*. 2022 Sep;149:45-52. doi: 10.1016/j.jclinepi.2022.05.014
5. Chan A-W, Upshur R, Singh JA, et al. Research protocols: waiving confidentiality for the greater good. *BMJ* 2006;332:1086-9.

6. Chan A-W, Hróbjartsson A, Haahr MT, et al. Empirical evidence for selective reporting of outcomes in randomized trials: comparison of protocols to published articles. *JAMA* 2004;291:2457–65.
7. Dwan K, Altman DG, Arnaiz JA, et al. Systematic review of the empirical evidence of study publication bias and outcome reporting bias. *PLoS One* 2008;3:e3081.
8. Lucey M, Clark J, Glasziou P. Public availability of trial protocols. *Lancet* 2017;390:e54e5.
9. Hoffmann TC, Glasziou PP, Boutron I, et al. Better reporting of interventions: template for intervention description and replication (TIDieR) checklist and guide. *BMJ*. 2014;348:g1687.
10. Campbell MK, Piaggio G, Elbourne DR, et al. Consort 2010 statement: extension to cluster randomised trials. *BMJ*. 2012 Sep 4;345:e5661.
11. Tan ZW, Tan AC, Li T, et al. Has the reporting quality of published randomised controlled trial protocols improved since the SPIRIT statement? A methodological study. *BMJ Open* 2020;10:e038283. doi:10.1136/bmjopen-2020-038283.
12. Gryaznov D, von Niederhäusern B, Speich B, et al. Reporting quality of clinical trial protocols: a repeated cross-sectional study about the Adherence to SPIrit Recommendations in Switzerland, Canada and Germany (ASPIRE-SCAGE). *BMJ Open* 2022;12:e053417. doi:10.1136/bmjopen-2021-053417.
13. Sorkin BC, Kuszak AJ, Williamson JS, Hopp DC, Betz JM. The Challenge of Reproducibility and Accuracy in Nutrition Research: Resources and Pitfalls. *Adv Nutr*. 2016 Mar 15;7(2):383-9. doi: 10.3945/an.115.010595.
14. Mudge EM, Betz JM, Brown PN. The Importance of Method Selection in Determining Product Integrity for Nutrition Research. *Adv Nutr*. 2016 Mar 15;7(2):390-8. doi: 10.3945/an.115.010611.
15. Silva FM, Adegboye ARA, Curioni C, Gomes FS, Collins GS, Kac G, et al. Protocol for a meta-research study of protocols for diet or nutrition-related trials published in indexed journals: general aspects of study design, rationale and reporting limitations. *BMJ Open*. 2022;12(12):e064744. doi: 10.1136/bmjopen-2022-064744.
16. Silva F, Rodrigues Amorim Adegboye A, Lachat C, Curioni C, Gomes F, Collins GS, et al. Completeness of Reporting in Diet- and Nutrition-Related Randomized Controlled Trials and Systematic Reviews With Meta-Analysis: Protocol for 2 Independent Meta-Research Studies. *JMIR Res Protoc*. 2023;12:e43537. doi: 10.2196/43537.
17. Flávia Moraes Silva, Amanda Rodrigues Amorim Adegboye, Cintia Curioni, Fabio Gomes, Gary S Collins, Gilberto Kac, Jonathan Cook, Leila Cheikh Ismail, Matthew J Page, Neha Khandpur, Sarah Sallie Lamb, Sally Hopewell, Shaima Saleh, Shona Kirtley, Simone Bernardes, Solange Durão, Colby J Vorland, Michael Schlus-sel. Describing the landscape of nutrition or diet-related randomised controlled trials: meta-research study of protocols published between 2012 and 2022 medRxiv 2023.06.08.23291109. <https://doi.org/10.1101/2023.06.08.23291109>.
18. Durão S, Kredo T, Volmink J. Validation of a search strategy to identify nutrition trials in PubMed using the relative recall method. *J Clin Epidemiol*. 2015;68(6):610-616.
19. Madden K, Arseneau E, Evaniew N, et al. Reporting of planned statistical methods in published surgical randomised trial protocols: a protocol for a methodological systematic review. *BMJ Open*. 2016;6:e011188
20. Cucinotta D, Vanelli M. WHO Declares COVID-19 a Pandemic. *Acta Biomed*. 2020;91(1):157-160. doi: 10.23750/abm.v91i1.9397.
21. Naude CE, Durao S, Harper A, et al. Scope and quality of Cochrane reviews of nutrition interventions: a cross-sectional study. *Nutr J*. 2017;16(1):22.
22. Random Number Generator. Accessed on 02 September 2022. Available on: <https://www.omnicalculator.com/statistics/random-number>.
23. RedCAP. <https://www.project-redcap.org/>. Accessed on November 04, 2021

24. Samaan Z, Mbuagbaw L, Kosa D, Borg Debono V, Dillenburg R, Zhang S, Fruci V, Dennis B, Bawor M, Thabane L. A systematic scoping review of adherence to reporting guidelines in health care literature. *J Multidiscip Healthc.* 2013 May 6;6:169-88. doi: 10.2147/JMDH.S43952.
25. Jin Y, Sanger N, Shams I, Luo C, Shahid H, Li G, Bhatt M, Zielinski L, Bantoto B, Wang M, Abbade LP, Nwosu I, Leenus A, Mbuagbaw L, Maaz M, Chang Y, Sun G, Levine MA, Adachi JD, Thabane L, Samaan Z. Does the medical literature remain inadequately described despite having reporting guidelines for 21 years? - A systematic review of reviews: an update. *J Multidiscip Healthc.* 2018 Sep 27;11:495-510. doi: 10.2147/JMDH.S155103.
26. Lohner S, Gryaznov D, von Niederhäusern B, Speich B, Kasenda B, Ojeda-Ruiz E, et al. Reporting quality of trial protocols improved for non-regulated interventions but not regulated interventions: A repeated cross-sectional study. *J Clin Epidemiol.* 2021 Nov;139:340-349. doi: 10.1016/j.jclinepi.2021.05.011
27. Welch RW, Antoine JM, Berta JL, Bub A, de Vries J, Guarner F, et al; International Life Sciences Institute Europe Functional Foods Task Force. Guidelines for the design, conduct and reporting of human intervention studies to evaluate the health benefits of foods. *Br J Nutr.* 2011;106 (Suppl 2):S3-15. doi: 10.1017/S0007114511003606.
28. Betts JA, Gonzalez JT, Burke LM, Close GL, Garthe I, James LJ, Jeukendrup AE, et al. PRESENT 2020: Text Expanding on the Checklist for Proper Reporting of Evidence in Sport and Exercise Nutrition Trials. *Int J Sport Nutr Exerc Metab.* 2020;30(1):2-13. doi: 10.1123/ijsnem.2019-0326.
29. Rigutto-Farebrother J, Ahles S, Cade J, Murphy KJ, Plat J, Schwingshackl L, et al. Perspectives on the application of CONSORT guidelines to randomised controlled trials in nutrition. *Eur J Nutr.* 2023;62(5):2319-2332. doi: 10.1007/s00394-023-03137-5.
30. Laville M, Segrestin B, Alligier M, Ruano-Rodríguez C, Serra-Majem L, Hiesmayr M, et al. Evidence-based practice within nutrition: what are the barriers for improving the evidence and how can they be dealt with? *Trials.* 2017;18(1):425. doi: 10.1186/s13063-017-2160-8.
31. Staudacher HM, Irving PM, Lomer MCE, Whelan K. The challenges of control groups, placebos and blinding in clinical trials of dietary interventions. *Proc Nutr Soc.* 2017;76(3):203-212. doi: 10.1017/S0029665117000350.
32. Bero L, Grundy Q. Conflicts of Interest in Nutrition Research. *JAMA.* 2018;320(1):93-94. doi: 10.1001/jama.2018.5662.
33. Adie S, Harris IA, Naylor JM, et al. Are outcomes reported in surgical randomized trials patient-important? A systematic review and meta-analysis. *Can J Surg* 2017;60:86. doi: 10.1503/cjs.010616.

Table 1. General characteristics of a sample of 200 nutrition and diet-related RCT protocols: country, registration platform and journal.

RCT country of coordinator centre		Journal			RCT register platform	
Country	n (%)	Journal	Impact factor (2021)	n (%)	Platform	n (%)
United States	34 (17.0)	Trials	2.728	65 (32.5)	Clinical Trials	104 (52.0)
Australia	21 (10.5)	BMJ Open	3.007	41 (20.5)	Iranian Clinical Trial	21 (10.5)
Iran	21 (10.5)	Contemporary Clinical Trials	2.261	17 (8.5)	ANZCTR Registry	20 (10.0)
United Kingdom	16 (8.0)	BMC Public Health	4.135	8 (4.0)	ISRCT	11 (5.5)
China	15 (7.5)	Medicine Open	-	6 (3.0)	Chinese Clinical Trials	6 (3.0)
Brazil	9 (4.5)	International Journal of Environmental Research and Public Health	4.614	4 (2.0)	Brazilian Registry of Clinical Trials	5 (2.5)
Canada	7 (3.5)	BMC Cancer	4.638	4 (2.0)	University Hospital Medical Information Network Clinical Trials	4 (2.0)
Poland	6 (3.0)	Nutrition Journal	4.344	4 (2.0)	European Clinical Trials Database	2 (1.0)
Germany	5 (2.5)	Pilot and Feasibility Studies	-	3 (1.5)	Open Science Framework	2 (1.0)
Denmark	5 (2.5)	BMC Paediatrics	2.922	2 (1.0)	German Clinical Trials Register	2 (1.0)
Netherlands	4 (2.0)	BMC Pregnancy and Childbirth	3.105	2 (1.0)	Netherlands Clinical Trials Register	2 (1.0)
Japan	4 (2.0)	JMIR Research Protocols	-	2 (1.0)	Other (only 1 protocol)	3 (1.5)
Other (< 2 studies)	63 (31.5)	Nutrients	6.706	2 (1.0)	Unclear	10 (5.0)
		Other (only 1 publication)	-	40 (20.0)		

Table 2. Relative frequency of nutrition and diet-related RCT protocols adherent to each SPIRIT and TIDieR item (n = 200)

Item	Description	Adherent protocols (%)
<i>SPIRIT items</i>		
<i>Administrative information</i>		
1	Descriptive title identifying the study design, population, interventions, and, if applicable, trial acronym	27.5%
2a	Trial identifier and registry name.	86.0%
3	Date and version identifier	33.5%
4	Sources and types of financial, material, and other support	60.5%
5a	Names, affiliations, and roles of protocol contributors	85.0%
5b	Name and contact information for the trial sponsor	15.0%
5c	Role of study sponsor and funders, if any, in study design; collection, management, analysis, and interpretation of data; writing of the report; and the decision to submit the report for publication, including whether they will have ultimate authority over any of these activities	10.0%
5d	Composition, roles, and responsibilities of the coordinating centre, steering committee, endpoint adjudication committee, data management team, and other individuals or groups overseeing the trial, if applicable (see Item 21a for data monitoring committee)	8.5%
<i>Introduction</i>		
6a	Description of research question and justification for undertaking the trial, including summary of relevant studies (published and unpublished) examining benefits and harms for each intervention	16.0%
6b	Explanation for choice of comparators	29.0%
7	Specific objectives or hypotheses	73.0%
8	Description of trial design including type of trial (eg, parallel group, crossover, factorial, single group), allocation ratio, and framework (eg, superiority, equivalence, noninferiority, exploratory)	16.0%
<i>Methods: Participants, interventions, and outcomes</i>		
9	Description of study settings (eg, community clinic, academic hospital) and list of countries where data will be collected. Reference to where list of study sites can be obtained	72.0%
10	Inclusion and exclusion criteria for participants. If applicable, eligibility criteria for study centres and individuals who will perform the interventions (eg, surgeons, psychotherapists)	98.5%
11b	Criteria for discontinuing or modifying allocated interventions for a given trial participant (eg, drug dose change in response to harms, participant request, or improving/worsening disease)	52.0%
11c	Strategies to improve adherence to intervention protocols, and any procedures for monitoring adherence (eg, drug tablet return, laboratory tests)	37.0%
11d	Relevant concomitant care and interventions that are permitted or prohibited during the trial	48.0%
12	Primary, secondary, and other outcomes, including the specific measurement variable (eg, systolic blood pressure), analysis metric (eg, change from baseline, final value, time to event), method of aggregation (eg, median, proportion), and time point for each outcome. Explanation of the clinical relevance of chosen efficacy and harm outcomes is strongly recommended	32.5%

Item	Description	Adherent protocols (%)
13	Time schedule of enrolment, interventions (including any run-ins and washouts), assessments, and visits for participants. A schematic diagram is highly recommended (see Figure)	30.5%
14	Estimated number of participants needed to achieve study objectives and how it was determined, including clinical and statistical assumptions supporting any sample size calculations	81.5%
15	Strategies for achieving adequate participant enrolment to reach target sample size	58.5%
<i>Methods: Assignment of interventions (for controlled trials)</i>		
16a	Method of generating the allocation sequence (eg, computer-generated random numbers), and list of any factors for stratification. To reduce predictability of a random sequence, details of any planned restriction (eg, blocking) should be provided in a separate document that is unavailable to those who enrol participants or assign interventions	42.0%
16b	Mechanism of implementing the allocation sequence (eg, central telephone; sequentially numbered, opaque, sealed envelopes), describing any steps to conceal the sequence until interventions are assigned	61.5%
16c	Who will generate the allocation sequence, who will enrol participants, and who will assign participants to interventions	11.0%
17a	Who will be blinded after assignment to interventions (eg, trial participants, care providers, outcome assessors, data analysts), and how	12.5%
17b	If blinded, circumstances under which unblinding is permissible, and procedure for revealing a participant's allocated intervention during the trial	46.0%
<i>Methods: Data collection, management, and analysis</i>		
18a	Plans for assessment and collection of outcome, baseline, and other trial data, including any related processes to promote data quality (eg, duplicate measurements, training of assessors) and a description of study instruments (eg, questionnaires, laboratory tests) along with their reliability and validity, if known. Reference to where data collection forms can be found, if not in the protocol	0.0%
18b	Plans to promote participant retention and complete follow-up, including list of any outcome data to be collected for participants who discontinue or deviate from intervention protocols	3.0%
19	Plans for data entry, coding, security, and storage, including any related processes to promote data quality (eg, double data entry; range checks for data values). Reference to where details of data management procedures can be found, if not in the protocol	8.5%
20a	Statistical methods for analysing primary and secondary outcomes. Reference to where other details of the statistical analysis plan can be found, if not in the protocol	3.0%
20b	Methods for any additional analyses (eg, subgroup and adjusted analyses)	42.5%
20c	Definition of analysis population relating to protocol non-adherence (eg, as randomised analysis), and any statistical methods to handle missing data (eg, multiple imputation)	20.5%
<i>Methods: Monitoring</i>		

Item	Description	Adherent protocols (%)
21a	Composition of data monitoring committee (DMC); summary of its role and reporting structure; statement of whether it is independent from the sponsor and competing interests; and reference to where further details about its charter can be found, if not in the protocol. Alternatively, an explanation of why a DMC is not needed	14.0%
21b	Description of any interim analyses and stopping guidelines, including who will have access to these interim results and make the final decision to terminate the trial	23.0%
22	Plans for collecting, assessing, reporting, and managing solicited and spontaneously reported adverse events and other unintended effects of trial interventions or trial conduct	12.5%
23	Frequency and procedures for auditing trial conduct, if any, and whether the process will be independent from investigators and the sponsor	10.0%
<i>Ethics and dissemination</i>		
24	Plans for seeking research ethics committee/institutional review board (REC/IRB) approval	97.5%
25	Plans for communicating important protocol modifications (eg, changes to eligibility criteria, outcomes, analyses) to relevant parties (eg, investigators, REC/IRBs, trial participants, trial registries, journals, regulators)	45.0%
26a	Who will obtain informed consent or assent from potential trial participants or authorized surrogates, and how (see Item 32)	46.5%
26b	Additional consent provisions for collection and use of participant data and biological specimens in ancillary studies, if applicable	11.0%
27	How personal information about potential and enrolled participants will be collected, shared, and maintained in order to protect confidentiality before, during, and after the trial	12.5%
28	Financial and other competing interests for principal investigators for the overall trial and each study site	76.0%
29	Statement of who will have access to the final trial dataset, and disclosure of contractual agreements that limit such access for investigators	2.0%
30	Provisions, if any, for ancillary and post-trial care, and for compensation to those who suffer harm from trial participation	88.5%
31a	Plans for investigators and sponsor to communicate trial results to participants, health-care professionals, the public, and other relevant groups (eg, via publication, reporting in results databases, or other data sharing arrangements), including any publication restrictions	32.0%
31b	Authorship eligibility guidelines and any intended use of professional writers	2.5%
31c	Plans, if any, for granting public access to the full protocol, participant-level dataset, and statistical code	1.5%
<i>Appendices</i>		
32	Model consent form and other related documentation given to participants and authorized surrogates	12.5%
33	Plans for collection, laboratory evaluation, and storage of biological specimens for genetic or molecular analysis in the current trial and for future use in ancillary studies, if applicable	48.5%
<i>TIDieR items</i>		
1	Provide the name or a phrase that describes the intervention	98.5%
2	Describe any rationale, theory, or goal of the elements essential to the intervention.	90.5%

Item	Description	Adherent protocols (%)
3	Materials: Describe any physical or informational materials used in the intervention, including those provided to participants or used in intervention delivery or training of intervention providers. Provide information on where the materials can be accessed	5.5%
4.	Procedures: Describe each of the procedures, activities, and/or processes used in the intervention, including any enabling or support activities.	51.5%
5	For each category of intervention provider (e.g. psychologist, nursing assistant), describe their expertise, background and any specific training given.	38.5%
6	Describe the modes of delivery (e.g. face-to-face or by some other mechanism, such as internet or telephone) of the intervention and whether it was provided individually or in a group.	84.0%
7	Describe the type(s) of location(s) where the intervention occurred, including any necessary infrastructure or relevant features.	35.5%
8	Describe the number of times the intervention was delivered and over what period of time including the number of sessions, their schedule, and their duration, intensity or dose.	59.5%
9	If the intervention was planned to be personalised, titrated or adapted, then describe what, why, when, and how.	78.5%

Table 3. Reporting completeness score of a random sample of 200 nutrition and diet- related RCT protocols according to specific characteristics.

Characteristic	Categories (n)	Mean± standard deviation of completeness reporting score*	P value
Industry funding (n = 183)	Yes (49) No (134)	60.5±10.0 58.4±12.2	0.2801
Conflict of interest disclosure	Not reported (16) No conflict (140) Conflict of interest reported (44)	53.7±12.8 57.9±12.5 60.6±10.3	0.1452
Mention of CONSORT by authors	Yes (53) No (147)	59.7±12.2 57.6±12.1	0.2761
Mention of SPIRIT by authors	Yes (89) No (111)	62.5±11.2 54.7±11.7	<0.0011
Mention of TIDieR by authors	Yes (5) No (195)	62.2±5.1 58.1±12.2	0.4521
Pilot study	Yes (11) No (189)	54.2±14.2 58.4±12.0	0.2681
Number of Study sites	Single centre (150) Multicentre (50)	56.8±11.6 62.4±12.9	0.0041
Intervention categories	Breastfeeding (7) Complete diet (28) Enteral or parenteral (9) Food (23) Nutritional education (37) Supplementation (96)	59.7±7.6 a,b 57.9±13.8 a,b 56.9±13.8 a,b 62.2±9.2 a 52.0±9.2 b,c 59.7±12.7a	0.0222

*Completeness reporting score was calculated as follows: total points scored, divided by the number of applicable sub-items, multiplied by 100 to be expressed as %. It ranged from 0 to 100%.

1 Student T test for independent groups. 2 ANOVA followed by Tukey test for post-hoc analyses. Different subscribed letters show significant differences between groups.

Table 4. Multiple linear regression model: features of nutrition and diet-related RCT protocols and completeness reporting score

Factors	Bivariate analyses	
	β coefficient (95% CI)	P value
Number of authors	0.530 (0.279; 0.781)	<0.001
Year of publication 2019 2021	Reference 3.190 (0.239; 6.141)	0.034
Journal scientific field Methodology Nutrition or Medicine	Reference -4.297 (-10.209; 1.614)	0.153
Reporting guideline checklist requested by Journal No Yes	Reference 6.50 (2.56; 10.43)	0.001
CONSORT endorsement by Journal No Yes	Reference -0.82 (-8.28; 6.63)	0.829
Unspecific reporting guideline endorsement by Journal No Yes	Reference 3.21 (-1.03; 7.45)	0.137
Protocol registration No Yes	Reference 0.40 (-6.39; 7.18)	0.908
Funding disclosure Not reported Reported	Reference -4.45 (-13.55; 4.65)	0.336
Conflict of interest disclosure Not reported Reported	Reference 0.46 (-4.79; 5.72)	0.862
Mention of SPIRIT by authors No Yes	Reference 5.15 (2.44; 7.86)	<0.001
Study location Single centre Multicentre	Reference 0.70 (-2.44; 3.83)	0.681
Intervention Other categories Nutrition Education	Reference -3.67 (-8.94; 1.59)	0.050

R square = 0.382.

F statistics = 8.732, P-value < 0.001.

FIV for all variables included in the model < 2.0.

OS BANCOS NOS BANCOS DA ESCOLA: O SETOR BANCÁRIO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

THE BANKS ON THE SCHOOL BENCHES: THE BANKING SECTOR IN BRAZILIAN PUBLIC EDUCATION

Karine Vichielt Morgan^{1,2}; Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel^{2,3,4}

RESUMO

O presente artigo é um recorte de duas pesquisas mais abrangentes e tem como objetivo analisar as relações que se constroem e se reconstróem em torno das ações de privatização da educação, formuladas e aplicadas por organizações do terceiro setor ligadas ao setor bancário brasileiro e às redes públicas de ensino. Utilizou-se a abordagem de análise de redes sociais para mapear os nós principais e elos relacionais que constituem tal rede. Foram encontrados 410 elos relacionais, originados de três braços sociais que atuam em educação, pertencentes a dois bancos brasileiros: Itaú Social, Instituto Unibanco e Fundação Bradesco. É possível perceber que a rede é constituída de 99 sujeitos e, além de possuir grande alcance e capilaridade, funciona de maneira orgânica e dissemina conteúdos em torno de pautas comuns, embora com *modus operandi* de atuação diverso.

Palavras-chave: Privatização da educação. Responsabilidade social empresarial. Análise de redes sociais. Setor bancário brasileiro.

ABSTRACT

This article is an excerpt from two more comprehensive studies and aims to analyze the relationships that are built and rebuilt around education privatization actions, formulated and applied by third sector organizations linked to the Brazilian banking sector, together with public education systems. The social network analysis approach was used to map the main nodes and relational links that constitute such a network, and 410 relational links were found, originating from three social arms that work in education, belonging to two Brazilian banks: Itaú Social, Instituto Unibanco, and Fundação Bradesco. It is possible to see that the network is made up of 99 actors, and, in addition to having great reach and capillarity, it works organically and disseminates content around common agendas, although with a different *modus operandi* of action.

Keywords: Privatization of education. Corporate social responsibility. Social network analysis. Brazilian banking sector.

ARTIGO DECORRENTE DAS SEGUINTE PESQUISAS:

“Os bancos nos bancos da escola: uma análise do investimento social privado do capital financeiro na educação pública” e “A expansão do ensino privado-mercantil no estado do Rio de Janeiro: estratégias do capital financeirizado na oferta educacional”, financiadas pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – Processos nº: 210.292/2024 e 200.214/2023.

1 Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. E-mail: karinemorgan.uerj@gmail.com.

2 Universidade Estácio de Sá – Programa de Pós-Graduação em Educação – Rio de Janeiro (RJ), Brasil.

3 Centro Universitário Serra dos Órgãos – Teresópolis (RJ), Brasil. E-mail: marcelomocarzel@gmail.com.

4 Universidade Católica de Petrópolis – Programa de Pós-Graduação em Educação – Petrópolis (RJ), Brasil.

INTRODUÇÃO

A pesquisa acerca dos processos de privatização da educação pública tem ganhado destaque e ampliado seu alcance nos últimos anos. Diversos pesquisadores (Croso; Magalhães, 2016; Adrião, 2018; Macedo; Motta, 2019; Morgan; Mocarzel, 2021; Tripodi; Sousa, 2021) têm se debruçado recorrentemente sobre a temática, originando a produção de dissertações e teses, aprofundando o debate no campo e ensejando novas perspectivas analíticas.

Tal afirmação pode ser inferida por meio da verificação da produção acadêmica nas últimas três décadas. Ao inserir, entre aspas, o descritor “Privatização da educação” no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), circunscrevendo a busca à área de conhecimento e concentração “educação”, até o ano de 2021, obtivemos a informação de que foram defendidos 56 trabalhos nos programas de pós-graduação brasileiros que, de alguma maneira, abordaram a temática. Os dados do catálogo demonstram um crescente interesse na temática, uma vez que, dos 56 trabalhos identificados, 34 foram defendidos entre 2017 e 2021.

Neste artigo, adota-se a definição de privatização trazida por Adrião e Domiciano (2021, p. 672), que a entendem “como transferência da esfera estatal para a esfera privada de responsabilidades, atribuições ou ativos necessários à consecução e garantia da educação a todos e a todas”, o que deriva na “minimização da presença direta do poder público nesta tarefa”.

Para além das ações propriamente ditas que se inserem na educação pública sob forma de programas, políticas e *parcerias*, há a privatização das formas de organização, gestão e funcionamento interno das instituições educativas calcadas na disseminação de um discurso que se pretende hegemônico, com o objetivo de capturar as “almas pela liturgia da palavra” (Shiroma; Garcia; Campos, 2011, p. 222).

Essa conversão envolve gestores, funcionários, docentes e o convencimento da sociedade civil em torno de determinadas premissas ligadas à nova gestão pública (NGP)¹ e ao que Freitas (2014, p. 1093) tem chamado de neotecnicismo educacional, cujos objetivos são “padronizar, avaliar e controlar o processo pedagógico da escola”. Nesse contexto, compreendendo a privatização como um processo amplo, um relevante elemento coloca-se em evidência: a chamada responsabilidade social empresarial (RSE), cuja atuação tem ganhado relevância, de modo especial no cenário empresarial globalizado.

Morgan (2020) afirma, fundamentada em Barbieri e Cajazeira (2009), que a RSE conta com um movimento mundial vigoroso:

[...] que envolve empresas, organizações não governamentais e entidades empresariais, muitas delas ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Ainda segundo o autor, pode-se atestar a relevância de tal movimento por meio da construção de uma normatização de responsabilidade empresarial pela mais importante entidade de certificação do mundo atual, a *International Organization for Standardization* (ISO) (Morgan, 2020, p. 90).

O presente artigo decorre de duas pesquisas mais abrangentes e objetiva analisar as relações que se constroem e se reconstróem em torno das ações de privatização da educação, formuladas e aplicadas por organizações do terceiro setor ligadas ao setor bancário brasileiro e às redes públicas e privadas de ensino. Usando a abordagem de análise de redes sociais (ARS) (Souza; Quandt, 2008), buscou-se mapear os nós² principais e elos relacionais³ que constituem tal rede. Inicia-se com a conceituação e historicização da RSE no Brasil, com vistas à compreensão do contexto em que a pesquisa se insere.

RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL NO BRASIL

Os conceitos de RSE ou responsabilidade social corporativa, aqui entendidos indistintamente, envolvem bem mais que ações esporádicas, requerendo continuidade. Dupas (2005) esclarece que a renovação discursiva do que foi nomeado filantropia surge em virtude da necessidade de:

[...] dar respostas às graves questões sociais surgidas com a globalização, uma espécie de “regulação moral” do capitalismo global. Trata-se, mais uma vez, de parte das estratégias de legitimação do capital, num contexto em que ele é muitas vezes apontado como responsável por vários distúrbios sociais (Dupas, 2005, p. 119).

Segundo Paoli (2002), há diversos motivos para que as empresas invistam em ações sociais. A autora menciona que, conforme pesquisas do setor empresarial, tais ações resultam em fidelidade dos consumidores aos produtos e serviços, aumentando o valor agregado das marcas. As análises de Dupas (2005) e Paoli (2002) são corroboradas pelas declarações de Oded Grajew, empresário e presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (1986–1992) e seu fundador (1990), em entrevista à revista *Caros Amigos* (*apud* Paoli, 2002, p. 393): “Não tenho ilusões. A lógica empresarial é o lucro e não a solidariedade. Mas de repente há a percepção que lucro depende de posturas mais éticas e solidárias”.

Nesse mesmo sentido, Tomei (1984, p. 195), em análise qualitativa da opinião do empresariado nacional sobre a RSE, aponta que tal responsabilidade é vista como associada à função lucrativa, e não como um comportamento antimaximização de lucros. Groppo (2007) afirma que o movimento de ação social das empresas oculta o fato de que sua busca pela maximização dos lucros aprofunda as desigualdades que a RSE tenta combater ou atenuar. Em outras palavras, as empresas criam os problemas sociais que suas fundações tentam solucionar.

A transferência de responsabilidades sociais do Estado para as empresas impede a construção de um espaço público onde os excluídos possam participar das discussões sobre as políticas que os afetam, sendo esses espaços “homogeneizados pela sua carência” (Paoli, 2002, p. 403). Ball e Olmedo (2013, p. 33) destacam que essa nova configuração combina “soluções inovadoras e velhas soluções para problemas sociais e de desenvolvimento baseadas no mercado”, originando “novos filantropos” que relacionam diretamente caridade e resultados esperados, além de se envolverem na comunidade política.

Por conseguinte, esses novos filantropos, sejam indivíduos, sejam corporações, começam a assumir responsabilidades sociomorais antes atribuídas a “organizações da sociedade civil, entidades governamentais e agências estatais” (Ball; Olmedo, 2013), sem abrir mão do lucro. A filantropia tradicional transforma-se, passando da caridade paliativa (“Filantropia 1.0”) para a caridade voltada ao desenvolvimento (“Filantropia 2.0”) e, atualmente, para a caridade lucrativa (“Filantropia 3.0”) (Ball; Olmedo, 2013, p. 34).

No Brasil, a discussão sobre RSE se consolidou na segunda metade dos anos 1990, com as primeiras manifestações envolvendo empresários, comunidade, políticos e meios de comunicação (Passador, 2002, p. 1). Diversos autores (Baldo, 2002; Barbieri; Cajazeira, 2009; Oliveira, 2013) indicam que o tema ganhou relevância nacional em 1996, com a campanha do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, que convocou os empresários a se engajarem socialmente e a publicar um balanço social, documento que reúne informações sobre projetos e ações sociais da empresa – um instrumento estratégico para a responsabilidade social corporativa (Torres, 2008).

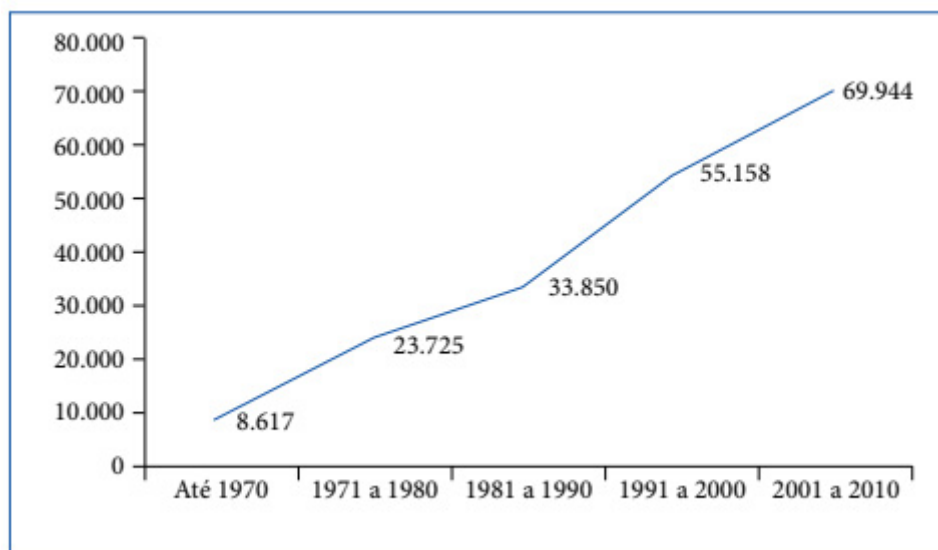
Essa campanha impulsionou a discussão sobre a responsabilidade das empresas com a comunidade e a sociedade brasileira, culminando na criação do Instituto Ethos em 1998, por empresários e executivos do setor privado. O referido instituto propôs-se a ser “um polo de organização de conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas para auxiliar as empresas a analisar suas práticas de gestão e aprofundar seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável” (Instituto Ethos, 2022).

Nessa perspectiva, o Instituto Ethos elaborou um documento orientador para guiar as empresas na incorporação de práticas socialmente responsáveis em suas atividades diárias. Em 1998, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), sob a direção de Herbert de Souza, introduziu um selo para empresas que publicassem seus balanços sociais conforme o modelo proposto pelo instituto. Essa iniciativa não apenas incentivou a criação do documento, mas também impulsionou ações de RSE, visto que tais práticas seriam valorizadas pela sociedade e poderiam tornar-se um diferencial competitivo no mercado (Ventura, 2005).

Com isso, a RSE gradualmente se tornou um imperativo para as corporações, centralizando discussões em diversos campos, como administração de empresas, educação, filosofia e ciência política. A tomada de consciência das elites empresariais que teria surgido então se tornou um fenômeno no país, algo que já havia ocorrido quase um século antes nos Estados Unidos e na Europa. Sua atuação e adesão alavancaram a proliferação de fundações privadas e associações sem fins lucrativos (Fasfil), reunindo no levantamento realizado no ano de 2016, o último disponível da série histórica, 236.950 unidades, que, juntas, empregam mais de 2,2 milhões de pessoas no Brasil⁴ (IBGE, 2016).

Metodologicamente para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para integrar o conjunto das Fasfil, cinco critérios precisam ser verificados: “Organizações privadas, distribuidoras de lucro, institucionalizadas, autoadministradas e voluntárias” (IBGE, 2016, p. 12). A Fig. 1 demonstra o crescimento desses braços sociais das empresas ao longo das últimas décadas.

Figura 1. Fundações privadas e associações sem fins lucrativos criadas entre 1970 e 2010.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016).

A Fig. 1 aponta tendência de crescimento em todo o período analisado no número de Fasfil criadas. As décadas de 1990 e 2000 apresentaram crescimento percentual de 23,3 e 29,5%, respectivamente. Cabe lembrar que a abertura do Brasil ao mercado, iniciada no governo Fernando Collor de Mello (1990–1992) e aprofundada nos governos seguintes, contribuiu para que as grandes empresas abrissem capital na bolsa de valores e, consequentemente, buscassem imagens positivas que agradassem, além dos clientes, os acionistas. Entretanto, considerando o total de Fasfil que permanecem funcionando, houve retração de 16,5%

entre 2010 e 2016, período em que o total passou de 283.812 para 236.950 entidades. Ou seja, 46.862 entidades fecharam suas portas, um fenômeno que pode ser explicado pela crise econômica enfrentada pelo país nesse período. Em relação às atividades exercidas, as Fasfil do setor “religião” lideram o *ranking*, repre-

sentando 35,1% do total, seguidas por “cultura e recreação”, com 13,6%, e “associações patronais e profissionais”, com 12,2%. As Fasfil dedicadas à “educação e pesquisa” somam 15.828, correspondendo a 6,7% do total (IBGE, 2016).

Esses números ilustram a dimensão que as Fasfil alcançaram no Brasil, contudo não foi possível determinar quantas dessas entidades estão ligadas a empresas e/ou ao setor financeiro. O *ranking* anual da Forbes Global 2000, que lista as maiores empresas de capital aberto do mundo, incluiu 22 empresas brasileiras em 2023. Conforme ilustrado no Quadro 1, as cinco primeiras posições, três são instituições financeiras, e todas possuem políticas de RSE.

Quadro 1. *Ranking* Forbes Global 2000 de maiores empresas de capital aberto

Posição Brasil/ mundial	Empresa	Área	Valor de mercado (em US\$ e bilhões)	Política de RSE – área prioritária
1/58	Petrobras	Petróleo e gás	63,03	Cultura, esporte e meio ambiente
2/98	Itaú Unibanco	Bancária	51,28	Itaú Social – Educação Fundação Itaú Cultural – Cultura Instituto Unibanco – Educação
3/138	Vale S.A.	Mineradora	61,72	Meio ambiente
4/171	Banco do Brasil	Bancária	24,85	Educação Inclusão, inovação e empreendedorismo digital
5/173	Bradesco	Bancária	31,60	Fundação Bradesco – Educação Programa Bradesco Esportes e Educação – Esporte

Fonte: Murphy e Schiffrin (2024).

Diante dos dados, é possível observar que as grandes corporações apresentam a tendência de envolvimento com políticas socialmente responsáveis, analisando o plano discursivo. A assertiva é corroborada por Tomei (1984, p. 195), ao entrevistar empresários de grande porte: “O grande empresário aborda a questão segundo uma dimensão macro, ampliando a inserção empresarial para fora dos domínios da organização”.

O SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO

Os bancos, instituições e conglomerados financeiros, embora influenciados pela internacional demanda já consolidada, foram impulsionados a criar suas políticas de RSE com a atuação da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Consideramos a Febraban um ator-chave no processo de institucionalização da RSE no setor bancário. Fundada em 1967, é a principal entidade representativa do setor bancário brasileiro e, operando em âmbito nacional, conta com 129 associados – de um universo de 161 instituições bancárias, em 2003, o que representa mais de 97,46% do total de ativos e 94,19% do patrimônio líquido do sistema –, o que lhe fornece um potencial disseminador da RSE e do balanço social (Ventura, 2005, p. 8).

A consolidação veio em 2002, quando se criou uma comissão especial para que o assunto fosse mais bem trabalhado entre os envolvidos.

Há, na página virtual da Febraban, grande quantidade de material sobre responsabilidade ambiental. Encontrou-se na pesquisa exploratória material referente a atividades socialmente responsáveis focalizando outras áreas de atuação. A atuação da entidade é apresentada na página, em que afirma visar alcançar:

Conformidade com a legislação e regulação socioambiental; Menor insegurança jurídica relacionada a questões socioambientais em operações intermediadas pelo setor bancário; Melhoria contínua na gestão dos riscos ambientais e sociais aos quais os bancos estão expostos; Aumento do volume de negócios verdes e inclusivos e geração de impacto positivo para a sociedade (Febraban, 2022).

Embora a Febraban não exponha em sua *home page* grande incentivo à educação, dados do censo de 2020 realizado pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife, 2016) demonstram que “a educação mantém sua predominância historicamente verificada”, embora tenha havido queda de 6% entre 2016 e 2020. Na pesquisa, 76% dos 131 investidores sociais respondentes afirmaram ter atuado em educação, tanto em iniciativas próprias quanto apoiando ações de outras organizações.

No que tange ao setor bancário, a maior parte dos bancos privados desenvolve ações de RSE na área da educação. A educação aparece como a destinatária preferencial de recursos cuja atuação tende a retornar benefícios para a empresa que investe. Tal investimento é:

[...] estratégico, uma vez que, além de possibilitar a formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho, promove a médio e longo prazo a inclusão social dos indivíduos, que passam a fazer parte do mercado de consumo dos serviços e produtos bancários (Kuzma; Silva, 2018, p. 49).

Em suma, como demonstrado no Quadro 2, entre os programas e ações de RSE dos 10 maiores bancos (por patrimônio líquido) em funcionamento no Brasil, encontrou-se em oito a área da educação em diversas frentes. Dos dois que ficaram de fora, verificou-se que o BTG Pactual atua com políticas para o meio ambiente, e o Banco Safra, por meio do Instituto Cultural J. Safra, trabalha com fomento à cultura.

Quadro 2. Responsabilidade social empresarial (RSE) do setor bancário brasileiro.

Posição	Banco	Patrimônio líquido em R\$ (milhões)	Ações de RSE em educação e área específica
1	Itaú Unibanco	144.123,6	Sim – educação básica
2	Bradesco	121.786,4	Sim – educação básica
3	Banco do Brasil	102.252,9	Sim – Universidade Corporativa e Programa Integração AABB Comunidade
4	Caixa Econômica Federal	81.241,7	Sim – programas de arte-educação
5	Santander Brasil	67.303,7	Sim – Programa Escola Brasil
6	Sicoob	21.325,2	Sim – Expresso Instituto Sicoob (cursos profissionalizantes)
7	BTG Pactual	18.983,6	Não
8	Banco Safra	11.791,7	Não
9	Banco Votorantim	9.373,6	Sim – Parceria pela Valorização da Educação
10	Citibank Brasil	8.789,5	Sim – Associação +Esperança / apoio financeiro a outros projetos

Fonte: Elaborado pelos autores.

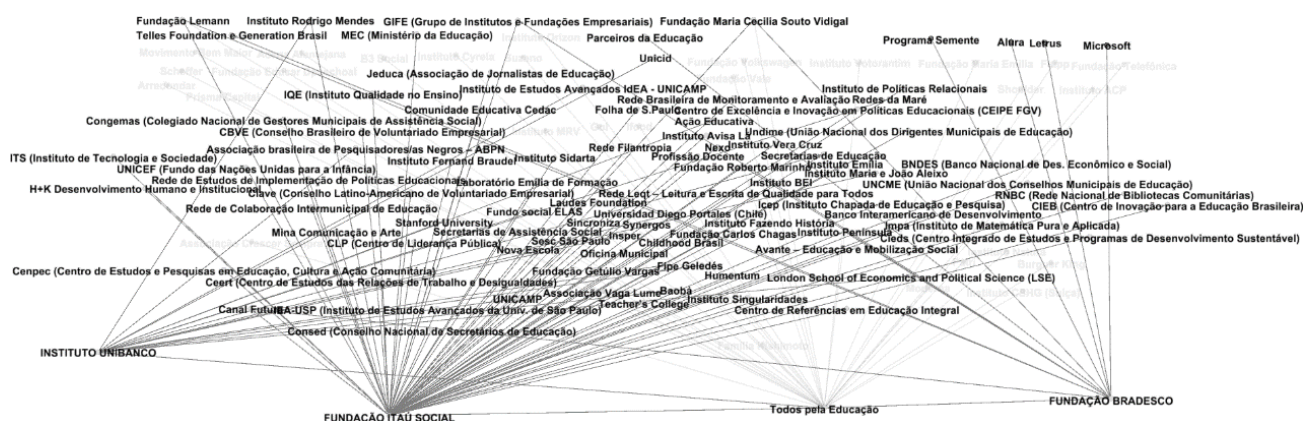
O maior filantropo em educação no Brasil do setor bancário é a Fundação Bradesco (FB), a qual é mantenedora de 40 escolas de educação básica em todo o país. A FB empregou, em 2021, o montante de R\$ 715 milhões. O maior conglomerado bancário brasileiro, no mesmo período, por meio da Itaú Social (IS) e do Instituto Unibanco (IU), aplicou R\$ 257,57 milhões de acordo com informações constantes de seus balanços sociais.

Diante do exposto, para o escopo deste artigo foram selecionadas as ações de RSE dos dois maiores investidores sociais em educação, que dão origem a três braços sociais. Este estudo debruça-se sobre as ações, os sujeitos envolvidos, as redes de interlocuções e convergências da IS, do IU e da FB.

ANÁLISE DE REDES DA ITAÚ SOCIAL, DO INSTITUTO UNIBANCO E DA FUNDAÇÃO BRADESCO

Delimitado o alcance da pesquisa, metodologicamente, em um primeiro momento, inseriram-se na base de dados apenas as colaborações elencadas nas páginas virtuais das três organizações. Foram encontrados 99 nós iniciais (Fig. 2), coletados sobretudo na aba de notícias, em que as instituições parceiras são mencionadas. Esse foi o caminho utilizado para o acesso posterior a outras páginas de outras instituições.

Figura 2. Parcerias diretas do Instituto Unibanco, da Itaú Social e da Fundação Bradesco.

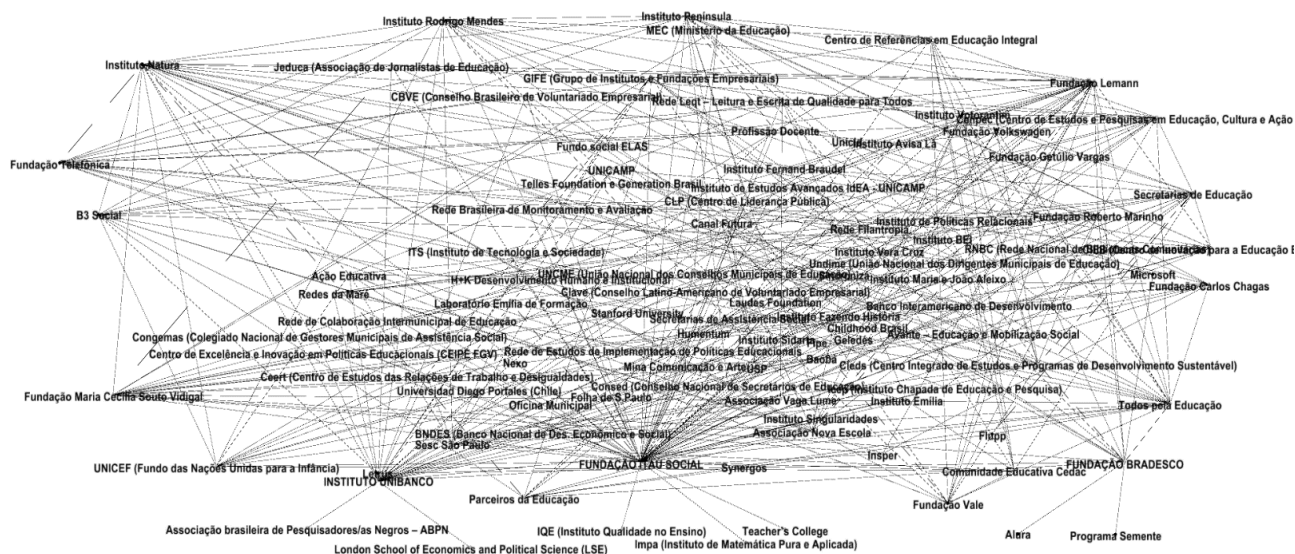


Fonte: Elaborado pelos autores.

A Fig. 2 demonstra que a IS apresenta 72 nós relacionados diretamente, sendo a instituição mais densa no grafo. O IU possui 32 nós, e a FB, apenas 17.

Para a continuidade e o aprofundamento da análise, adicionaram-se os elos encontrados em cada uma das 99 instituições anteriormente elencadas. Tal movimento foi capaz de revelar uma rede altamente complexa, composta de 410 arestas que representam as relações institucionais de diversas ordens e matizes, cujas origens são dois bancos privados brasileiros (Fig. 3). A rede que se coloca valida a ideia de que tais instituições possuem lugar privilegiado para a incidência na educação e propagação de suas premissas.

Figura 3. Elos relacionais dos parceiros diretos do Instituto Unibanco, da Itaú Social e da Fundação Bradesco.



Fonte: Elaborado pelos autores.

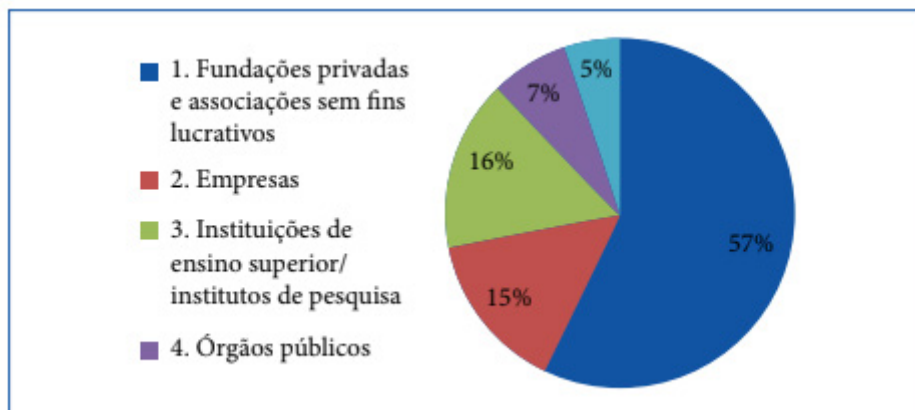
A definição jurídica da maior parte dos nós de maior densidade, os que têm maior possibilidade de difusão via relações interinstitucionais, é instituto, fundação ou organização não governamental sem fins lucrativos, e a associação privada é a natureza jurídica mais recorrente.

Segundo o Código Civil (Brasil, 2002), em seu art. 53, “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. Assim sendo, a maioria das organizações não pode ter distribuição de excedente pecuniário entre associados e/ou gestores.

Ainda que mais da metade dos nós da rede traçada seja enquadrada na qualidade de associações, o Fig. 4 é capaz de demonstrar a pluralidade de sujeitos coletivos integrantes dessa rede⁵. Cada qualidade de organização pode ter uma ou mais funções na rede, desde a replicação/disseminação de conteúdo, passando pela organização de eventos, até ações mais refinadas e com maior necessidade de organicidade, como o financiamento de outros projetos, o *advocacy*⁶ e a idealização e/ou execução de programas, políticas ou formação dos profissionais da educação com abrangência nacional.

Entre as categorizadas como empresas, constam consultorias educativas ou consultorias específicas para o terceiro setor, sistemas de ensino privados, imprensa e bancos. Segundo Ball (2014, p. 34), os agentes aqui elencados – empresas, agências multilaterais, organizações não governamentais etc. – “podem constituir, separadamente ou em conjunto, uma poderosa alternativa para o ‘fracasso’ do Estado”, cujas ações guardam em si a potência de disseminar e legitimar conhecimentos, influenciando, em última instância, a construção de políticas educativas locais que garantam a hegemonia de suas premissas no que tange à organização e ao funcionamento estatal.

Figura 4. Classificação dos nós da rede.

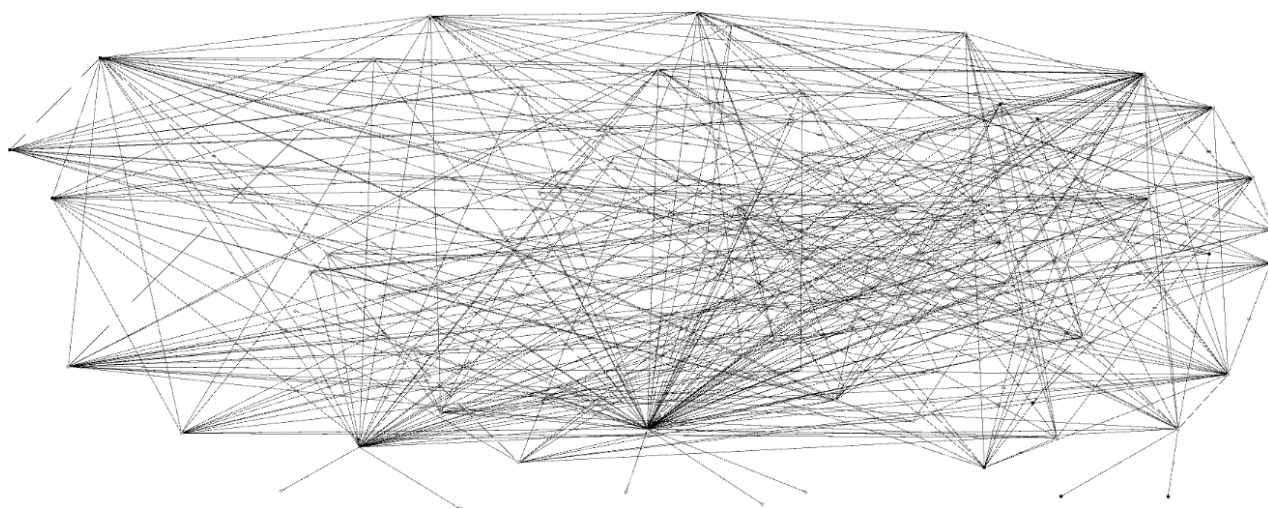


Fonte: Elaborado pelos autores.

É de suma importância, para melhor compreensão do funcionamento da rede, analisar os agrupamentos de nós e elos relacionais de grande alcance (*clusters*). Alguns, se observada a rede mais detidamente, ultrapassam em densidade o *cluster* da própria FB. Na rede, são evidenciados os elos relacionais conectados à Fundação Lemann (31 nós), à Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (21 nós), ao Instituto Natura (29 nós) e ao Todos pela Educação (23 nós). Os *clusters* são subgrupos de nós e arestas robustamente conectados entre si que comungam de ações e/ou interesses comuns.

No que tange à rede de afiliados, foi possível construir *clusters* cuja atividade chega a 168 elos relacionais. Para melhor visualização da complexidade e densidade da rede ora analisada, foram retirados os rótulos (legendas) dos nós, permitindo demonstrar de maneira mais nítida a interconectividade dos sujeitos e da rede como um todo, além de evidenciar os *clusters* mais densos (Fig. 5).

Figura 5. Visualização dos *clusters* da rede.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Foi objeto de análise também o fato de que, entre os nós presentes na Fig. 5, são menos numerosos aqueles que se conectam com apenas um dos três nós originários (IS, IU ou FB). É preciso esclarecer que os nós da rede que aparecem no grafo sem nenhuma outra relação não possuem em suas páginas as informações neces-

sárias para definir suas articulações precisamente. Nesse sentido, é possível que a rede seja ainda mais densa, que haja interconexões entre esses nós e outros sujeitos presentes na rede que não puderam ser identificadas pela ausência de informações disponíveis nas páginas e documentos consultados.

Observando os nós com maior densidade, identifica-se que alguns desses atores são velhos conhecidos da comunidade científica. Sobre a Fundação Lemann, por exemplo, existem sete teses e 10 dissertações defendidas cuja temática central versa acerca de sua atuação.

O Movimento Todos pela Educação (TPE), outro ego7 potente na rede, ultrapassou a visibilidade científica e tomou para si o “discurso competente” (Chauí, 1993) em educação. Tal afirmativa pode ser confirmada observando-se que, no intervalo temporal compreendido entre 2019 e 2021, segundo as notícias publicadas em sua página (Todos pela Educação, 2022), o TPE esteve 16 vezes nas casas legislativas federais brasileiras a convite delas, para participar de audiências públicas e comissões que discutiram a política pública em educação. Desde financiamento, passando por violência na escola e pela prática pedagógica durante e após a pandemia, o TPE ajuda a pautar os problemas (e as soluções) a serem levados em conta na construção da política de educação no país.

O Instituto Natura (IN) e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) são organizações com menor visibilidade, tanto na comunidade acadêmica quanto na sociedade em geral. As organizações tiveram, respectivamente, três e um trabalhos defendidos nos programas de pós-graduação entre 2015 e 2020. Em contraste às pesquisas, sua articulação na rede aqui mapeada é bastante consistente, assim como sua atuação nos sistemas públicos de ensino, tendo alto grau de impacto.

Como não seria possível desvelar neste artigo a natureza dos 410 elos relacionais da rede delineada, optou-se por focalizar os *clusters* dessas duas organizações e suas relações com os nós originários da rede principal.

ANÁLISE DOS CLUSTERS DO INSTITUTO NATURA E DA FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL

Segundo dados de sua página, o IN está presente em 21 estados e em 2.902 municípios brasileiros, tendo recentemente expandido sua ação para países latino-americanos (Argentina, Chile, México) e começado a organizá-la na Colômbia e no Peru. A atuação principal do IN é focalizada em quatro pilares: “Alfabetização na Idade Certa via Regime de Colaboração, Ensino Médio em Tempo Integral, Articulação com Agendas Prioritárias da Educação e Educação e Mobilização para as Líderes e Consultoras de Beleza Natura” (Instituto Natura, 2023). As iniciativas oferecem apoio técnico e consultoria para as redes públicas de ensino sob a perspectiva gerencialista, que inclui avaliação e incentivos, distribuição de material didático para estudantes, formação docente em parceria com a Fundação Nova Escola, apoio à Base Nacional Comum Curricular em sua implementação, entre outros.

O financiamento de suas ações, em grande medida, advém de uma linha de produtos (não cosméticos – portanto, fora de seu nicho de mercado) vendidos pelas consultoras Natura sobre os quais a companhia não aplica margem de lucro. Em 2022, a arrecadação foi de mais de R\$ 56 milhões. David Saad, diretor presidente do IN, é engenheiro de formação com MBA em administração pelo Insper. Iniciou sua carreira na área social como coordenador-geral do Programa Cultura e Cidadania para a Inclusão Social: Fábricas de Cultura, realizado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Depois integrou a Fundação Victor Civita – ex-proprietária da revista *Nova Escola* – e o Instituto de RSE do Hospital Israelita Albert Einstein.

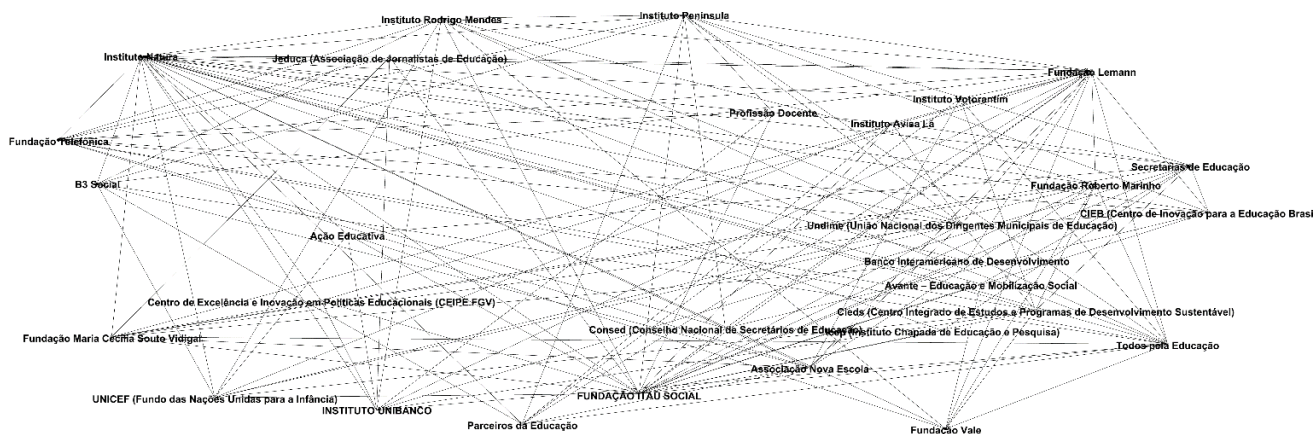
Percebe-se aqui uma característica comum quando observamos os altos cargos e funções das fundações e institutos que incidem sobre educação: a formação inicial em outras áreas que não a educação. A equipe fixa

do IN conta com, além de Saad, mais 24 sujeitos, dos quais apenas um pedagogo e um licenciado (Letras) com formação inicial⁸.

Tendo em vista que o IN está presente em mais da metade dos municípios brasileiros e impactou somente em 2021 mais de 2,5 milhões de estudantes, é relevante atentar que o foco de formação dos sujeitos que dirigem o instituto não é a educação e que, portanto, as políticas planejadas e realizadas por eles tiveram a influência de um pensamento gerencial⁹, presente em cursos de administração, engenharias, políticas públicas e relações internacionais.

Pode-se observar, nos 29 nós e 168 arestas que formam o *cluster* do IN (Fig. 6), que há relações recíprocas com aparelhos de origens diversas: além da IS e do IU, há egos ligados à mídia (Fundação Roberto Marinho, Associação de Jornalistas de Educação, Nova Escola); ao poder público (União dos Dirigentes Municipais de Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação e Secretarias de Educação); a instituições ligadas ao setor bancário e/ou rentista (BID, B3 Social); e a outras organizações do terceiro setor (muitas delas executoras de propostas advindas do próprio IN). A FB não está presente no *cluster* do IN.

Figura 6. *Cluster* do Instituto Natura.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Em análise à natureza das relações travadas especificamente entre os braços sociais dos bancos presentes na rede e o IN, inseriu-se “Instituto Natura” no buscador da IS e do IU. Retornaram, após o descarte das notícias que fugiram ao tema ou repetidas, 10 notícias com referência ao IN na página da IS e nove na página do IU. Após a leitura e definição do escopo de cada uma das notícias, sistematizamos os resultados da busca em quatro categorias. A categoria “Congresso/Mesa/Oficina”, identificada em sete ocorrências, reúne iniciativas em que ambos estão presentes em determinado evento, com direito à fala (mesa de debates), no desenvolvimento de oficinas ou ainda em encontros como seminários, congressos ou eventos congêneres. Verificou-se que os eventos foram organizados por eles próprios, quando um dos egos principais desse *cluster* realiza o evento e convida outro, ou por terceiros, quando outros organizam o evento e convidam dois ou mais nós para participarem com voz ou ação.

As temáticas tratadas nessas ocasiões são variadas e necessitam de análise mais aprofundada para revelar com precisão as aproximações ideológicas entre as organizações – o que será objeto de análise nas próximas fases desta pesquisa. De toda forma, diante do que até aqui temos consolidado, pode-se verificar a atuação conjunta das instituições, apoiando eventos realizados por elas ou por outros sujeitos ligados ao empresariado e/ou ao sistema bancário-rentista.

Além disso, é perceptível um esforço para a criação de espaços de diálogo que alcancem a população. Isso favorece o convencimento e a conquista da hegemonia sobre o que deve ou não ser feito em educação. Esses

eventos contam com grande capilaridade e exposição midiática (incentivada, paga e espontânea) que acabam por naturalizar a ideia de que esses porta-vozes das Fasfil são também os porta-vozes da educação.

As seis notícias categorizadas como “Projeto/ação” são aquelas que indicam projetos e/ou ações realizados por ao menos um dos nós da rede principal. É nessa categoria que se percebe de maneira mais consistente o apoio recíproco e a atuação conjunta das instituições bancárias com os institutos/as fundações empresariais. Foram encontrados três projetos em que IS, IU e IN trabalham de maneira colaborativa: o Movimento Colabora Educação; a plataforma Segue os Profes; e a plataforma Conviva Educação.

O Movimento Colabora Educação, segundo sua página, afirma atuar na “produção e disseminação de conhecimento e [n]o *advocacy* no campo educacional” buscando fortalecer a “governança federativa da educação” (Movimento Colabora Educação, 2022). A iniciativa surgiu do Conselho da Sociedade Civil Organizada do BID. Além desse último, constam como mantenedores da iniciativa a IS, a Fundação Lemann, o IN, o Instituto Positivo, o IU, o TPE e o Itaú Educação e Trabalho.

A plataforma Segue os Profes define-se como:

[...] um projeto do movimento Profissão Docente¹⁰ para aproximar os jovens da possibilidade de ser professora ou professor. Para gerar um olhar de prestígio sobre a profissão, um maior conhecimento sobre as possibilidades desta carreira, e para despertar o interesse em seguir nesta carreira tão bonita e útil! (Segue os Profes, 2022).

Na página é possível identificar a aproximação entre o professor ideal e inspirador e um *influencer* (Segue os Profes, 2022). A argumentação informa que os professores são “os mais importantes influenciadores de todos os tempos”. Na página do Instagram do projeto se observam vídeos de docentes dotados de depoimentos, cujos conteúdos são questionáveis (Segue os Profes, 2022). Como exemplo, pode-se citar a publicação do dia 27 de dezembro de 2022, na qual o professor Iago Gomes afirma que o professor perfeito não é o que leva trabalho para casa, e sim “aquele que garante o ensino-aprendizagem do estudante” (Segue os Profes, 2022).

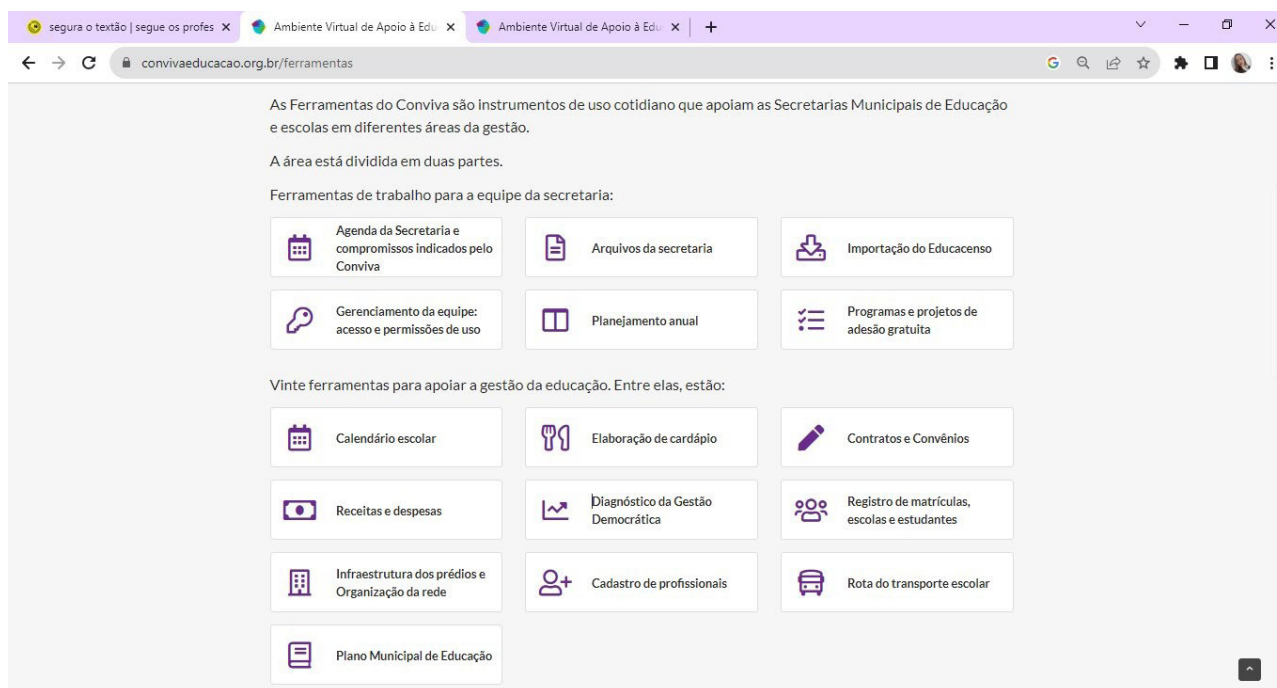
Em outro vídeo, em que a professora Flávia Godoy mostra sua rotina de trabalho, aparecem carteiras enfileiradas e uma lousa para atividades ligadas a uma metodologia claramente tradicional, a frase inicial é: “Essa é a rotina de uma professora que claramente escolheu a pedagogia por amor e não por dinheiro” (Segue os Profes, 2022). A mensagem implícita em ambos os vídeos é a minimização da precarização da profissão docente, além da romantização da escolha pela docência.

A plataforma Conviva Educação apresenta-se como um “sistema de gestão gratuito para Dirigentes Municipais de Educação (DME), equipes técnicas das secretarias, gestoras e gestores escolares” (Conviva Educação, 2023). Fundada em 2013 pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a iniciativa recebe apoio estratégico da IS, IN, Porticus, FMCSV e Instituto Votorantim. Na mídia, conta com o canal Futura e a Fundação Roberto Marinho. No apoio técnico aparecem a Fundação Telefônica Vivo, Fundação SM, Instituto Alana, TPE e Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Há disponível na plataforma 28 cursos, dos quais 25 elaborados e oferecidos em parceria com a IS. O Conviva disponibiliza também ferramentas de trabalho para a equipe das secretarias de Educação e outras para apoiar a gestão da educação (Fig. 7).

É interessante destacar que, nessa categoria, atrelado à plataforma Conviva Educação, há um prêmio de gestão escolar. Iniciativas como esta fomentam não apenas a desvinculação estatal com ações na educação pública, mas a valorização focal daqueles que cumprem as prescrições dessas organizações presentes, mesmo nos cursos ofertados pela Conviva Educação, em detrimento de uma política pública universal de valorização docente via plano de carreira ou legislações análogas.

Figura 7. Ferramentas da Conviva Educação.



Fonte: Disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/ferramentas>. Acesso em: jun. 2022.

Outra notícia dessa categoria nos traz a informação de que, ainda que as instituições não atuem diretamente no mesmo projeto, elas podem estar presentes concomitantemente compondo uma política educacional, como no caso do Piauí. O estado conta com projetos do IU, Fundação Lemann, IS, IN, Instituto Gesto, Itaú Educação e Trabalho, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) Nacional e Sebrae Piauí, e foi necessário, segundo o governo, um alinhamento desses institutos e fundações em suas práticas. Na ocasião, Ricardo Henriques afirmou:

O Unibanco tem uma parceria de longa data com a Educação do Piauí e nos últimos oito anos tivemos uma colaboração muito produtiva com os secretários e com o governador Wellington Dias, que gerou resultados fortes. O que nós estamos construindo agora é não só a continuidade da parceria com o governador Rafael e o secretário Washington Bandeira, mas podermos ser capaz de ajudar a [Secretaria de Educação] Seduc a dar um salto de patamar do ponto de vista da inclusão dos estudantes e da capacidade de *aumentar significativamente a aprendizagem de língua portuguesa, em matemática*, no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, sobretudo. Então, nós estamos calibrando a parceria para dar conta de seguir com mais sustentabilidade no circuito de gestão que é o coração da nossa parceria (*apud* Lucas, 2023, grifos nossos).

Henriques coloca o IU como propulsor de “resultados fortes” no âmbito da educação estadual. Nos últimos oito anos, período mencionado pelo superintendente, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) piauiense teve acréscimo de 0,7, saindo de 4,6 (2015) para 5,3 (2021) nos anos iniciais, considerando apenas as instituições públicas de ensino. O movimento prioritário apontado por Henriques é a melhoria de aprendizagem nas disciplinas privilegiadas na Prova Brasil, português e matemática, em especial no segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio.

Outra ênfase dada no discurso de Henriques corrobora algo que já apontamos em pesquisas anteriores (Morgan, 2020): a importância dada à área de gestão e à formação continuada de gestores – sejam eles diretores de escolas, sejam técnicos das secretarias, sejam os próprios secretários de Educação.

Os bancos, por meio de seus braços sociais, atuam com muita frequência em parceria com a Undime e com o Conselho Nacional de Secretários de Educação – organizações que reúnem secretários municipais e estaduais de Educação respectivamente e que, por sua composição, possuem grande capacidade de pulverização de programas, projetos e ideias.

Tais ideias, no entanto, precisam de legitimidade para disputar as mentes dos educadores nos territórios. As pesquisas, portanto, são uma importante estratégia para convencimento, pois, ao menos no discurso que propagam, trazem evidências de técnicas, organizações pedagógicas, gestão e reformas que levariam o Brasil a um salto de qualidade na educação – como afirmou Henriques em relação ao Piauí (*apud* Lucas, 2023).

As categorizadas como pesquisas apareceram nas buscas em duas ocasiões e em situações diversas. A primeira, quando há a menção a uma pesquisa realizada em tríplice parceria. Coordenada pela Dados para um Debate Democrático na Educação (D3e), com apoio do IU e IN, o texto intitulado *Implementação de reformas no ensino médio: Experiências internacionais e aprendizados para o Brasil* (Braga et al., 2022) versa sobre experiências de reforma no ensino médio instituídas internacionalmente (Chile, Portugal e a província de Ontário, no Canadá) que, como sugere o título, segundo seus autores, servem de lição para a nossa própria reforma.

Em outras quatro ocorrências foram destacados outros estudos realizados pelos sujeitos coletivos aqui analisados. Os estudos foram alvo de reforço de conteúdo por parte de outros, para além do autor/ financiador da pesquisa em questão. Ou seja, se o estudo foi realizado por um sujeito, ele é repercutido por outros sujeitos da rede, que exercem o papel de reforçar e disseminar o conteúdo. Por esse motivo, nomeou-se a categoria de “reforço de conteúdo/pesquisa”.

Na notícia “Redução de danos na educação pós-pandemia” (Instituto Unibanco, 2021), David Saad, diretor presidente do IN, e Ana Paula Pereira, diretora-executiva do Instituto Sonho Grande, falam sobre a recuperação da aprendizagem no pós-pandemia. Para debater o tema, o texto traz o estudo realizado pelo Insper e pelo IU. Percebe-se que o estudo do IU é repercutido em evento *online* pelo IN e que o estudo em si tem no Insper um elemento de legitimação do conteúdo produzido.

Em outra ocasião (Observatório de Educação, 2021), o movimento é contrário. Esse movimento de replicação das pesquisas nas redes sociais e em espaços de debate indica convergência das pautas e o esforço de engajamento das organizações. Para além disso, nota-se que o movimento de disseminação dos conteúdos é recíproco entre os sujeitos coletivos e individuais que compõem as redes aqui analisadas.

Outra consequência de essas pesquisas serem realizadas por organizações privadas ligadas ao empresariado e apoiadas pelo setor bancário são a naturalização e identificação, por parte da sociedade em geral e dos educadores especificamente, desses sujeitos como detentores do conhecimento científico em educação, ao arripio das universidades. Pode-se constatar, em análise do *cluster* do IN, a consolidação de uma rede completa na rede principal, cujas ações, mesmo em menor escala, têm o potencial de abarcar a produção de conteúdo para as redes de ensino e sua disseminação; o convencimento dos profissionais da educação em torno de determinada metodologia e de um conceito restrito de aprendizagem; a premiação de estudantes e professores que executam com êxito a sua proposta; entre outros.

Não é possível, pelas limitações que este artigo impõe, especificar as relações de maneira pormenorizada de cada um dos 168 elos relacionais encontrados. Entretanto, ao agrupá-los, podem-se compreender as formas como essas redes sociais, interligadas entre si nas ações e na ideologia, atuam no interior da educação pública brasileira. E é nessa mesma perspectiva que outro *cluster* se destaca na rede.

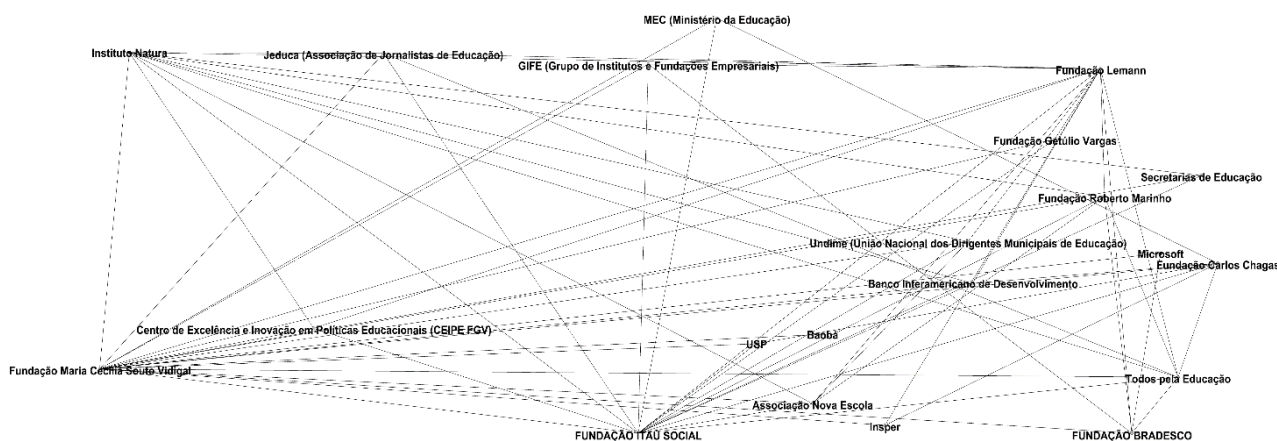
Com 75 elos na rede principal, a FMCSV vem despontando como capitaneadora de ações sobre a educação pública. Embora tenha mais de 50 anos de existência, a fundação deslocou seu foco inicial (saúde) para a primeira infância apenas no ano de 2007. Em 2019, incluiu entre suas metas a educação infantil.

Segundo o Relatório de Atividades do ano de 2021, a fundação executou um orçamento de mais de R\$ 28 milhões. Entre as sete ações voltadas para a educação infantil, destacam-se o curso BNCC na Educação

Infantil: Estratégias Teórico-Práticas para a Formação de Professores, a Implementação do Currículo de Educação Infantil Sobral (CE) e o Prêmio Educação Infantil Boas Práticas de Professores Durante a Pandemia. As ações destacadas têm como público-alvo gestores e equipes técnicas municipais, professores, famílias e organizações. A organização teve como parceiros principais para a execução das ações a Undime, a IS, o Instituto Singularidades e secretarias de Educação e alcançou ao menos 1.267 municípios.

Ao isolar apenas a sua rede social, é possível observar que é composta de 21 nós e 75 elos relacionais, contando com relações com o BID, a Associação Nova Escola, a Fundação Roberto Marinho, o Ministério e as secretarias de Educação, instituições de ensino e pesquisa, entre outros (Fig. 8).

Figura 8. Cluster da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao analisar sua atuação, pode-se perceber que os cursos ofertados e as parcerias demonstradas indicam convergência com o *cluster* do IN, haja vista a focalização nos gestores municipais e equipes, em parceria com a Undime. Assim, o lastro de atuação alarga-se, pois incide sobre os responsáveis pela tomada de decisão em contexto local.

Nesse ponto, é interessante observar que a incidência sobre a gestão (de sistemas e escolar) pode ser explicada pela necessidade de se construir estratégias que sejam capazes de aprisionar a ação gestora, sob o pretexto da descentralização e desburocratização. Segundo Laval (2004, p. 257), nesses contextos surgem os “encarregados de aplicar eficazmente as políticas de modernização decididas pelas altas esferas e capazes de mobilizar as energias; de introduzir as inovações e de controlar os professores na base”.

Tais ações são pensadas e projetadas na FMCSV por um total de 56 pessoas, divididas entre o Conselho de Curadores (7); Conselho Fiscal (3); Comitê de Investimentos (5); Comitê de Comunicação (7); e a Equipe (34). Do total, no que tange à formação dos profissionais envolvidos, há apenas uma pedagoga no Comitê de Comunicação, uma psicóloga com mestrado e doutorado em Educação e uma licenciada em Ciências Sociais.

A exemplo das outras organizações aqui analisadas, é quase inexistente a presença de profissionais da educação, sendo a maior parte ligada às áreas econômicas e da administração. Destaca-se nessa instituição o número de profissionais ligados às relações internacionais e comunicação, no qual se inclui a *chief executive officer* (CEO) da fundação.

Seguindo a metodologia de análise do primeiro *cluster*, foi inserido nos buscadores dos três egos principais o termo “Fundação Maria Cecília Souto Vidigal”. Obtivemos 37 retornos na IS, cinco retornos no IU e nenhum retorno na FB. Novamente, assim como no primeiro *cluster* investigado, a FB aparece de maneira periférica, em relações secundárias ou apenas de manutenção de outras entidades. O protagonismo nas ações,

entre os egos centrais da rede principal, fica a cargo dos braços sociais do Itaú-Unibanco. Nesse caso, por tratar-se de ações voltadas para a educação infantil, a IS destaca-se, tendo em vista que o foco de atuação do IU é o ensino médio.

Após a exclusão de temáticas alheias ao escopo deste trabalho e notícias repetidas ou com o mesmo conteúdo, as ocorrências foram tratadas e categorizadas utilizando os mesmos critérios do *cluster* do IN.

Embora este último tenha maior densidade na rede, a IS e o IU repercutem mais as ações realizadas em conjunto com a FMCSV. São 38 menções em suas notícias.

Pode-se perceber a possibilidade de análise seguindo as mesmas categorias, mas não sem atentar para diferenças entre elas.

Na categoria “congresso/ Mesa/oficina”, em que há 18 recorrências, uma temática chama a atenção por repetir-se em dez delas. A avaliação aparece em seminários, debates, em análises de casos concretos, entre outras situações, mesmo a avaliação na primeira infância – foco da FMCSV. Em seu relatório de auditoria do ano de 2021, a FMCSV afirma que “a cultura avaliativa faz parte da Fundação, por isso dizemos o que não se pode medir não se pode melhorar, ou seja, buscamos ter e fomentar os sistemas de avaliação do desenvolvimento e da educação infantil implementados”.

A atenção dispensada ao tema é compreensível conforme o que postula Afonso (2012), que compreende a avaliação como um dos eixos fundamentais para a consolidação de políticas de responsabilização e/ou de remuneração por mérito. A avaliação foi tema de, pelo menos, quatro seminários internacionais de avaliação para o investimento social privado. A iniciativa foi realizada pelo Gife, Fundação Roberto Marinho e IS, contando com o apoio da FMCSV e da Move Social.

A Move Social é uma Empresa B, ou seja, segundo a página do Sistema B Brasil (2023), “um novo tipo de negócio que equilibra propósito e lucro, considerando o impacto de suas decisões em seus trabalhadores, clientes, fornecedores, comunidade e meio ambiente”. Olmedo (2013) aproxima-se desse conceito de empresa ao analisar a governança filantrópica neoliberal. Com a intenção de promover o bem sem abrir mão da maximização dos lucros, os novos filantropos estão investindo em empreendimentos lucrativos destinados a resolver diversos problemas sociais. Eles propagam a mensagem de que somente a iniciativa privada, com seu sucesso no setor empresarial, deve realizar essas ações e, adicionalmente, de forma mais eficaz do que o Estado.

Da categoria “projeto/ação”, responsável por cinco ocorrências, constam dois tipos de notícia. A primeira traz a produção de conteúdo a ser veiculado na Rede Globo, maior emissora de televisão do país e parceira constante das redes traçadas. O conteúdo sobre desenvolvimento da primeira infância foi desenvolvido por iniciativa da IS, FMCSV, Fundação Van Leer, Instituto Samuel Klein e Porticus América Latina, com produção da Prodigio Films.

O segundo, mais ligado à educação, traz duas premiações: uma para boas práticas de professores da educação infantil e outra para a gestão escolar, esta última também presente no *cluster* do IN. Tais premiações têm a potência de pautar a atuação de gestores e docentes em torno de critérios determinados. Essas ações corroboram o que Peroni e Caetano (2015) afirmam: “O ‘conteúdo’ pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que, assim, estão contribuindo para a qualidade da educação pública”.

A categoria “reforço de conteúdo/pesquisa” apresentou 11 recorrências e traz um ponto forte da atuação da FMCSV: a produção de conhecimento no que tange às temáticas caras à primeira infância. As pesquisas e estudos mais citados nas notícias são três: “Educação infantil em debate: a experiência de Portugal e a realidade brasileira”; “Avaliação da qualidade da educação infantil”; e “Desigualdades e impactos da Covid-19 na atenção à primeira infância”. As duas primeiras foram iniciativas da IS e da FMCSV. Na terceira pesquisa a IS entrou somente na parceria, sendo iniciativa apenas da fundação. As pesquisas contam com terceiros para a coordenação técnica, a exemplo do Centro de Criação de Imagem Popular, do Laboratório de Estudos e Pes-

quisas em Economia Social da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, do Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Plano CDE e da Quantiz Consultoria Empresarial.

No que tange à categoria “representação”, as organizações aqui investigadas se articulam em atividades em que suas instituições são representadas em algum espaço. A primeira revela que o observatório do Plano Nacional de Educação terá parceiros para monitorar as metas e estratégias. Segundo a reportagem (Itaú Social, 2023), uniram-se organizações especializadas nas etapas e modalidades. A nota lista 18 organizações, das quais apenas a Fundação Capes e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada são públicas. Nenhuma universidade foi incluída. A plataforma foi desenvolvida com o apoio do BID.

A segunda notícia versa sobre a representação do Unibanco no Conselho do Gife, ocasião em que, para o mesmo biênio, também foram eleitos representantes da FMCSV e de outras organizações (Instituto Unibanco, 2013).

Observando as duas redes e diante da rede principal, algumas reflexões finais podem ser tecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos principais *clusters* da rede conjunta da IS, IU e FB aponta para uma convergência de interesses e temáticas, mas diferenças no *modus operandi* das instituições. Enquanto a IS e o IU têm forte atuação nos espaços públicos e se inserem como *players* proeminentes no debate educacional, a FB tem uma atuação dotada de menor exposição, embora potente. Em seu relatório de atividades de 2021, a FB deixa clara a sua intenção de “promover formação humanista para desenvolver futuras lideranças em todas as regiões do nosso País” (Fundação Bradesco, 2021). Tal intenção materializa-se não apenas no atendimento educativo nas 40 escolas sob sua tutela, mas também em parcerias, com manutenção financeira, apoio institucional e representação.

A FB, por exemplo, é uma das mantenedoras do TPE, que exerce *advocacy* em educação e forma assessores parlamentares. É mantenedora também, com outros da iniciativa privada, do Canal Futura. Ainda, faz parte do Conselho do Gife, do Parceiros pela Educação, entre outros. Sua influência e interferência na educação estatal e na elaboração de políticas públicas para o setor parecem ser mais infraestruturais. Ou seja, na rede exerce a função de dar condições para que outros *players* possam atuar. Muitas das ações apoiadas pela FB são apoiadas também pela IS e pelo IU. Já estas últimas executam as pautas postas em evidência na sociedade e no campo educacional e dialogam mais diretamente com elas, com bastante exposição midiática, ressalta-se.

Nesse sentido, evidenciou-se a formação de uma “coalizão advocatória”, que une:

[...] atores públicos e privados, provenientes de diversas instituições e níveis governamentais, que dividem um conjunto de crenças e valores comuns e que buscam manipular as regras, orçamentos e recursos humanos governamentais visando a atingir seus objetivos no longo prazo (Simielli, 2013, p. 568).

Os bancos, por meio dessas parcerias aqui salientadas, atuam em quase todas as facetas da educação: desde a formação e “mentoria” de secretários de Educação, técnicos de secretarias e assessores parlamentares, passando pela construção do significado de boas práticas pedagógicas, incluindo as premiações e culminando nas pressões em favor de determinada organização curricular.

Tais instituições expandem-se e ganham terreno no campo educativo, como é o caso de outro braço social do Itaú – o Itaú Educação e Trabalho¹¹. Surpreendentemente, a proposta de um novo Exame Nacional do Ensino Médio apresentada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) veio com o selo deles, como um trabalho encomendado. O fato de a IS não ser o braço do Itaú Unibanco envolvido com essa iniciativa nos indica a forte vinculação entre o novo ensino médio, o currículo que vem sendo debatido e o mercado de trabalho.

Na Fig. 9, retirada da apresentação realizada pelos conselheiros, é possível observar a autoria do trabalho encomendado de Eduardo Deschamps, presidente do CNE à época, e Beatriz Lomonaco, da Gerência de Gestão de Conhecimento da Itaú Educação e Trabalho. Aqui fica bem marcada a sobreposição entre o privado e o público na construção de políticas para a educação brasileira.

Figura 9. Slide de apresentação de proposta do novo Exame Nacional do Ensino Médio pelo Conselho Nacional de Educação.



Fonte: Arquivo dos autores.

Os nós, arestas, *clusters* e as análises realizadas sobre eles nos ajudam a entender a sincronia do movimento que se coloca cada vez mais intenso e dinâmico na perspectiva da condução de uma articulação intencional entre os diferentes atores de modo a pautar a educação, sobretudo a pública, de acordo com seus interesses empresariais.

É importante ressaltar que muito falta à educação estatal e, em muitos momentos, lhe falta o básico, mas a alternativa à omissão do Estado não deve ser a privatização da agenda educacional ou da condução da política educativa, mas sim a reestruturação, de modo a atender aqueles que necessitam de uma educação de melhor qualidade, buscando parcerias público-público.

É preciso destacar que este artigo representa um primeiro esforço analítico de uma pesquisa mais ampla, e a construção e divulgação científica dos dados aqui contidos têm a potência de contribuir para o alargamento do debate no campo, jogando luz sobre a proliferação e consolidação das ações dos atores privados, especialmente os agentes financeiros, na esfera pública. Por fim, fica a reflexão: nem mesmo Paulo Freire foi capaz de prever que a educação bancária seria, além de um ensino pouco reflexivo e emancipador, também uma educação exercida pelos bancos.

NOTAS

1. “Do ponto de vista político as bases da NGP se encontram na crítica ao Estado de Bem-Estar Social, ao planejamento centralizado e ao papel indutor e promotor do bem social exercido preponderantemente pelo Estado, suas bases epistemológicas estão no Novo Institucionalismo” (Oliveira; Duarte; Clementino, 2017, p. 710).
2. São denominados nós, de acordo com a ARS, os indivíduos ou grupos de indivíduos, corporações, fundações e

demais atores ou agentes que compõem a rede de inter-relações a ser desvelada neste artigo (Souza; Quandt, 2008).

3. A “relação que estabelece uma conexão ou troca de fluxos entre dois atores” (Souza; Quandt, 2008, p. 31) é nomeada elo relacional ou aresta. Esses elos relacionais podem estar ligados a tipos de conexão diferentes, desde o compartilhamento de opiniões pessoais até a transferência de recursos.

4. Os dados referem-se a censo especial realizado pelo IBGE e representam o último da série disponível.

5. É importante ressaltar, para fins de melhor compreensão, que secretarias de Educação de municípios e estados, embora diversos, foram contabilizadas como um único sujeito.

6. “A palavra ‘advocacy’, vinda do latim *advocare*, tem origem anglo-saxã, cujo significado era, basicamente ‘apoiar uma causa’. Contudo, ao elaborar um pouco mais o conceito, este seria a livre manifestação popular de entidades e instituições civis de maneira a influenciar nas decisões de formulação de políticas públicas. Em outros termos, é o instrumento pelo qual grupos, organizações e a própria sociedade civil realizam reivindicações perante o poder público de direitos indisponíveis, objetivando a formulação e implementação de políticas públicas que atendam aos anseios e às carências do povo” (ITCC, 2020).

7. Egos referem-se, na ARS, aos nós focais da rede – aqueles definidos como objetos de investigação e atenção em uma rede definida (Souza; Quandt, 2008).

8. Os cursos de graduação dos sujeitos são: Economia (3), Relações Internacionais (2), Psicologia (2), Engenharia (1), Ciências Sociais (2), Administração (2), Políticas Públicas (2) e Bacharelado em Biologia (1). Cinco sujeitos não foram encontrados nas fontes consultadas – LinkedIn e Currículo Lattes.

9. Os autores compreendem pensamento gerencial como aquele influenciado pelo neotecnismo citado por Freitas (2014).

10. O Movimento Profissão Docente, idealizador da plataforma ora em análise, é uma “coalizão de organizações do terceiro setor que atuam para a melhoria da educação e uniram esforços para a valorização da carreira docente e para o fortalecimento da atuação dos professores de todo o país” (Profissão Docente, 2022). Tal coalizão reúne IN, IU, IS, Fundação Lemann, TPE, Instituto Península e Fundação Telefônica Vivo.

11. Itaú Educação e Trabalho é um braço social do Banco Itaú Unibanco, que “atua em parceria com entidades civis e o poder público para apoiar e incentivar a implementação de políticas de Educação Profissional e Tecnológica” (Itaú Educação e Trabalho, 2023).

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>. Acesso em: jul. 2023.

ADRIÃO, T.; DOMICIANO, C. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 668-684, 2021. <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1223>

AFONSO, A. J. Para uma concetualização alternativa de *accountability* em educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200008>

BALDO, R. A empresa cidadã frente ao balanço social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 15., 2002, Salvador. **Anais [...]**. 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/2760ec1e4c198b61ec134c72fce1fe91.pdf>. Acesso em: jul. 2023.

BALL, S. **Educação Global S.A.** Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

BALL, S.; OLMEDO, A. A nova filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, V. (org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Líber Livro, 2013. p. 33-47.

- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. **Responsabilidade social e empresarial e empresa sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BRAGA, F. M.; LABORNE, A. A.; MARINI, A.; SOUZA, L.; DUARTE, V. **Implementação de reformas no ensino médio**: Experiências internacionais e aprendizados para o Brasil. São Paulo: Dados para um Debate Democrático na Educação, 2022. Disponível em: https://d3e.com.br/wp-content/uploads/relatorio_2211_implementacao_reformas_ensino_medio.pdf. Acesso em: ago. 2023.
- BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, ano 139, seção 1, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1993.
- CONVIVA EDUCAÇÃO. **Conheça do Conviva**. Conviva Educação. Disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/oque-e>. Acesso em: jul. 2023.
- CROSO, C.; MAGALHÃES, G. M. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 17-33, jan.- mar. 2016. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016157622>
- DUPAS, G. **Atores e poderes na nova ordem global**: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN). **Nossa atuação em sustentabilidade**. Febraban, 2022. Disponível em <https://portal.febraban.org.br/pagina/3059/37/pt-br/responsabilidade-socioambiental>. Acesso em: jul. 2023.
- FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out.-dez. 2014. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302014143817>
- FUNDAÇÃO BRADESCO. **2021 Relatório de Atividades**. Fundação Bradesco, 2021. Disponível em: https://fundacao.bradesco/Content/Documents/RA_2021_PORT_site_V3.pdf. Acesso em ago. 2022
- GROPPO, L. A. Responsabilidade social empresarial e a mercantilização da solidariedade. **Serviço Social e Sociedade**, v. 91, p. 143-162, 2007.
- GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). **Censo Gife 2016**. Gife, 2016. Disponível em: https://gife.org.br/wp/media/2018/12/DADOS-GERAIS-v5_Final.pdf. Acesso em: jul. 2023.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas** – Cempre. Brasil: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=destaques>. Acesso em: jul. 2023.
- INSTITUTO ETHOS. **Sobre o Instituto**. Instituto Ethos, 2022. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/sobre-o-instituto/>. Acesso em: jul. 2023.
- INSTITUTO NATURA. **Portal**. Instituto Natura. Disponível em: <https://www.institutonatura.org/>. Acesso em: jul. 2023.
- INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA (ITTC). **ITTC Explica**: O que é ‘advocacy’? ITTC, 2020. Disponível em: <https://ittc.org.br/o-que-e-advocacy/>. Acesso em: jul. 2023.
- INSTITUTO UNIBANCO. **Superintendente do Instituto Unibanco integra novo conselho do Gife**. Instituto Unibanco, 2013. Disponível em: <https://institutounibanco.org.br/conteudo/superintendente-do-instituto-unibanco-integra-novo-conselho-do-gife/>. Acesso em: ago. 2022
- INSTITUTO UNIBANCO. **Redução de danos na educação pós-pandemia**. Instituto Unibanco, 2021. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/reducao-de-danos-na-educacao-pos-pandemia/>. Acesso em: ago. 2022
- ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. **Quem somos**. Itaú Educação e Trabalho. Disponível em: <https://www.itaue.com.br/>

itaueducacaoetrabalho.org.br/institucional/quem-somos. Acesso em: jul. 2023.

ITAÚ SOCIAL. **Fundação Itaú participa do fórum “Reconstrução da Educação”**. Itaú Social, 2023. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/fundacao-itaui-participa-do-forum-reconstrucao-da-educacao/>. Acesso em: ago. 2022

KUZMA, E. L.; SILVA, A. Q. Responsabilidade social corporativa no setor bancário: um estudo comparativo. **Sistemas & Gestão**, Niterói, v. 13, n. 1, p. 45-54, 2018. <https://doi.org/10.20985/1980-5160.2018.v13n1.1132>

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução: Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Planta, 2004.

LUCAS, W. **Acelera Educação**: encontro de trabalho alinha parcerias com fundações nacionais. Governo do Piauí, 2023. Disponível em: <https://antigo.pi.gov.br/noticias/acelera-educacao-encontro-de-trabalho-alinha-parcerias-com-fundacoes-nacionais/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

MACEDO, J. M.; MOTTA, V. C. Veias abertas para a privatização na educação brasileira. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 171-188, 2019. <https://doi.org/10.29404/rtps-v4i7.229>

MORGAN, K.; MOCARZEL, M. Formação para a conformação? Uma análise das redes da Fundação Itaú Social na implementação da BNCC. **Interfaces da Educação**, Dourados, v. 12, n. 35, p. 1039-1064, 2021. <https://doi.org/10.26514/inter.v12i35.5979>

MORGAN, K. V. **Um Itaú de vantagens feito pra você?** A ação da Fundação Itaú Social na educação pública brasileira. 210f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16004>

MOVIMENTO COLABORA EDUCAÇÃO. **Portal**. Movimento Colabora Educação. Disponível em: <https://movimentocolabora.org.br/>. Acesso em: 2022.

MURPHY, A.; SCHIFRIN, M. **The Global 2000**. Forbes, 2024. Disponível em: <https://www.forbes.com/lists/global2000/>. Acesso em: Ago. 2022.

OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO. **Ricardo Henriques** – Conselho de Classe | Estudo avalia as perdas de aprendizado na pandemia. Observatório de Educação, 2021. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/tf-cbn-podcast-ricardo-henriques-conselho-de-classe-estudo-avalia-as-perdas-de-aprendizado-na-pandemia,1ab8d925-601b-41d4-a674-c7af3688915f>. Acesso em: ago. 2022

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A.; CLEMENTINO, A. M. A nova gestão pública no contexto escolar e os dilemas dos(as) diretores(as). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 707-726, 2017. <https://doi.org/10.21573/vol33n32017.79303>

OLIVEIRA, J. A. P. **Empresas na sociedade**: sustentabilidade e responsabilidade social. São Paulo: Elsevier, 2013.

OLMEDO, A. Heterarquias e governança filantrópica global: implicações e controvérsias para o controle social das políticas públicas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 2, p. 470-498, 2013.

PAOLI, M. C. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania. In: SANTOS, B. S. (org.). **Democratizar e democracia**: os caminhos da democracia participativa. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002. p. 375-418.

PASSADOR, C. S. A responsabilidade social no Brasil: uma questão em andamento. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN

PÚBLICA, 7., 2002. Lisboa. **Anais [...]**. 2002. Disponível em: <https://cladista.clad.org/bitstream/handle/123456789/2318/0044201.pdf?sequence=1>. Acesso em: ago. 2022

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. O público e o privado na educação: projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/584>

PROFISSÃO DOCENTE. **Portal**. Profissão Docente. Disponível em: <https://www.profissaodocente.org>.

br/#:~:text=Professores%20s%C3%A3o%20os%20principais%20agentes,professores%20de%20todo%20o%20pa%C3%ADs. Acesso em: ago. 2022

SEGUE OS PROFES. **Portal**. Segue os Profes. <https://seguenosprofes.org.br/sobre/>. Acesso em: ago. 2022

SHIROMA, E. O.; GARCIA, R. M. C.; CAMPOS, R. F. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In: MAINARDES, J.; BALL, S. (org.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 174-197.

SIMIELLI, L. E. R. Coalizões em educação no Brasil: relação com o governo e influência sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 47, n. 3, p. 567-586, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000300002>

SISTEMA B BRASIL. **Portal**. Sistema B Brasil. Disponível em: <https://sistemabrasil.org/#:~:text=As%20Empresas%20B%20s%C3%A3o%20um,apenas%20as%20melhores%20DO%20mundo>. Acesso em: ago. 2023.

SOUZA, Q.; QUANDT, C. Metodologia de análise de redes sociais. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (org.). **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 31-63.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Portal**. Todos pela Educação. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias-e-materiais/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

TOMEI, P. Responsabilidade social de empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 189-202, 1984. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901984000400029>

TORRES, C. (org.). **Balanço social, dez anos: o desafio da transparência**. Rio de Janeiro: Ibase, 2008. v. 1.

TRIPODI, Z. F.; SOUSA, S. Z. Do governo à governança: permeabilidade do Estado a lógicas privatizantes na educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 167, p. 228-253, 2021. <https://doi.org/10.1590/198053144800>

VENTURA, E. C. F. Balanço social dos bancos/Febraban: uma análise da evolução da responsabilidade social empresarial (RSE). **Cadernos EBAPE.BR**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 1-23, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512005000300002>

SOBRE OS AUTORES

Karine Vichielt Morgan é professora adjunta 2 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá. Mestre e doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense e pedagoga pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diretora estadual Rio de Janeiro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (biênio 2023–2025). Primeira-secretária do Centro de Estudos Educação e Sociedade. Editora da *Education Review*. Editora adjunta da revista *Formação em Movimento*. Tem como temáticas centrais de investigação as relações entre o público e o privado na educação brasileira, políticas públicas em educação, gestão educacional e formação docente.

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel é professor titular e diretor de Educação a Distância do Centro Universitário Serra dos Órgãos. É professor e coordenador adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estácio de Sá. É doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense, onde realizou estágio pós-doutoral na Faculdade de Educação entre 2018 e 2019. É graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro e em Comunicação Social / Publicidade e Propaganda pela PUC-Rio. Seus interesses de pesquisa são: política e gestão da educação; relações entre público e privado na educação; e tecnologia, comunicação, juventude e educação.

UMA ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE

AN ANALYSIS OF THE IMPLEMENTATION OF EDUCATIONAL POLICIES FROM THE MUNICIPAL COUNCIL OF EDUCATION OF CAMPOS DOS GOYTACAZES

Túlio Mello Teixeira¹; Jacqueline De Cassia Pinheiro Lima²

RESUMO

A proposta do presente artigo foi analisar a implementação das políticas educacionais da cidade mediante as discussões do conselho pleno e das câmaras técnicas que compõem as arenas do Conselho Municipal de Educação de Campos. Realizamos, para isso, uma pesquisa documental sobre as atas do conselho, as leis federais e municipais que tratam do sistema educacional da rede municipal. Concluímos que a verticalização das decisões impostas pelo poder executivo sobre os espaços de decisões do conselho pleno inibe a participação das representações e favorece os convênios com empresas privadas assistencialistas.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Implementação; Representatividade.

ABSTRACT

We analyzed the implementation of the city's educational policies through the discussions of the full council and the technical chambers that make up the arenas of the Municipal Council of Education of Campos. We conducted documentary research on the minutes of the council, and the federal and municipal laws that deal with the educational system of the municipal network. We conclude that the verticalization of the decisions imposed by the executive power on the decision-making spaces of the plenary council inhibits the participation of the representations and favors agreements with private welfare companies.

Keywords: Educational Policies; Implementation; Representation.

1 ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-2223-3739>. Universidade Estácio de Sá. Programa de Pós- Graduação em Educação. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

2 ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0153-8948>. Universidade Estácio de Sá. Programa de Pós- Graduação em Educação. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Universidade Estadual do Norte Fluminense. Centro de Ciências do Homem. Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem. Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil Centro Universitário Serra dos Órgãos. Curso de Pedagogia. Teresópolis, RJ, Brasil.

INTRODUÇÃO

Os Conselhos Municipais de Educação contribuem para a formulação coletiva das políticas educacionais locais, alicerçando as metas dos Planos Municipais de Educação. Eles atuam na implementação e discussão dos textos formais das leis municipais e dos projetos ligados ao campo da educação, promovendo iniciativas na regulamentação das etapas iniciais da educação básica, além de apontarem as falhas dos sistemas educacionais público e privado dos municípios.

A formulação de uma política educacional remete ao preceito textualmente formalizado ao qual ela faz jus. Ela é interpretada e avaliada nos diversos espaços políticos e educacionais, referentes às finalidades às quais se dirige, considerando os interesses dos diferentes segmentos e grupos sociais envolvidos na sua implementação e daqueles que são usuários do sistema educacional em que ela se insere. Dessa forma, os debates promovidos no Conselho Municipal de Educação tratam da implementação das ações do poder público e da configuração da agenda estatal.

Em relação ao parágrafo único do artigo 11 da lei Ordinária nº 7.947, de 2007, temos que salientar que a verticalização de poder, com a manutenção da cadeira de presidente e a permanência da centralização administrativa nas mãos do líder da SEDUCT sustenta uma estrutura hierárquica destinada ao controle das decisões da agenda do poder público. Portanto, questionamos as ações de controle do governo em relação aos debates das políticas educacionais que vigoram e regulamentam o sistema educacional da cidade de Campos e voltamo-nos a compreender o poder normativo e fiscalizador atribuído ao CME.

A questão da representatividade dos conselheiros a qual estamos expondo se dirige àquela que lhes capacita e os dota de habilidades para incidir e discutir assuntos da agenda da máquina governamental. Um dos aspectos mais importantes do conselho é a oportunidade que ele oferece aos representantes que o formam em relação à discussão de temas ligados ao sistema educacional da cidade. O conselho, como órgão proponente de políticas e atuante na implementação delas, se apresenta como um espaço de gestão democrática, promovendo a descentralização.

Estudamos as leis dirigidas à área da educação aprovadas no período delimitado pela pesquisa, de 1997 até 2022, atentando-nos à ocorrência do comprometimento das finanças públicas com instituições educacionais privadas e avaliando a participação cidadã nos espaços destinados aos debates e implementação das políticas públicas educacionais que compõem o CME.

Realizamos uma análise documental do teor das leis ordinárias arquivadas na Câmara Municipal, dos Planos Municipais de Educação, das atas do Conselho Municipal de Educação, do conteúdo legislativo do Portal de Transparência da PMCG e da legislação do sistema municipal de educação, além de um estudo teórico relacionado à implementação de políticas educacionais.

A delimitação do escopo de nosso estudo considerou o ano em que ocorreu a criação do CME, que coincidiu com as leis remotas e ainda vigentes, que versam sobre o tema estudado. Elaboramos tabelas com dados indicativos da situação da educação da rede municipal e quadros demonstrativos das leis ordinárias de Campos, para ilustrarmos as parcerias das instituições socioeducacionais filantrópicas, assistencialistas e comunitárias com a PMCG; e verificamos que existem instituições educacionais que atuam no CME que também possuem convênios com a PMCG.

Buscamos compreender o teor das discussões dos representantes das diferentes instituições educacionais que possuem voz e participação nos meios coletivos do CME, em relação à implementação das leis da área educacional que foram aprovadas pelo poder público, levando em consideração a vigência do Plano Municipal de Educação, aprovado em 2015, e o desenvolvimento do sistema educacional da rede pública da cidade.

DIRETRIZES EM EDUCAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O governo federal, por meio do artigo 11 da Lei nº 9.394, de 1996, e dos artigos 9 e 10 da Lei nº 13.005, de 2014, atribuiu diversas responsabilidades aos municípios para com seus respectivos sistemas de ensino. Portanto, muitos desafios foram lançados aos gestores das políticas educacionais dos diferentes entes federativos nacionais (BRASIL, 1996, 2014). Nesse contexto, destacamos as etapas municipal, intermunicipal e estadual da Conferência Nacional de Educação 2024 (CONAE), cuja finalidade foi discutir propostas a serem incorporadas ao próximo Plano Nacional de Educação, com vigência decenal de 2024 a 2034.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em seu inciso V do artigo 11, estabelece que os municípios têm a obrigação e o dever de investir prioritariamente seus recursos nas etapas iniciais da educação básica, seguindo o preceito do artigo 211 da nossa Carta Magna (BRASIL, 1988, 1996). Os artigos 30 e 32 da LDBEN dizem que eles devem ofertar a educação infantil e indicam que o ensino fundamental é obrigatório e gratuito (BRASIL, 1996).

A Constituição Federal estabelece, por meio do artigo 212, que os municípios nunca deverão investir menos de 25% das receitas obtidas com a transferência de impostos no aprimoramento e nas melhorias que forem imprescindíveis para que os discentes tenham uma aprendizagem de qualidade. Já o artigo 213 traz a possibilidade de investimento dos recursos destinados às escolas públicas em outras instituições definidas por lei (BRASIL, 1988). O artigo 19 da LDBEN indica as especificidades das unidades educacionais por categorias administrativas. (BRASIL, 1996).

Com o artigo 71 da Lei nº 5.692/71, tivemos a criação dos Conselhos Municipais de Educação (CME), enquanto o artigo 72 do mesmo estatuto regulamentava e vinculava as competências destes, restringindo-os aos planos de ações e execuções dos Conselhos de Educação Estaduais (BRASIL, 1971). Com a aprovação do artigo 18 da LDBEN, de 1996, ocorreu a descentralização, conferindo autonomia aos municípios em relação aos próprios sistemas de ensino (BRASIL, 1996).

A Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG), por meio da

Lei Ordinária nº 6.347, de 1997, criou o Conselho Municipal de Educação na cidade (CAMPOS, 1997), e o preceito da Lei Ordinária nº 7.947, de 2007, revogou a lei anterior, instituindo o novo sistema municipal de ensino, além de recriar ou atualizar o CME (CAMPOS, 2007). Notamos que a PMCG, por meio da Lei Municipal nº 6.661, de 1998, excluiu a representatividade dos membros do Ministério Público do espaço de debates do conselho pleno (CAMPOS, 1998). Como o Ministério Público não tem direito a um representante com voz ativa para atuar no CME, a Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Comarca de Campos dos Goytacazes, ao se posicionar a respeito do funcionamento do sistema educacional do município, o fez através de ofício dirigido à SEDUCT (CME, 2017). Somente em 2010, com a Lei nº 8.206, é que o poder público criou o estatuto da Fundação Municipal da Infância e Juventude (FMIJ). Destacamos que essa instituição pública faz parte da estrutura representativa do CME desde sua fundação, porém mais de 10 anos se passaram até que ela fosse legalizada pelo poder público municipal (CAMPOS, 2010).

ESTIMATIVAS SOCIOEDUCACIONAIS E SOCIOECONÔMICAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

O montante de recursos disponibilizados para investimentos pelo Plano Plurianual da cidade em 2022 é de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão, sendo que, segundo as estimativas previstas para implementação de políticas públicas por áreas de atuação, temos uma estimativa de distribuição correspondente aos seguintes campos: Saúde (38,82%); Educação (20,32%); Administração (13,88%); Previdência Social (11,25%); Urbanismo (6,59%). Essa quantia é proveniente da cobrança de impostos, taxas, contribuição de melhoria arrecadada pelo

município e demais repasses de recursos dos governos federal e estadual, além dos royalties provenientes da exploração de petróleo no mar territorial (PMCG, 2022).

Dentre todas as cidades do estado, Campos é a quinta a receber a maior participação paga por tais royalties, disponibilizando aos governantes uma base material para investimentos que possibilitam a transformação da qualidade de vida da população (FIRJAN, 2023). O Produto Interno Bruto (PIB) da Região Norte Fluminense representa 15% do PIB estadual, porém, no aspecto socioeconômico, apenas o município de Macaé foi considerado como de alto desenvolvimento, enquanto os demais receberam uma indicação de crescimento econômico apenas moderado (TCE, 2021).

Tabela 1 - Receitas e despesas totais do município de Campos dos Goytacazes /RJ (2014-2020)

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Receitas totais por ano	2.756.089	2.038.919	2.605.299	1.614.763	1.997.061	1.908.425	1.778.405	12.920.556
Despesas totais por ano	2.587.169	1.113.663	2.932.732	1.663.245	1.947.222	2.003.846	1.843.500	12.247.877

Fonte: elaboração própria com base nos dados do TCE (2021). Nota: Escala de mil reais.

De acordo com a Tabela 1, tivemos 13% de diminuição das receitas municipais entre os anos de 2015 e 2020, sendo que, no mesmo período, as despesas cresceram 66%. Portanto, podemos inferir que ocorreu um progressivo déficit nas contas públicas, levando ao endividamento público.

Entre os anos de 2005 e 2019, o sistema de ensino de Campos foi submetido às provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e, posteriormente, aos critérios de apuração em relação à avaliação, gerando o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no qual o município ficou abaixo da média (TCE, 2021). Em 2020, não tivemos a prova do Sistema de Avaliação da Educação Básica, em razão da pandemia do coronavírus, e, no ano de 2021, os discentes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental novamente não alcançaram a média estipulada (IBGE, 2021). Vejamos as notas médias de cada ano (entre 2005 e 2021) na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 - Notas médias do IDEB do ensino fundamental da rede municipal de Campos dos Goytacazes/RJ (2005-2021)

Período	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais	2,9	4,3	3,3	3,6	3,9	5	4,6	4,9	4,7
Anos finais	2,7	3,2	3,1	3,4	3,3	3,6	3,5	4,5	4,3

Fonte: elaboração própria com base nos dados do TCE (2021) e do IBGE (2021).

Podemos inferir, a partir dos dados apresentados na Tabela 2, que o sistema educacional da rede municipal de Campos não obteve bom desempenho no SAEB. Além disso, tal rede apresentou, em 2020, no que se refere aos anos iniciais do ensino fundamental, um percentual inferior a 10% de distorção de idade em relação à série apropriada a qual o estudante deveria frequentar e, nos anos finais do fundamental, acima de 40%, indicando que existem graves problemas relacionados à aprendizagem discente e à política de gestão das unidades educacionais da rede (TCE, 2021).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal em Educação (IFDM-E) é mensurado considerando os seguintes componentes: atendimento à educação infantil, abandono no ensino fundamental, distorção idade/série no ensino fundamental, docentes com ensino superior no ensino fundamental, média de horas- aula diárias no ensino fundamental e resultado do IDEB no ensino fundamental. Na Tabela 3, a seguir, vejamos o desempenho do município de Campos dos Goytacazes em relação ao IFDM-E:

Tabela 3 - IFDM-E de Campos dos Goytacazes/RJ (2005-2016)

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
IFDM-E	0,6159	0,5991	0,6451	0,6652	0,6545	0,6644	0,6948	0,6989	0,7164	0,717	0,7512	0,7556
Ranking nacional	2.157°	2.426°	2.664°	2.416°	3.010°	3.230°	3.110°	3.218°	3.372°	3.461°	3.186°	3.214°

Fonte: elaboração própria com base nos dados da FIRJAN (2023).

Da Tabela 3 podemos inferir, em relação ao desenvolvimento educacional, que a situação do município de Campos, entre 2005 e 2016, frequentemente se situou como regular, com escala 0,6 próxima do nível 0,7, oscilando em alguns períodos para o grau moderado, mas que, em compensação, não foi acompanhada de uma elevação na hierarquia do ranking municipal de desenvolvimento educacional, já que a posição de Campos decresceu em mais de um milésimo entre os anos de 2013 e 2016. Dentre os 92 municípios que compõem o estado do Rio de Janeiro, a cidade de Campos ocupava a 69ª posição no ranking do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal em Educação (IFDM-E) no ano de 2016, com um quantitativo de 0,7556 que lhe conferia um grau moderado de desenvolvimento do sistema educacional da rede municipal (FIRJAN, 2023).

Com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), a cidade de Campos dos Goytacazes ocupa a 1.427ª posição, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, e a 37ª colocação, se comparada a outros municípios fluminenses (TCE, 2021). Com base nos dados, aferimos que Campos possui uma das maiores receitas municipais do estado do Rio de Janeiro. Em contraposição a cidade apresenta graves problemas socioeducacionais. Portanto, as políticas educacionais precisam proporcionar uma melhoria na qualidade da educação.

A ATUAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

O Conselho Municipal de Educação é um órgão atuante na regulamentação das unidades educacionais da cidade de Campos dos Goytacazes. Ele possui uma Câmara de Educação Infantil destinada à fiscalização, às visitas técnicas e à elaboração dos pareceres para apreciação do conselho pleno sobre a regularidade e o funcionamento das escolas que ofertam essa modalidade educacional (CME, 2017).

Quando nos referimos ao conceito de governo neoliberal, estamos nos dirigindo às estratégias empregadas pelos gestores públicos diante da aprovação e do comprometimento das políticas educacionais com empresas privadas, de porte nacional e internacional, que recebem recursos públicos, prejudicando a ação estatal local que deveria implementar políticas educacionais destinadas aos usuários do sistema de ensino vigente no município. Esse quadro se agrava quando existe o direcionamento de recursos, por meio de parcerias, para instituições que se intitulam habilitadas a prestar serviços assistenciais.

A lógica de mercado esvazia o poder de atuação do estado, que, indo além, perde totalmente a sua eficiência, sendo corrompido pelo capitalismo e os interesses dos grandes grupos empresariais, que passam a controlar e usufruir do poder e dos recursos públicos. Outro aspecto da submissão da gestão pública aos propósitos do capital neoliberal é retratado pelo discurso filantrópico presente na atuação dos grupos empresariais que comandam os investimentos públicos, interferindo na aprovação das leis e na materialização das políticas educacionais, em nome de um pseudodiscurso moralizante que desvia as verbas públicas dos objetivos comunitários traçados coletivamente pela sociedade civil organizada (MOCARZEL; MORGAN, 2021).

Ao buscarmos uma correlação entre a representatividade e a aprovação de leis educacionais, temos que considerar o controle que a SEDUCT exerce sobre o CME, seja por meio de indicações dos líderes de alguns segmentos que participam da arena ou mesmo pela influência que ela exerce por meio de acordos com instituições da sociedade civil e empresas do ramo da educação que atuam no conselho.

Com a SEDUCT controlando a pauta, há o comprometimento do princípio de isegoria remetido à participação equânime dos distintos segmentos políticos que atuam nas arenas de disputas por políticas públicas do CME. Tal controle, que é exercido também pela gerência, das formulações das políticas educacionais e a supressão da atuação das câmaras técnicas dos órgãos internos que atuam no conselho alicerçam a centralização administrativa e impedem que propostas de políticas públicas sejam analisadas à luz das representações que compõem o conselho.

No Quadro 1 apresentamos os convênios realizados entre a PMCG e a FIDESC, representante das instituições de ensino superior privadas, e a FAMAC, que é uma instituição representativa da sociedade civil organizada, sendo que ambas atuam no CME.

Quadro 1 - Leis ordinárias criando parcerias com instituições representativas civis que atuam no CME

Lei ordinária/ ano	Tipologia	Instituição	Papel no CME	Vínculo
Nº 8.099/2009	Convênio com a PMCG	FIDESC	Representante: Fórum Interinstitucional dos Dirigentes do Ensino Superior de Campos dos Goytacazes	Parceria Público-Privada
Nº 8.080/2009	Financeirização – pagamento de bolsas de estudos	FIDESC	Representante: Fórum Interinstitucional dos Dirigentes do Ensino Superior de Campos dos Goytacazes	Parceria Público-Privada
Nº 7.561/2014	Convênio com a PMCG	FAMAC	Representante: Federação das Associações de Moradores e Amigos de Campos	Parceria Público-Privada
Nº 7.618/2014	Declaração de utilidade pública	FAMAC	Representante: Federação das Associações de Moradores e Amigos de Campos	Parceria Público-Privada

Fonte: elaboração própria com base no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e do Arquivo Público da Câmara Municipal de Campos.

Em todo o período estudado, tivemos 9 convênios com associações de moradores, o que corresponde a um percentual de 0,4% das leis municipais vigentes entre 1997 e 2022 e tivemos o mesmo percentual que declarava uma associação de moradores como de utilidade pública, o que aponta para certa elitização ou favorecimento com viés populista dessas políticas, já que apenas uma parcela é atendida ou pode manter uma sede comunitária funcionando em uma certa localidade com recursos públicos. Temos, por exemplo, a Lei nº 7.897, de 2007, que concede equipamentos de informática, máquinas de escrever, aparelhos de comunicação, entre outros recursos, a instituições assistenciais e associações de moradores conveniadas (CAMPOS, 2007).

O ponto principal das divergências entre as instituições representativas que compõem o CME de Campos é referente à implementação de convênios (RANGEL; DA MATTA, 2018). O comprometimento fomentado pelas indicações políticas aos cargos comissionados da SEDUCT e pela cultura de troca de favores impossibilita que temas relevantes sejam postos na pauta do CME. Observamos que diversos vícios políticos pairam sobre o cenário democrático representativo de atuação do CME, levando ao patrimonialismo. Por outro lado, a efetivação de espaços coletivos politizados que discutam a atuação estatal e se oponham à financeirização das políticas públicas é essencial para o fortalecimento do CME como instituição representativa.

A seguir, no Quadro 2, apresentamos os convênios realizados com as instituições de ensino superior particulares na cidade de Campos. Destacamos, porém, que esses não foram os únicos convênios implementados

durante o período analisado em nossa pesquisa e salientamos que a PMCG não tem a obrigação de oferecer educação superior gratuita para seus cidadãos.

Quadro 2 - Convênios entre PMCG e empresas educacionais de educação superior que atuam em Campos dos Goytacazes/RJ

Lei/ano do convênio	Instituição	Nível de escolaridade para prestação de serviço	Tipo de vínculo
Nº 6.387/1997	Faculdade de Medicina de Campos	Educação Superior	Parceria Público-Privada
Nº 6.386/1997	Faculdade de Filosofia de Campos	Educação Superior	Parceria Público-Privada
Nº 7.324/2002	UNESA – Estácio de Sá	Educação Superior	Parceria Público-Privada
Nº 7.322; nº 7.219/2002	CENSA – Auxiliadora	Educação Superior	Parceria Público-Privada
Nº 7.312; nº 7.365/2002	Faculdade de Medicina de Campos	Educação Superior	Parceria Público-Privada
Nº 7.411/2003	Faculdade de Direito de Campos	Educação Superior	Parceria Público-Privada
Nº 7.257/2002	UNIVERSO – Salgado de Oliveira	Educação Superior	Parceria Público-Privada
Nº 7.254/2002	UNESA – Estácio de Sá	Educação Superior	Parceria Público-Privada
Nº 7.224/2002	UCAM – Cândido Mendes	Educação Superior	Parceria Público-Privada
Nº 7.227/2002	Faculdade de Direito de Campos	Educação Superior	Parceria Público-Privada
Nº 7.410/2003	Faculdade de Odontologia de Campos	Educação Superior	Parceria Público-Privada
Nº 8.099/2009	FIDESC - Fórum Interinstitucional dos Dirigentes do Ensino Superior de Campos dos Goytacazes	Educação Superior	Parceria Público - Privada
Nº 8.080/2009	FIDESC - Fórum Interinstitucional dos Dirigentes do Ensino Superior de Campos dos Goytacazes	Educação Superior	Parceria Público-Privada

Fonte: elaboração própria com base no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e do Arquivo Público da Câmara Municipal de Campos.

No Quadro 2, visualizamos um grande número de parcerias entre setores privados empresariais e o poder público municipal. Temos, por exemplo, as Leis nº

8.099 e nº 8.080, de 2009, que implementaram o programa de bolsas de estudos na rede particular de ensino superior do município (CAMPOS, 2009). De acordo com o artigo 208 da Constituição Federal, a execução da gestão do governo municipal na área da educação é prioritariamente destinada às demandas das primeiras etapas da educação básica (BRASIL, 1988). Segundo o inciso cinco do artigo 11 da LDBEN, de 1996, a atuação em outros níveis de ensino é proibida enquanto existirem carências na área de competência do município e, para tanto, o poder público deve investir acima do percentual mínimo previsto constitucionalmente (BRASIL, 1996).

As advertências expostas nas arenas de debates do CME sobre a necessidade de reversão dos graves problemas pelos quais o sistema de ensino da cidade vem passando e as argumentações a respeito do cenário depauperante da estrutura física de diversas unidades educacionais da rede pública de Campos (CME, 2018) são pontos importantes. A partir de tais dados, podemos observar o grau de influência desses grupos organizados e seus lobbies sobre os recursos que são geridos pela SEDUCT.

Os convênios com instituições de ensino particulares das etapas iniciais da educação básica se efetivaram em mais de 90% entre os anos de 2001 e 2004, correspondendo a 44 instituições educacionais que, a partir deles, passaram a prestar serviços para otimizar o sistema de ensino público de Campos, disponibilizado para os usuários desse modelo de gestão pública educacional. Em 2016, a SEDUCT fez a proposta para apreciação do CME sobre a realização de parceria com a União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), para suprir demandas da rede municipal de educação infantil (CME, 2016).

Normalmente, os convênios são justificados pela impossibilidade de o poder público municipal ofertar com qualidade o serviço educacional ao qual os estudantes teriam direito. A função fiscalizadora do CME tem o poder de exigir que investimentos sejam feitos para melhoria da infraestrutura das unidades educacionais do município, empregando pareceres técnicos consolidados pela legislação vigente. Nos anos de 2010, 2012 e 2014, a PMCG realizou parceria com termo de contribuição com a Associação Brasileira de Difusão do Livro – ABDL (CAMPOS, 2010, 2012, 2014). A difusão e promoção de material didático e pedagógico nos meios educacionais públicos foi desenvolvido pela SEDUCT. Analisemos o debate no CME sobre a matriz curricular estabelecida pela Resolução nº 06/2015, fundamentada com a proposta da Secretaria de Educação:

A Conselheira 1 ressaltou que a nova Matriz Curricular causou apreensão nas escolas. O Secretário de Educação e Presidente do Conselho disse que não tinha conhecimento de tal fato, visto que a Matriz foi estudada, trabalhada pelos Pedagogos da Rede, finalizada por muitos técnicos da SMECE. [...] a Conselheira 1 falou sobre a importância de se perceber as especificidades, que por vezes, a Base Nacional Comum não consegue dar conta. Ratificou sua visão educacional contrária à utilização dos livros do Expoente para a rede pública de ensino. Segundo a Conselheira 1 é necessário retomar a autonomia pedagógica das escolas, onde o professor avalia e cria o material didático (CME, 2015, p. 1).

As especificidades das instituições de ensino da rede municipal de educação devem ser contempladas em suas decisões internas e igualmente nas próprias esferas pedagógicas de cada uma delas. Temos toda uma discussão sobre as responsabilidades do poder público para com a grade curricular, porém não basta o firmamento dos laudos técnicos recorrentes à BNCC se não edificarmos uma consciência coletiva originária da história nacional e regional que, se for suprimida, inibe o pensamento e a identidade sociocultural.

O governo federal, por meio do artigo 28 da Lei nº 13.146, de 2015, elaborou o sistema educacional inclusivo para as pessoas com deficiências (BRASIL, 2015), e a deliberação do CME nº 02/2016 fixou as normas para autorização de funcionamento de instituições privadas de educação infantil no município de Campos dos Goytacazes. As escolas da rede privada que foram vistoriadas quando ainda não tinham implementado a educação especial inclusiva e, conseqüentemente, teriam que se adaptar às exigências instituídas pela deliberação recorreram aos espaços de debates do CME para discutir o texto formal dessa norma (CME, 2016). O advogado do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (SINEPE) solicitou ao CME que fosse alterada tal deliberação e que se exigisse da família do aluno com deficiência um laudo para amparar a contratação dos docentes mediadores na rede privada. O conselho pleno afirmou que o laudo é oneroso, burocrático e, caso o estudante com deficiência dependa dele para ter acesso à educação especial inclusiva, ele pode levar anos sem acesso ao atendimento educacional especializado (CME, 2016).

A Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Comarca de Campos dos Goytacazes se manifestou através da Recomendação nº 09/2017, solicitando a regularização da função fiscalizadora do Conselho Municipal de Educação, por meio do Ofício nº 287/17, que trata de três itens: a) quantitativo de estudantes das classes regulares para percentual de discentes com deficiências incluídos nessas turmas; b) fiscalização das unidades educacionais da rede pública; e c) a essencialidade da sede do CME possuir acessibilidade (CME, 2017). Sobre os itens apontados, vejamos a argumentação do representante do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação:

Esse assunto foi exaustivamente discutido por toda base da Educação, sendo já contemplado no Plano Municipal de Educação [...] como representante do SEPE já visitou várias escolas e creches no município e informou à Secretaria de Educação a situação precária das mesmas [...] que não têm salas adequadas, superlotadas, com número excessivo de bebês [...] ressaltou que a questão da acessibilidade não pode ser somente do Conselho, também tem que estar presente nas escolas e creches (CME, 2017, p. 1).

Ao nos remetermos às condições dos espaços físicos das escolas da cidade, temos que compreender a necessidade de melhorias dos respectivos espaços coletivos e das condições de infraestrutura. Na rede municipal, no ano de 2022, apenas 24% das unidades educacionais de Campos possuíam acessibilidade, 37% tinham dependências com acessibilidade e 34% com banheiros adaptados. Na rede privada, naquele mesmo ano, 89% das escolas usufruíam de acessibilidade, 96% disponibilizavam dependências com acessibilidade e 91% forneciam sanitários acessíveis (QEDU, 2023).

Com tantas demandas instituídas, tanto pelo MP quanto pela iniciativa das escolas da rede privada, o CME ficou incumbido de organizar um plano de ação, visando à implementação das políticas educacionais inclusivas para o desenvolvimento da educação especial na rede municipal como um todo. A SEDUCT retirou a pauta da votação da minuta da deliberação, elaborada pelas câmaras técnicas e encaminhada ao conselho pleno, informando que havia firmado uma parceria público-privada entre o Departamento Multiprofissional da Secretaria Municipal de Educação e o Instituto Helena Antipoff para solucionar os itens do Ofício nº 287/17 e outras demandas relacionadas à implementação das políticas educacionais inclusivas para a rede pública (CME, 2017).

Salientamos que inúmeras tentativas do CME em alinhar a política educacional inclusiva com a legislação nacional vigente, no tocante à rede pública, foram vetadas ou retiradas da pauta pela SEDUCT. Essas ações já estavam previstas no plano de metas e consolidadas pela Lei de Inclusão. O CME, como órgão da administração direta do poder público, é parte da estrutura que compõe o sistema educacional da cidade e está sujeito à má administração e à inexistência de investimentos na área.

Destacamos que, entre 1997 e 2021, apenas 0,09% das políticas públicas se dirigiram à educação especial inclusiva. Portanto, mesmo com os esforços do CME na fiscalização das escolas privadas para formulação do projeto de lei para chamamento público para criação de uma nova comissão de acompanhamento do Plano Municipal de Educação, a iniciativa de alteração do estatuto do regimento interno do conselho para criação de uma Câmara da Educação Inclusiva, a cobrança por investimentos, o acompanhamento das obras de reformas das escolas, que se iniciaram após o ofício do MP, e o relato de experiência dos conselheiros sobre as condições dos espaços físicos das unidades de ensino da rede pública, o responsável direto pelos investimentos dos recursos da educação é a SEDUCT (CME, 2017, 2018).

No ano de 2019, em todo o município de Campos dos Goytacazes, tivemos um total de 106.157 alunos matriculados (TCE, 2021). No ano de 2014, o município de Campos possuía 17 salas de recursos multifuncionais para atender a todos os discentes com deficiências da rede pública escolar da cidade (PMCG, 2014). Já no ano de 2022, o número de salas de recursos multifuncionais em funcionamento na rede pública municipal correspondia ao quantitativo de 33 ao todo (PMCG, 2022). No mesmo ano, a prefeitura de Campos aprovou a Lei nº 9.145, criando as diretrizes da política municipal da educação especial inclusiva. Com essa norma, a Secretaria

Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia se torna incumbida de assegurar o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos discentes com deficiências nas unidades de ensino da rede pública da cidade. Atualmente, a rede municipal tem 1.795 estudantes com deficiências, matriculados em suas instituições de ensino formais (PMCG, 2023). Destacamos que não são todas as escolas da rede pública que disponibilizam salas de atendimento educacional especializado e contam com o trabalho dos docentes mediadores e professores cuidadores (PMCG, 2023).

Podemos citar também a Lei nº 8.072, de 2009, que implementou o pagamento de bolsas de estudos na rede particular de ensino infantil e fundamental, devido à insuficiência de vagas na rede pública (CAMPOS,

2009). Apresentamos, a seguir, o pronunciamento de uma conselheira sobre a questão da Portaria de Matrícula n° 44/ 2016, instituída pela SEDUCT:

A Conselheira xxx informou que conversou com o Secretário Municipal de Educação sobre questões pontuais, inclusive sobre a Portaria de matrícula, pois o que foi feito é um critério meritocrático, já que a vaga na creche e na escola é um direito do aluno e quando se estabelece critérios é meritocracia [...] disse que isso vai facilitar a migração de alunos de escolas privadas para a pública com escolha de vereadores e com isso a classe trabalhadora vai ficar fora, gerando exclusão na escola pública (CME, 2017, p. 2).

No ano de 2019, a cidade de Campos possuía o quantitativo de 315 unidades escolares voltadas ao ensino fundamental. Entre os anos de 2014 e 2019, houve um decréscimo quantitativo de 17 unidades de ensino, e o número de alunos matriculados oscilou em -7% no mesmo período (TCE, 2021).

Compreendemos que a ingerência dos recursos públicos, somado à cultura da troca de favores, beneficia a ‘politicagem’, em detrimento da consolidação da participação cidadã. A máquina governamental impõe mecanismos de controle que mantém uma organização burocrática centrada na obtenção do lucro com a manutenção do poder.

Salientamos o papel do CME como órgão fiscalizador e atuante na implementação das políticas educacionais, na defesa dos direitos das minorias e na iniciativa de desenvolvimento de pautas sobre a agenda governamental. Reforçamos, também, a atuação do CME na descentralização administrativa, ao estabelecer processos como os n° 1.278/2016/SEC/CMCG e n° 159/2016/SEC/ GP/CMCG, referentes ao Projeto de Lei 0093/2016, do Poder Executivo, que instituiu as diretrizes para as eleições diretas para o cargo de diretor das unidades escolares, contribuindo para o universalismo de procedimentos com a aprovação da Lei n° 8.916, de 2019.

No ano de 2021, as escolas da rede pública municipal de Campos não conseguiram cumprir a decisão do Ministério Público para a retomada das aulas presenciais em regime híbrido, pois apresentavam problemas estruturais: algumas salas de aula não tinham janelas para ventilação e os espaços eram inapropriados para o convívio. Sobre tal estado de abandono, o secretário municipal se pronunciou a respeito do atraso de mais de 6 meses em relação às outras escolas dos diferentes municípios, que haviam retomado as aulas em meados de 2021, afirmando que a gestão a qual ele assumiu em 2022 recebeu as instituições educacionais em péssimas condições, e que tal fato não lhe atribuía responsabilidades, já que os erros eram provenientes de gestões passadas (PMCG, 2022).

No Quadro 3, traçamos um panorama das gestões públicas no período delimitado, analisando a dimensão das propostas de leis ordinárias aprovadas entre 1997 e 2022. Verificamos as implementações às quais elas se dedicaram e as correlacionamos com o cenário de disputas por políticas públicas.

Quadro 3 - Análise das propostas das leis ordinárias da PMCG (1997-2022)

Quadro geral das leis ordinárias de Campos (1997-2022)												
Período	1997-2001		2002-2006		2007-2011		2012-2016		2017-2022		Total	
Tipologia das leis	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Educação	6	2%	8	1%	2	0.4%	5	1%	2	0.5%	23	1%
Saúde	3	1.2%	14	2%	3	0.6%	0	0%	0	0%	20	0.9%
Cultura e Lazer	5	2.1%	3	0.4%	1	0.2%	2	0.4%	7	1%	18	0.8%
Criação de instituições culturais e educacionais	4	1.6%	3	0.4%	1	0.2%	1	0.2%	0	0%	9	0.4%
Criação de instituições políticas participativas com representantes da sociedade civil organizada	2	0.8%	4	0.5%	9	2%	3	0.6%	3	0.7%	21	0.9%

Leis sobre educação especial inclusiva	0	0%	1	0.1%	0	0%	0	0%	1	0.2%	2	0.09%
Concessão de benefícios diretos ou indiretos para pessoas com deficiências	1	0.4%	7	1%	3	0.6%	4	0.8%	14	3%	29	1.3%
Área urbanística	12	5%	22	3%	6	1%	6	1%	2	0.5%	48	2.1%
Convênios com instituições filantrópicas	7	2%	8	1%	0	0%	0	0%	0	0%	15	0.6%
Convênios com instituições beneficentes particulares	1	0.4%	4	0.5%	2	0.4%	0	0%	0	0%	7	0.3%
Convênios com instituições sociais públicas e privadas	27	11%	100	14%	1	0.2%	3	0.6%	0	0%	131	5.9%

Quadro 3 - Análise das propostas das leis ordinárias da PMCG (1997-2022)

Quadro geral das leis ordinárias de Campos (1997-2022)												
Período	1997-2001		2002-2006		2007-2011		2012-2016		2017-2022		Total	
Convênios com instituições de ensino públicas	2	0.8%	4	0.5%	0	0%	0	0%	1	0.2%	7	0.3%
Convênios com instituições de ensino particulares	5	2%	45	6.4%	0	0%	0	0%	0	0%	50	2.2%
Convênios com instituições acadêmicas superiores públicas	1	0.4%	2	0.2%	0	0%	0	0%	0	0%	3	0.1%
Convênios com instituições acadêmicas superiores particulares	3	1%	10	1.4%	0	0%	0	0%	0	0%	13	0.5%
Segurança Pública	0	0%	1	0.1%	1	0.2%	0	0%	0	0%	2	0.09%
Comércio e Indústria	2	0.8%	8	1.1%	0	0%	0	0%	0	0%	10	0.4%
Administração e Finanças	23	9%	173	25%	214	50%	204	44%	237	60%	851	38%
Aquisição de patrimônio público	1	0.4%	23	3%	4	0.9%	0	0%	1	0.2%	29	1.3%
Ecológicas	0	0%	7	1%	1	0.2%	2	0.4%	2	0.4%	12	0.5%
Declaração de utilidade pública de instituições particulares com o apoio da PMCG	17	7%	67	10%	18	4%	6	1%	22	6%	130	5.8%
Convênios com instituições esportivas particulares	6	2%	30	4%	0	0%	0	0%	0	0%	36	1.6%
Criação de programas ambientais, assistenciais e de renda	3	1%	15	2%	13	3%	15	3%	7	1%	53	2.3%
Alterações de lei	28	11%	46	7%	94	21%	119	26%	37	9%	324	14%

Homenagens	50	21%	0	0%	3	0.6%	3	0.6%	3	0.7%	59	2.6%
Denominações	14	5%	59	8%	38	8%	52	11%	43	11%	206	9%
Leis revogadas	15	6%	34	4%	15	3%	39	8%	8	2%	111	5%
Total	238	100%	698	100%	429	100%	464	100%	390	100%	2.219	100%

Fonte: elaboração própria com base no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e do Arquivo Público da Câmara Municipal de Campos.

Nota: Quant. indica quantidade.

A partir do Quadro 3, notamos que, se somarmos as leis ordinárias destinadas à educação, à educação especial inclusiva, à cultura e ao lazer, não atingiremos o percentual de 3%. Mesmo com todos os problemas de infraestrutura da rede pública, relatados e debatidos por especialistas da educação, ainda assim os recursos, em ampla medida, foram deslocados para investimentos fora da área social. Verificamos que a ingerência nos recursos da educação é originária do comprometimento com convênios que favorecem a prestação de serviços das empresas privadas do terceiro setor que prestam algum tipo de assistencialismo na rede municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos que os apontamentos feitos por todas as diferentes representações que compõem o Conselho Municipal de Educação de Campos foram vitais para o desenvolvimento do sistema educacional e o cumprimento do Plano Municipal de Educação, mas temos que considerar o gerencialismo e os efeitos da política neoliberal sobre o controle das ações estatais e o comprometimento com empresas do terceiro setor.

No ano de 2021, tivemos, com a Lei nº 9.030, a decretação do estado de calamidade pública nas contas do município. Todo esse processo de endividamento foi proveniente do sistema neoliberal de privatização dos serviços públicos, visto que as parcerias instituídas continuam remetendo recursos públicos para os segmentos privados ligados à prestação de serviços educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: **Presidência da República**, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 de abril de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: **Presidência da República**, 1996. Disponível em: [https://leis.9394.pdf\(mec.gov.br\)](https://leis.9394.pdf(mec.gov.br)). Acesso em: 01 de abril de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: **Presidência da República**, 2014. Disponível em: [L13005\(planalto.gov.br\)](https://leis.13005(planalto.gov.br)). Acesso em: 20 de agosto de 2023.

BRASIL. **Lei 13.146 de 6 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: [L13146\(planalto.gov.br\)](https://leis.13146(planalto.gov.br)). Acesso em: 18 Jun. 2023.

CAMPOS. **Lei nº 6.347, de 1997**. Cria o Conselho Municipal de Educação e dá Outras Providências. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 1997. Disponível em: [Lei Ordinária 6347 1997 de Campos dos Goytacazes RJ\(leismunicipais.com.br\)](https://leismunicipais.com.br). Acesso em: 01 de abril de 2023.

CAMPOS. **Lei nº 6.661, de 1998**. Altera a Redação das Leis n.ºs 5.149/91, 5.198, 5.479/93 e 6.306/96 para excluir a participação de membros do ministério público em conselhos do município. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 1998. Disponível em: [Lei Ordinária 6661 1998 de Campos dos Goytacazes RJ\(leismunicipais.com.br\)](https://leismunicipais.com.br). Acesso em: 01 de abril de 2023.

CAMPOS. **Lei nº 7.897, de 2007.** Dispõe sobre Doações de Equipamentos de Informática, Máquinas de Escrever e de calcular, materiais de expediente e de Construção, Móveis em geral e Equipamentos Diversos às Entidades Assistenciais e às associações de Moradores. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2007a. Disponível em: Lei nº 7 (camaracampos.rj.gov.br). Acesso em: 08 de abril de 2023.

CAMPOS. **Lei nº 7.947, de 2007.** Institui o Novo Sistema Municipal de Ensino de Campos dos Goytacazes, Cria o Novo Conselho Municipal de Educação de Campos e dá outras Providências. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2007b. Disponível em: Lei Ordinária 7947 2007 de Campos dos Goytacazes RJ (leismunicipais.com.br) . Acesso em: 01 de abril de 2023.

CAMPOS. **Lei nº 8.134, de 2009.** Institui o Plano Municipal de Educação no Município de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2009a. Disponível em: Lei Ordinária 8134 2009 de Campos dos Goytacazes RJ (leismunicipais.com.br) . Acesso em: 08 de abril de 2023.

CAMPOS. **Lei nº 8.080, de 2009.** Institui o Programa de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior e Pós-Graduação no Município de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2009b. Disponível em: Lei Ordinária 8080 2009 de Campos dos Goytacazes RJ (leismunicipais.com.br). Acesso em: 08 de abril de 2023.

CAMPOS. **Lei nº 8.099, de 2009.** Altera os Artigos 4º e 23 da lei municipal nº 8.080 e Autoriza Celebração de Convênios para Formalização das Bolsas de Estudo Para o Ensino Universitário. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2009c. Disponível em: <https://www.camaracampos.rj.gov.br/images/legislacao/leismunicipais/educacao/Lei-8.099.pdf> . Acesso em: 08 de abril de 2023.

CAMPOS. **Lei nº 8.186, de 2010.** Autoriza o poder executivo a firmar convênio, termo de contribuição ou outro tipo de instrumento congênere com a Associação Brasileira de Difusão do Livro - ABDL. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2010a. Disponível em: <https://www.camaracampos.rj.gov.br/images/legislacao/leismunicipais/educacao/Lei-8.186.pdf> . Acesso em: 08 de abril de 2023.

CAMPOS. **Lei nº 8.206, de 2010.** Estabelece o Estatuto da FMIJ. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2010b. Disponível em: Lei Ordinária 8206 2010 de Campos dos Goytacazes RJ (leismunicipais.com.br) . Acesso em: 08 de abril de 2023.

CAMPOS. **Lei nº 8.321, de 2012.** Autoriza o Poder Público a Fimar Convênio, Termo de Contribuição ou outro Tipo de Instrumento Congênere com a Associação Brasileira de Difusão do Livro. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2012. Disponível em: Lei Ordinária 8321 2012 de Campos dos Goytacazes RJ (leismunicipais.com.br) . Acesso em: 20 de outubro de 2023.

CAMPOS. **Lei nº 8.186, de 2014.** Autoriza o Poder Público a Fimar Convênio, Termo de Contribuição ou outro Tipo de Instrumento Congênere com a Associação Brasileira de Difusão do Livro. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2014. Disponível em: <https://www.camaracampos.rj.gov.br/images/legislacao/leismunicipais/educacao/Lei-8.186.pdf> . Acesso em: 08 de outubro de 2023.

CAMPOS. **Lei nº 8.653, de 2015.** Institui o Novo Plano Municipal de Educação. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2015. Disponível em: Lei Ordinária 8653 2015 de Campos dos Goytacazes RJ (leismunicipais.com.br) . Acesso em: 08 de abril de 2023.

CAMPOS. **Lei nº 8.916, de 2019.** Estabelece normas para as eleições para o provimento dos cargos de Diretor e Vice-Diretor dos estabelecimentos de Ensino Público da Rede Municipal de Campos dos Goytacazes e dá outras providências. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/c/campos-dos-goytacazes/lei-ordinaria/2019/892/8916/lei-ordinaria>. Acesso em: 08 de abril de 2023.

CAMPOS. **Lei nº 9.030, de 2021.** Reconhece o Estado de Calamidade Pública no âmbito da Administração Fiscal e Financeira, declarado pelo Decreto Municipal nº 22, de 07 de janeiro de 2021, e dá outras providências. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2021. Disponível em: Lei Ordinária 9030 2021 de Campos dos Goytacazes RJ (leismunicipais.com.br) . Acesso em: 01 de abril de 2023.

CME. **Ata da Assembleia Extraordinária do Conselho Pleno ocorrida em 16 de dezembro de 2015.** Campos dos Goytacazes: Conselho Municipal de Educação, 2015. Disponível em: www.cme.campos.rj.gov.br . Acesso em: 10 de outubro de 2023.

CME. **Ata da 1ª Assembleia Extraordinária do Conselho Pleno.** Campos dos Goytacazes: Conselho Municipal de Educação, 2016a. Disponível em: www.cme.campos.rj.gov.br . Acesso em: 10 de outubro de 2023.

CME. **Ata da Segunda Assembleia Extraordinária do Conselho Pleno ocorrida em 21 de dezembro de 2016.** Campos dos Goytacazes: Conselho Municipal de Educação, 2016b. Disponível em: www.cme.campos.rj.gov.br . Acesso em: 10 de outubro de 2023.

CME. **Ata da Quinta Assembleia do Conselho Pleno ocorrida em 11/11/2016.** Campos dos Goytacazes: Conselho Municipal de Educação, 2016c. Disponível em: www.cme.campos.rj.gov.br . Acesso em: 10 de outubro de 2023.

CME. **Ata da Terceira Assembleia Geral Ordinária do Ano de 2017 ocorrida em 23/08/2017.** Campos dos Goytacazes: Conselho Municipal de Educação, 2017a. Disponível em: www.cme.campos.rj.gov.br . Acesso em: 10 de outubro de 2023.

CME. **Ata da 4ª Assembleia Geral Ordinária do ano de 2017, 20/09/2017.** Campos dos Goytacazes: Conselho Municipal de Educação, 2017b. Disponível em: www.cme.campos.rj.gov.br . Acesso em: 10 de outubro de 2023.

CME. **Ata da Quinta Assembleia Geral Ordinária do Ano de 2017 ocorrida em 25/10/2017.** Campos dos Goytacazes: Conselho Municipal de Educação, 2017c. Disponível em: www.cme.campos.rj.gov.br . Acesso em: 10 de outubro de 2023.

CME. **Ata da Reunião Extraordinária 12/09/2018. Campos dos Goytacazes: Conselho Municipal de Educação, 2018.** Disponível em: www.cme.campos.rj.gov.br . Acesso em: 10 de outubro de 2023.

FIRJAN. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal em Educação de **Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2023. Disponível em: IFDM | Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal: Resultado | Firja. Acesso em: 21 de outubro de 2023.

IBGE. **Município de Campos dos Goytacazes.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: Campos dos Goytacazes (RJ) | Cidades e Estados | IBGE . Acesso em: 21 de outubro de 2023.

MOCARZEL, Marcelo; MORGAN, Karine. **Formação para a conformação? Uma análise das redes da Fundação Itaú Social na implementação da BNCC.** Interfaces da Educação, Paranaíba, v. 12, n. 35, p. 1039-1064, 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5979>. Acesso em: 20 de Setembro de 2023.

PMCG. **Educação inclusiva Atende 800 alunos com Necessidades Educacionais Especiais:** Serviços do Departamento de Educação Inclusiva contam com aprovação de pais e profissionais da rede municipal de ensino. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2022a. Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=70260. Acesso em: 02 de abril de 2023.

PMCG. **Educação Especial Inclusiva é Tema do Hora Educação.** Disponível em: <https://www.pae-seduct-campos.com/post/educa%C3%A7%C3%A3o-especial-inclusiva-%C3%A9-tema-do-programa-hora-da-educa%C3%A7%C3%A3o>. Prefeitura Municipal, 2023a . Acesso em: 02 de outubro de 2023.

PMCG. **Estimativas do Plano Plurianual de 2022.** Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2022b. Disponível em: PPA (PLANO PLURIANUAL) | Portal da Transparência - Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes - RJ . Acesso em: 01 de abril de 2022.

PMCG. **Rede municipal de ensino avança com o retorno das aulas presenciais:** O secretário municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, Marcelo Feres, visitou diversas unidades e acompanhou a acolhida aos estudantes. Campos dos Goytacazes: Prefeitura Municipal, 2023b. Disponível em: Rede municipal de ensino avança com o retorno das aulas presenciais - Campos Informa. Acesso em: 02 de outubro de 2023.

QEDU. QEDU, Brasil, Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, 2023. Disponível em: Dados Educacionais de Campos dos Goytacazes | QEDU: Use dados. Transforme a educação . Acesso em: 29 de outubro de 2023.

RANGEL, Luíza; DA MATTA, Ludmila. **Participação, Descentralização e Controle Social: Um Estudo Sobre o Conselho Municipal de Educação de Campos dos Goytacazes – RJ.** (SYN)THESIS, v. 11, n. 2, p. 65-77, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/55913/0>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

SME. **Resolução nº 06/2015, de 09/12/2015.** Estabelece Diretrizes Para a Implantação das Matrizes Curriculares para os Níveis e modalidades de Ensino para a Rede Municipal de educação de Campos dos Goytacazes do ano letivo de 2016. Campos dos Goytacazes: Secretaria Municipal de Educação, 2015. Disponível em: RESOLUÇÃO SMECE Nº 6-2015 PUBLICADA EM DO NO DIA 14-12 (campos.rj.gov.br). Acesso em: 06 de maio de 2023.

TCE. **Estudos Socioeconômicos – Municípios do estado do Rio de Janeiro 2020/2021.** Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: Portal TCE-RJ / Estudos socioeconômicos (tcerj.tc.br). Acesso em: 15 de abril de 2022.

SOBRE OS AUTORES

Túlio Mello Teixeira

Doutorando em Educação na Universidade Estácio de Sá. Possui graduação em Ciências Sociais (2003) e mestrado em Cognição e linguagem (2010) pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

E-mail: teixeira33tulio@gmail.com

Jacqueline Lima

Pesquisadora Visitante do LEEL/UENF (2021-2022). Professora do PPG em Educação da UNESA. Professora do Curso de Pedagogia do Unifeso. Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ - 2015-2018). Pós-Doutora do PPG em Cognição e Linguagem, na UENF (PDS- FAPERJ - 2019-2020). Pós-Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História da UERJ. Doutora em Sociologia pelo IUPERJ (2006), tendo nos anos de 2003 e 2004 feito seu Doutorado Sanduíche no Instituto de Urbanismo de Paris, Universidade de Paris XII. Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio (1999). Bacharel e Licenciada em História pela UERJ (1996).

E-mail: jacapili.jl@gmail.com

EXPLORING MATERNAL SOCIO-DEMOGRAPHIC FACTORS SHAPING CHILDREN'S DIETARY PATTERNS IN BRAZIL: RESULTS FROM THE 2019 NATIONAL HEALTH SURVEY

Flávia dos Santos Barbosa Brito¹; Emanuela Santos da Costa¹; Ariane Cristina Thoaldo Romeiro²; Debora Martins dos Santos¹; Alexandre dos Santos Brito³; Alessandra Silva Dias de Oliveira¹; Amanda Rodrigues Amorim Adegboye^{4,5}

ABSTRACT

This study aimed to identify the dietary patterns of Brazilian children aged 6–23 months and to investigate their association with maternal socio-demographic factors. Data from the 2019 Brazilian National Health Survey were used in this cross-sectional study. Mothers of 1616 children aged 6–23 months reported on their children's dietary intake. Dietary patterns were identified using principal component analysis, and their associations with maternal socio-demographic characteristics were assessed using linear regression models. The first consisted of healthy patterns and the second, unhealthy ones. Linear regression showed that adherence to a healthy dietary pattern was higher among children of mothers who were older ($\beta = 0.02$, $p = 0.01$), had more years of education ($\beta = 0.49$, $p = 0.04$), reported living with a partner ($\beta = 0.29$, $p = 0.01$), and resided in an urban area ($\beta = 0.35$, $p = 0.01$). Conversely, adherence to the unhealthy pattern was positively associated with mothers who declared themselves as black or brown ($\beta = 0.25$, $p = 0.03$). Our results show that older mothers with higher levels of education and paid work and who live with a partner are more likely to contribute to their children's healthy eating patterns. We conclude that socio-demographic factors may influence the quality of the food offered to children. Nevertheless, advocating for public policies promoting nutritious complementary diets emphasising fresh and minimally processed foods remains crucial for children whose mothers do not possess these favourable socio-demographic characteristics.

Keywords: child nutrition; complementary feeding; dietary pattern; socio-demographic factors; mothers

-
- 1 Nutrition Institute, Rio de Janeiro State University, S.o Francisco Xavier Street, 524, Rio de Janeiro 20550-900, Brazil; emanuelaccosta@gmail.com (E.S.d.C.); deborams@gmail.com (D.M.d.S.); alessanutri@hotmail.com (A.S.D.d.O.).
 - 2 Centro Universitário Serra dos Órg.os, Teresópolis 25964-004, Brazil.
 - 3 Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 21941-598, Brazil; britoalexandre@uol.com.br.
 - 4 Centre for Agroecology, Water and Resilience (CAWR), Coventry University, Coventry CV8 3LG, UK.
 - 5 Centre for Healthcare Research, Coventry University, Coventry CV1 5FB, UK.

1. INTRODUCTION

The first two years of a child's life are a critical period for optimal growth, health, and behavioural development [1]. It is recommended to begin complementary feeding at six months and continue this until 23 months, although breastfeeding may continue beyond this period. Complementary feeding provides essential nutrients when breast milk or formula milk alone is insufficient to meet nutritional requirements [2,3]. The types of foods offered and how they are introduced to children can shape their eating preferences and attitudes towards food [3]. Children with healthy diets are more likely to become adults who are able to make healthier food choices [3,4]. On the other hand, children with unhealthy diets have a higher risk of developing chronic non-communicable diseases, such as obesity, dyslipidaemia, type 2 diabetes, and hypertension [5–7].

In recent years, there has been a significant shift in the dietary patterns of Brazilians. The consumption of fresh or minimally processed foods and culinary ingredients has decreased, while the consumption of ultra-processed foods (UPFs) has increased [8–10]. According to Louzada et al., UPFs accounted for almost 20% of the total energy consumed by the Brazilian population in 2017–2018 [10]. This increase in consumption is not limited to Brazil alone but is also observed worldwide. National surveys indicate that ultra-processed foods account for at least half of the total energy intake in some high-income countries, such as the United Kingdom. In middle-income countries, these foods contribute between one-fifth and one-third of the total energy consumed [11–14]. Studies revealed that the consumption of UPF is often influenced by social and Family environment [2,15,16]. Mothers play an important role in shaping their children's dietary patterns, especially during the first two years of life. They are responsible for food choice, availability, and access, and for the preparation of food in the household [17,18]. The environment that mothers create for their children can either promote healthy dietary patterns or lead to adverse effects on their nutrition, leading to unhealthy dietary behaviours that can increase the risk of excessive weight gain and chronic non-communicable diseases [2,18–20].

Although the importance of nutrition for development in the first two years of life is well documented [1–3], it is important to understand how maternal socio-demographic factors affect children's dietary patterns in the early years of life. We believe that these maternal characteristics influence the quality of the food that is offered to children. This knowledge can inform the development of guidelines or targeted interventions to promote healthy eating habits during childhood. However, few studies have investigated how specific Brazilian maternal socio-demographic factors influence children's dietary patterns [16–21]. This study aims to address this gap by identifying children's dietary patterns and assessing their association with various maternal socio-economic factors.

2. MATERIALS AND METHODS

2.1. Design and Study Population

This is a cross-sectional, nationally representative household-based study using secondary data from the 2019 edition of the Brazilian National Health Survey (PNS 2019).

The survey was conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) in collaboration with the Ministry of Health and educational and research institutions. Data were collected by trained interviewers between August 2019 and March 2020 [9]. The PNS 2019 is a population-based survey that is representative of the population resident in private households in Brazilian territory. It used a complex sample design with three stages. In the first stage, primary sampling units (PSUs), represented by census tracts, were randomly selected from a master file of census tracts stratified by geographical region and urban/rural situation. In the second stage, households were selected from the PSUs.

In the third stage, adult respondents were randomly selected from each household for in-depth interviews [22,23]. The final sample comprised 94,114 households that underwent an interview, yielding a response rate of 93.6% [23].

Sampling weights were defined for the primary sampling units, households, and all their residents. Further details on the sampling procedure, weighting factors, and data collection can be found in previous publications of PNS 2019 [23].

The data collection of the PNS 2019 was based on a questionnaire divided into three sections with different modules (A to Z) to investigate the characteristics of the household and its residents in addition to the collection of individual data on the eligible residents.

Module L of this questionnaire included questions on children under two years of age. It is important to note that the youngest child was selected if there was more than one child under two years of age in the household [8,22,23]. The questionnaire can be found in the Supplementary Material (Table S1).

In this study, we used data from women who reported having given birth between 28 July 2017 and 27 July 2019 and who answered module L questions in the survey about their respective children who were aged 6–23 months. This resulted in 1616 mother–child pairs.

2.2. Study Variables

2.2.1. Dietary Intake

The children's dietary intake was evaluated through closed-ended questions regarding their consumption of specific foods within the past 24 h. Mothers were asked yes-or-no questions about whether their children had consumed various food groups from the morning prior to the data collection until the morning of the assessment. These food groups included non-breast milk or dairy products, fruits or natural juices, vegetables, beans or legumes, meat or eggs, potatoes and tubers, cereals and their derivatives, artificial juices, cookies or cake, sweets, and soft drinks. The frequency of consumption for each food item was then calculated based on the responses provided.

2.2.2. Maternal Socio-Demographic Factors

The following maternal socio-demographic variables were included in the survey: age (years), education (complete elementary school: no education, incomplete elementary school, and complete elementary school; complete secondary school: incomplete secondary school; complete secondary school and incomplete higher education; complete higher education), ethnicity (white; black or brown; east Asian or Indigenous), living with a partner (no/yes), area of residence (urban or rural), paid work (no/yes), and per capita household income, in minimum wages (MW). Variable paid work was defined as any work for which money was paid in the last seven days. Mothers who performed unpaid or voluntary work and those who lived only on income or help from relatives and friends were included in the category of no paid work. Per capita household income was estimated by dividing the total family income by the number of household residents and expressed in minimum wages. In 2019, the minimum wage in Brazil was BRL 998.00.

2.2.3. Other Variables

The questionnaire also included data on maternal lifestyle. Mothers reported whether they had participated in any type of physical activity or sport in the last three months (no/yes) and in smoking: non-smoker, former smoker, and smoker (no/yes). Individuals who answered “former smoker” and “smoker” were considered smokers, regardless of the number of cigarettes, frequency, and/or duration of the smoking. Information about the age of the child in months was extracted from the children’s questionnaire and used as an adjustment variable in the analysis.

2.3. Statistical Analysis

All analyses were performed using the Stata statistical package, version 16.0 (StataCorp LP, College Station, TX, USA), accounting for complex survey design and sampling weights employed using the “svy” command. Categorical variables were presented as relative frequencies (%), while continuous variables were represented as means for continuous variables and their respective 95% confidence intervals (95%CI) for continuous variables.

Subsequently, a descriptive analysis of the relative frequency (%) of consumption related to each food group encompassed within the questionnaire was conducted.

The dietary patterns were obtained by factor analysis extraction using principal component analysis (PCA). The Bartlett test and the Kaiser–Mayer–Olkin (KMO) coefficient were used to verify the applicability of the method [24]. Using Kaiser’s classification for KMO values [25], the following ranges were applied to characterise the levels of acceptance: 0.00 to 0.49 as unacceptable, 0.50 to 0.59 as poor, 0.60 to 0.69 as fair, 0.70 to 0.79 as moderate, 0.80 to 0.89 as meritorious, and 0.90 to 1.00 as a perfect fit. For the Bartlett test, we assumed a type I error rate of 5%. To determine the number of factors, we considered (i) eigenvalues > 1 and (ii) the inflection point of the eigenvalues from the Cattell scree test (scree plot). Varimax orthogonal rotation was used to facilitate the interpretation of the factors. Factor loadings greater than 0.30 were considered to represent dietary patterns.

The total variance explained by each factor was also considered to determine the number of factors to be retained. Cattell’s scree plots and eigenvalues > 1 were also considered for pattern selection. The orthogonal varimax transformation was used to facilitate the interpretation of the factor results. The naming of the identified patterns was based on interpretability and the characteristics of the food groups retained in each pattern. Factor scores were predicted for each child in the study. These scores were calculated by adding the standardised values in each pattern’s z-score for the food groups. A higher score indicates greater adherence to the dietary pattern.

Finally, associations between the children’s factor scores for each dietary pattern identified (dependent variables) and the maternal socio-demographic factors (independent variables) were examined using crude and multiple linear regression models, with associations described using β -coefficients, 95% confidence intervals (95% CI), and p-values (p).

Maternal socio-demographic factors that had a $p < 0.20$ in the crude regression model were included in the multiple linear regression model using a backward stepwise procedure, retaining only those that were statistically significant ($p < 0.05$).

The multicollinearity across independent variables was calculated using a variance inflation factor (VIF) for the estimated linear regression coefficients. Following the criteria established by Johnston et al., VIFs of 2.5 or greater were considered indicative of substantial multicollinearity [26]. The analysis revealed no presence of multicollinearity within the model. Furthermore, the normality of the residuals was confirmed through residual distribution analysis, suggesting an appropriate fit of the model.

2.4. Data Availability

The datasets analysed are freely available on the website of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) at the following URL: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/29540-2013-pesquisa-nacional-de-saude.html?edicao=9177&t=microdados> (accessed on 22 July 2024).

2.5. Ethical Statement

The 2019 edition of the National Health Survey project was submitted to the National Research Ethics Committee/National Health Council and approved in accordance with No. 3.529.376. issued on 23 August 2019. The study was also approved by the Coventry University Ethics Committee (P134794).

3. RESULTS

Table 1 shows the socio-demographic factors of 1616 mothers of children aged 6–23 months. Most mothers identified themselves as black or brown (66.3%), had completed secondary education (42%), and lived in urban areas (82.4%). In addition, 62.1% of the mothers were not employed, and 79.2% lived with a partner. The mean age of the mothers was 29 years old and ranged from 28.4 to 29.6 years.

The majority of children consumed unprocessed and minimally processed foods: fruits or natural juices (84.1%), beans or other legumes (80.1%), and vegetables (77.4%) on the previous day. However, they also consumed UPF; 67.6% of children consumed cookies or cake and 30.8% sweets, candies, or sugary foods. In addition, our results indicate that 74.2% of children consumed at least one UPF on the previous day (Table 2).

Table 1. Maternal socio-demographic factors of children aged 6–23 months. Data from the Brazilian National Health Survey, 2019, Brazil (n = 1616).

	Mean	95%CI	
Mother's age (Years)	28.9	28.4	29.6
Child's age (Months)	14.6	14.0	15.1
	Percentage (%)	95%CI	
Education			
Complete elementary school	39.8	35.2	44.5
Complete secondary school	42.0	37.7	46.4
Complete higher education	18.2	14.7	22.45
Ethnicity			
White	32.7	31.8	34.5
Black or Brown	66.3	64.5	68.8
East Asian or Indigenous	1.1	0.6	1.9
Paid work			
No	37.9	34.3	41.6
Yes	62.1	58.4	65.7
Living with a partner			
No	20.3	16.6	24.7
Yes	79.2	75.3	83.4
Physical activity			
No	74.3	70.1	78.1
Yes	25.7	21.9	29.9
Smoking			
No	92.4	89.9	94.3
Yes	7.6	5.7	10.1
Area of residence			
Urban	82.4	80.6	84.1
Rural	17.6	15.9	19.5
Per capita household income, in minimum wages (MW)	0.93	0.78	1.09

95%CI: 95% confidence interval; Complete elementary school: no education, incomplete elementary school, and complete elementary school; complete secondary school: incomplete secondary school; complete secondary school and incomplete higher education; complete higher education). Minimum wage (MW) value in 2019: BRL 998.00.

Table 2. Frequency (%) of consumption of foods on the previous day among children aged 6–23 months. Data from the Brazilian National Health Survey, 2019, Brazil (n = 1616).

	%	95%CI	
Unprocessed or minimally processed foods			
Fruits or natural juices	84.1	80.6	87.1
Beans or other legumes	80.1	78.7	81.4
Vegetables	77.4	73.7	80.7
Meat or eggs	77.3	75.7	78.7
Cereals and derivatives	75.2	71.3	78.1
Non-breast milk or dairy products	74.1	70.5	77.5
Potatoes and other tubers and roots	62.7	58.2	67.0
Ultra-processed foods (UPFs)			
Cookies or cake	67.6	63.5	71.4
Sweets, candies, or other sugary foods	30.8	25.8	34.5
Artificial juices	23.1	19.1	27.7
Soft drinks	11.9	9.60	14.8
Number of types of UPFs consumed			
0	25.8	22.6	29.4
1	38.1	34.3	42.0
2	18.7	15.7	22.3
3	12.5	9.3	16.4
4	4.9	3.5	6.9

95%CI: 95% confidence interval.

Table 3 presents the assessment of adequacy for the dietary factor analysis, revealing a moderate KMO value of 0.80, with Bartlett results showing a p-value < 0.01, indicating adequacy for factor analysis. The PCA identified two dietary patterns and explained 42% of the total variance in the dietary intake (Table 3). The first pattern, labelled “healthy”, consisted of fruits or natural juices, vegetables, beans or other legumes, meat or eggs, potatoes and other tubers and roots, and cereals and derivatives and was the most representative of the dietary intake of this population, accounting for 22.2% of the total variance. The second pattern, “unhealthy,” included UPFs such as artificial juices, cookies or cake, sweets or other foods with sugar, and soft drinks, and accounted for 19.8% of the total variance (Table 3).

Table 3. Rotated factor loadings for the two dietary patterns identified by factor analysis (principal component) of children aged 6–23 months. Data from the Brazilian National Health Survey (PNS), 2019, Brazil (n = 1616).

Consumed Food	Dietary Pattern		h ² ^a
	Healthy	Unhealthy	
Non-breast milk or dairy products			0.06
Fruits or natural juices	0.41		0.38
Vegetables	0.52		0.62
Beans or other legumes	0.33		0.43
Meat or eggs	0.40		0.55
Potato and other tubers and roots	0.41		0.39
Cereals and derivatives	0.30		0.42
Artificial juices		0.45	0.40
Cookies or cake		0.35	0.39
Sweets, candies, or other sugary foods		0.51	0.54
Soft drinks		0.46	0.43
Eigenvalues	2.96	1.66	
Proportional variance (%)	22.17	19.81	

The items indicated in bold showed a factor loading ≥ 0.3 or ≤ -0.3 ; ^a Commonality: proportion of the variance of each variable explained by the extracted factors. Accumulated variance (%): 41.9; Kaiser–Meyer–Olkin (KMO) value: 0.8; Bartlett’s sphericity test: p-value < 0.01.

Table 4 shows the crude and adjusted associations between maternal socio-demographic factors and children's dietary patterns. In the adjusted linear regression model, adherence to the healthy dietary pattern was higher among children of mothers who were older, had more years of education, reported living with a partner, and resided in an urban area. On the other hand, adherence to the unhealthy pattern was higher among children of mothers who identified themselves as black or brown.

Table 4. Crude and multiple linear regression of dietary patterns with maternal socio-demographic factors among children aged 6–23 months. Data from the Brazilian National Health Survey (PNS), 2019, Brazil (n = 1616).

	Healthy						Unhealthy					
	Crude β	95%CI	<i>p</i>	Multiple ^a β	95%CI	<i>p</i>	Crude β	95%CI	<i>p</i>	Multiple ^a β	95%CI	<i>p</i>
Age (Years)	0.39	0.02	0.06	0.01	0.02	0.01	0.03	0.01	0.01	–	–	–
Education												
Complete elementary	Ref.			Ref.			Ref.			Ref.		
Complete secondary school	0.37	0.39	0.71	0.03	0.38	0.21	0.55	0.01	–0.29	–0.56	0.02	0.10
Complete higher education	0.97	0.66	1.28	0.01	0.49	0.20	0.78	0.01	–0.67	–0.99	–0.36	0.01
Ethnicity												
White	Ref.			Ref.			Ref.			Ref.		
Black or Brown	–0.27	–0.56	–0.07	0.01	–0.18	–0.36	–0.04	0.04	0.46	0.20	0.73	0.01
East Asian or Indigenous	–0.49	–1.48	0.50	0.33	–0.44	–1.02	0.15	0.14	–0.16	–1.20	0.88	0.76
Paid work												
No	Ref.			–			Ref.			–		
Yes	0.44	0.16	0.73	0.01	–	–	–	–	0.11	–0.36	0.25	0.14
Living with a partner												
No	Ref.			Ref.			Ref.			–		
Yes	0.37	–0.07	0.81	0.01	0.29	0.11	0.47	0.01	–0.05	–0.21	0.11	0.57
Physical activity												
No	Ref.			–			Ref.			–		
Yes	0.53	0.25	0.82	0.01	–	–	–	–	–0.01	–0.27	0.25	0.93
Smoking												
No	Ref.			–			Ref.			–		
Yes	–0.35	–0.75	0.06	0.09	–	–	–	–	0.37	–0.01	0.74	0.06
Area of residence												
Rural	Ref.			Ref.			Ref.			–		
Urban	0.45	0.14	0.76	0.01	0.35	0.17	0.52	0.01	0.06	–0.24	0.36	0.67
Per capita household income, in minimum wages (MW)	0.13	–0.02	0.28	0.08	–	–	–	–	–0.12	–0.18	–0.07	0.01

^a The model included the child's age (in months) as a covariate. 95% CI: 95% confidence interval. Significant *p*-values: *p* < 0.05. Complete elementary school: no education, incomplete elementary school, and complete elementary school; complete secondary school: incomplete secondary school; complete secondary school and incomplete higher education; complete higher education). Minimum wage (MW) value in 2019: BRL 998.00. No multicollinearity was observed in the multiple regression analysis.

4. DISCUSSION

This study aimed to identify the dietary patterns of Brazilian children aged 6–23 months and to investigate their association with maternal socio-demographic factors. We hypothesised that distinct dietary patterns would emerge and that these patterns would be associated with specific socio-demographic characteristics of the mothers.

The present study identified two dietary patterns—healthy and unhealthy. The healthy pattern explained the highest proportion of total variance and best represented the dietary intake of Brazilian children under two years of age. This pattern included unprocessed or minimally processed food groups related to fruits, beans or legumes, vegetables, meat or eggs, and non-breast milk. These results suggest that Brazilian children tend to have a healthy dietary pattern that is in line with the dietary guidelines for Brazilian children under 2 years of age [3]. These guidelines recommend the introduction of an appropriate and healthy complementary diet, primarily comprising fresh or minimally processed foods, starting at 6 months of age and alongside continued breastfeeding. [3]. The second pattern, labelled “unhealthy”, was characterised by the consumption of UPF. Evidence from representative studies of 11 countries between 2001 and 2015 shows that the greater inclusion of UPFs in the diet is associated with worse diet quality [27]. These included artificially sweetened drinks, sweets, cookies, and soft drinks. Although most children in the present study followed the healthy pattern, 74.2% of children consumed at least one UPF on the previous day. In line with these findings, data from the first Brazilian National Survey on Child Nutrition (ENANI-2019) revealed a concerning prevalence of UPF consumption among children aged 6–23 months, reaching 80.5% [27]. Cainelli et al. found that 79.4% of children aged between 1 and 2 years consumed some type of UPF and that the consumption of such foods was associated with household socioeconomic and demographic factors [28]. This suggests that mothers with a more stable socioeconomic status are more likely to promote healthier eating habits among their children [28]. These findings are consistent with international and national studies that have reported similar associations [28–30].

These high UPF consumption rates are particularly alarming, given the trend of their early introduction into the complementary feeding of children under two years of age, not only in Brazil but globally. This early exposure to UPFs has been associated with an increased risk of developing dyslipidaemia, overweight, obesity, and other cardiovascular diseases [6,13,29,31–36].

Our results showed a positive association between favourable maternal sociodemographic characteristics and healthy dietary patterns in children on the previous day. Children who had a healthy dietary pattern were more likely to have older mothers with higher levels of education, employment, and who lived with a partner. This suggests that mothers with a more stable socioeconomic status are more likely to promote healthier eating habits among their children. These findings are consistent with both international and national studies that have reported similar associations [6,30,37–41]. For example, Campos et al. highlighted that mothers can positively or negatively influence their children's eating habits and diet quality [42]. In another study, Paramashanti et al. highlight that mothers or caregivers with higher levels of education are likely to be more knowledgeable about child nutrition and health literacy and to better understand the messages conveyed about child nutrition [43]. Similarly, a systematic review by Gutiérrez-Camacho et al. Provides evidence of a positive association between maternal education level, higher household income, and higher maternal age and healthy dietary patterns, and a negative association between these factors and unhealthy dietary patterns [44]. These factors are important in providing access to healthy foods, better quality products, and adequate information on healthy dietary patterns, as highlighted in the dietary guidelines for Brazilian Children under 2 Years of Age [3].

In this study, having a working mother was positively associated with a healthy dietary pattern in children. Controversially, other studies have found that children and adolescents of working mothers consume more UPFs [8,31,45–48]. Cawley and Liu found that working mothers allocated significantly less time to activities such as grocery shopping, cooking, eating, and engaging in playing with their children. Additionally, they were more likely to buy ready-made foods [49]. Several factors could contribute to this disparity.

Firstly, the definition of a “healthy dietary pattern” may vary between studies, leading to differences in interpretation. Secondly, cultural or socioeconomic factors specific to the studied populations may influence dietary behaviours differently. Additionally, individual family dynamics and support systems could play a significant role. While working mothers may have less time for certain activities like grocery shopping and cooking, they might compensate through alternative strategies, such as meal planning, seeking out healthier convenience options, involving other family members in meal preparation, or paying for housekeeping help.

Our findings regarding ethnicity align with the existing literature. Pereira et al. observed a higher likelihood of children consuming UPFs if they were born to a black mother [50]. Similarly, Lacerda et al. found that children aged 6–23 months with White mothers or caregivers had approximately three times the prevalence of adequate nutrition, as measured by minimum dietary diversity without ultra-processed foods, compared with children with black mothers or caregivers [27]. Specifically, the prevalence was 11.2% (95%CI: 7.3–15.1) among children with white mothers or caregivers versus 3.6% (95%CI: 1.7–5.6) among those with black mothers or caregivers [27]. Silva et al. explored food insecurity from an intersectional perspective, highlighting that advancements in education and income in Brazil have not been uniformly distributed, as the black population, especially women, experience social disadvantages [51]. The authors emphasised that it is still necessary to pay attention to the specific dynamics of this group and, in this sense, there is a need to incorporate intersectionality in the development of public policies to combat hunger.

4.1. Limitations

The study has some limitations. Firstly, its cross-sectional design prevents causal relationships from being established. Thus, inherent in the study's design, we analysed associations rather than causality. The reliance on

information about food consumption pertaining only to the day preceding the survey may not accurately represent children's usual consumption. As with all surveys that are based on self-reporting, there is a potential for recall and social desirability bias. However, the use of a large and nationally representative sample with PNS data may have minimised the effect of variability in food consumption [52,53]. Despite its limitations, this study has important strengths. Our results strengthen the current scientific literature by finding two dietary patterns in Brazilian children that are discussed in the dietary guidelines for Brazilian children under 2 years of age. In addition, we have shown that the maternal socio-demographic factors to which the children are exposed may influence these patterns. In this study, we observed a higher likelihood of mothers identifying as black or brown to adhere to the unhealthy dietary pattern, even after controlling for other socio-demographic factors. The discussion of ethnicity in health and nutrition studies is a step forward. However, these associations might have been affected by residual confounding, particularly regarding socioeconomic status variables. Therefore, more studies are still needed to understand ethnic/racial dynamics and their impact on intergenerational health issues.

By using PNS data, the present study delved into the exploration of how specific maternal socio-demographic factors intertwine with children's dietary patterns. Understanding these dynamics could serve as a cornerstone for formulating effective strategies aimed at nurturing good nutrition and fostering healthier dietary behaviours among children in Brazil and, potentially, in other South American countries. Alongside promoting public policies fostering healthy diets rooted on fresh or minimally processed foods among mothers [3], emphasis should be placed on disseminating educational resources, particularly targeting younger mothers with lower education levels.

5. CONCLUSIONS

Our results show that older mothers with higher levels of education, paid work, and living with a partner are more likely to contribute to their children's healthy eating patterns, suggesting that these socio-demographic factors may be more likely to influence healthier eating habits. Accordingly, public policies promoting nutritious complementary diets that emphasise fresh or minimally processed foods should be offered to all mothers from different socioeconomic levels, with the goal of establishing long-term healthy habits and creating pleasant eating patterns in their children while becoming aware of behavioural determinants that favour malnutrition and eating disorders. In addition, monitoring infant feeding practices through population-based surveys is essential to assess changes in nutritional indicators and to explore potential determinants and consequences of dietary choices in this population.

Supplementary Materials: The following supporting information can be downloaded at: <https://www.mdpi.com/article/10.3390/ijerph21080992/s1>, Table S1. PNS 2019 Questionnaire—Module L.

Author Contributions: F.d.S.B.B.: Conceptualisation, Investigation, Methodology, Data Curation, Formal Analysis, Writing—Original Draft, Writing—Review and Editing. E.S.d.C.: Investigation, Methodology, Data Curation, Formal Analysis, Writing—Original Draft, Writing—Review and Editing; A.C.T.R.: Conceptualisation, Investigation, Methodology, Data Curation, Formal Analysis, Writing—Original Draft, Writing—Review and Editing; D.M.d.S.: Writing—Review and Editing. A.d.S.B.: Formal Analysis, Writing—Original Draft, Writing—Review and Editing; A.S.D.d.O.: Writing—Review and Editing; A.R.A.A.: Formal Analysis, Writing—Original Draft, Writing—Review and Editing. All authors have read and agreed to the published version of the manuscript.

Funding: This research received no external funding.

Institutional Review Board Statement: The study was conducted in accordance with the Declaration of Helsinki, and approved by the Ethics Committee of Coventry University (protocol code P134794 and 26 April 2024).

Informed Consent Statement: Informed consent was obtained from all subjects involved in the study.

Data Availability Statement: All data generated or analyzed during this study are included in this article. Further enquiries can be directed to the corresponding author.

Conflicts of Interest: The authors declare no conflicts of interest.

6. REFERENCES

1. WHO Guideline for Complementary Feeding of Infants and Young Children 6–23 Months of Age; Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO; World Health Organization: Geneva, Switzerland, 2023. Available online: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240081864> (accessed on 3 May 2024).
2. Lutter, C.K.; Grummer-Strawn, L.; Rogers, L. Complementary feeding of infants and young children 6 to 23 months of age. *Nutr. Rev.* 2021, 79, 825–846. [CrossRef] [PubMed]
3. Brazil-Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Dietary Guidelines for Brazilian Children under Two Years of Age; Ministério da Saúde: Brasília, Brazil, 2019. Available online: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/dietary_guidelines_brazilian_chhildren_under.pdf (accessed on 3 May 2024).
4. Santos, A.d.A.; da Silva, E.O.; Gabe, K.T.; Leite, M.A. Adequacy of the content on infant feeding on popular websites regarding the recommendations of the Dietary Guidelines for Brazilian children under 2 years of age. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.* 2022, 22, 903–912. [CrossRef]
5. Costa, C.S.; Rauber, F.; Leffa, P.S.; Sangalli, C.N.; Campagnolo, P.D.B.; Vitolo, M.R. Ultra-processed food consumption and its effects on anthropometric and glucose profile: A longitudinal study during childhood. *Nutr. Metab. Cardiovasc. Dis.* 2019, 29, 177–184. [CrossRef] [PubMed]
6. Turer, C.B.; Brady, T.M.; Ferranti, S.D. Obesity, hypertension, and dyslipidemia in childhood are key modifiable antecedents of adult cardiovascular disease: a call to action. *Circulation* 2018, 137, 1256–1259. [CrossRef] [PubMed]
7. Silva, M.A.; Milagres, L.C.; Castro, A.P.P.; Filgueiras, M.D.S.; Rocha, N.P.; Hermsdorff, H.H.M.; Longo, G.Z.; Novaes, J.F. The consumption of ultra-processed products is associated with the best socioeconomic level of the children's families. *Cienc. Saude Coletiva* 2019, 24, 4053–4060. [CrossRef] [PubMed] *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2024, 21, 992 11 of 12
8. Monteiro, C.A.; Cannon, G.; Levy, R.B.; Moubarac, J.-C.; Louzada, M.L.C.; Rauber, F.; Khandpur, N.; Cediel, G.; Neri, D.; Martinez-Steele, E.; et al. Ultra-processed foods: What they are and how to identify them. *Public. Health Nutr.* 2019, 22, 936–941. [CrossRef] [PubMed]
9. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística—IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Informações Sobre Domicílios, Acesso e Utilização dos Serviços de Saúde: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento; IBGE: Rio de Janeiro, Brazil, 2020; 85p. Available online: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101748.pdf> (accessed on 3 May 2024).
10. Louzada, M.L.D.C.; Costa, C.D.S.; Souza, T.N.; Cruz, G.L.D.; Levy, R.B.; Monteiro, C.A. Impact of the consumption of ultraprocessed foods on children, adolescents and adults' health: Scope review. *Cad. Saude Publica* 2022, 37 (Suppl. S1), e00323020. [CrossRef] [PubMed]
11. Louzada, M.L.d.C.; da Cruz, G.L.; Silva, K.A.A.N.; Grassi, A.G.F.; Andrade, G.C.; Rauber, F.; Levy, R.B.; Monteiro, C.A. Consumption of ultra-processed foods in Brazil: Distribution and temporal evolution 2008–

2018. *Rev. Saúde Pública* 2023, 57, 12. [CrossRef] [PubMed]

12. Rauber, F.; Louzada, M.L.D.; Steele, E.M.; Millett, C.; Monteiro, C.A.; Levy, R.B. Ultra-processed food consumption and chronic non-communicable diseases-related dietary nutrient profile in the UK (2008–2014). *Nutrients* 2018, 10, 587. [CrossRef]

13. Marrón-Ponce, J.A.; Flores, M.; Cediel, G.; Monteiro, C.A.; Batis, C. Associations between Consumption of Ultra-Processed Foods and Intake of Nutrients Related to Chronic Non-Communicable Diseases in Mexico. *J. Acad. Nutr. Diet.* 2019, 119, 1852–1865. [CrossRef]

14. Vandevijvere, S.; Jaacks, L.M.; Monteiro, C.A.; Moubarac, J.-C.; Girling-Butcher, M.; Lee, A.C.; Pan, A.; Bentham, J.; Swinburn, B. Global trends in ultraprocessed food and drink product sales and their association with adult body mass index trajectories. *Obes. Rev.* 2019, 20 (Suppl. S2), 10–19. [CrossRef]

15. Kunaratnam, K.; Halaki, M.; Wen, L.M.; Baur, L.A.; Flood, V.M. Mother-child dietary behaviours and their observed associations with socio-demographic factors: Findings from the Healthy Beginnings Trial. *Br. J. Nutr.* 2018, 119, 464–471. [CrossRef]

16. Navarro, P.; Mehegan, J.; Murrin, C.M.; Kelleher, C.C.; Phillips, C.M. Adherence to the Healthy Eating Index-2015 across Generations Is Associated with Birth Outcomes and Weight Status at Age 5 in the Lifeways Cross-Generation Cohort Study. *Nutrients* 2019, 11, 928. [CrossRef] [PubMed]

17. Soares, M.M.; Juvanhil, L.L.; Ribeiro, S.A.V.; Franceschini, S.D.C.C.; Araújo, R.M.A. Prevalence of processed and ultra-processed food intake in Brazilian children (6–24 months) is associated with maternal consumption and breastfeeding practices. *Int. J. Food Sci. Nutr.* 2021, 72, 978–988. [CrossRef] [PubMed]

18. Brito, F.d.S.B.; Lima, F.F.; Adegboye, A.R.A.; Romeiro, A.C.T.; de Oliveira, A.S.D.; Hasselmann, M.H.; da Silva, C.V.C. Maternal sociodemographic factors and their association with ultra-processed foods consumption among children. *J. Public. Health* 2024, 32, 295–301. [CrossRef]

19. Bogue, E.G.; Martins, M.L.B.; Carvalho, W.R.C.; Arruda, S.P.M.; França, A.K.T.C.; Silva, A.A.M. Eating patterns among children aged 13 to 35 months and association with maternal characteristics. *Cad. Saude Publica* 2019, 35, e00072618. [CrossRef]

20. Soares, M.M.; Ribeiro, A.Q.; Pereira, P.F.; Franceschini, S.C.C.; Araújo, R.M.A. Maternal and child characteristics correlated with frequency of consuming ultra-processed food by children aged 6 to 24 months old. *Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.* 2022, 22, 365–373. [CrossRef]

21. Ferreira, S.S.; Marchioni, D.M.L.; Wall, C.R.; Gerritsen, S.; Teixeira, J.A.; Grant, C.C.; Morton, S.M.B.; de Castro, T.G. Prevalence and maternal determinants of early and late introduction of complementary foods: Results from the Growing Up in New Zealand cohort study. *Br. J. Nutr.* 2023, 129, 491–502. [CrossRef]

22. Stopa, S.R.; Szwarcwald, C.L.; de Oliveira, M.M.; Gouvea, E.d.C.D.P.; Vieira, M.L.F.P.; de Freitas, M.P.S.; Sardinha, L.M.V.; Macário, E.M. National Health Survey 2019: History, methods and perspectives. *Epidemiol. Serv. Saude* 2020, 29, e2020315. [CrossRef] [PubMed]

23. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística—IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Ciclos de vida: Brasil/IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento; IBGE: Rio de Janeiro, Brazil, 2021; 139p. Available online: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101846.pdf> (accessed on 3 May 2024).

24. Kaiser, H.F. An index of factor simplicity. *Psychometrika* 1974, 39, 31–36. [CrossRef]

25. Kaiser, H.F. The varimax criterion for analytic rotation in factor analysis. *Psychometrika* 1958, 23, 187–200. [CrossRef]

26. Johnston, R.; Jones, K.; Manley, D. Confounding and collinearity in regression analysis: A cautionary tale and an alternative procedure, illustrated by studies of British voting behaviour. *Qual. Quant.* 2018, 52, 1957–1976. [CrossRef] [PubMed]

27. Monteiro, C.A.; Cannon, G.; Louzada, M.L.C.; Machado, P.P. Ultra-Processed Foods, Diet Quality, and He-

alth Using the NOVA Classification System; Food and Agriculture Organization of the United Nations: Rome, Italy, 2019. Available online: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/5277b379-0acb-4d97-a6a3-602774104629/content> (accessed on 3 May 2024).

28. Lacerda, E.M.d.A.; Bertoni, N.; Alves-Santos, N.H.; Carneiro, L.B.V.; Schincaglia, R.M.; Boccolini, C.S.; de Castro, I.R.R.; dos Anjos, L.A.; Berti, T.L.; Kac, G.; et al. Minimum dietary diversity and consumption of ultra-processed foods among Brazilian children 6–23 months of age. *Cad. Saúde Pública* 2023, 39, e00081422. [CrossRef] [PubMed]

29. Cainelli, E.C.; Gondinho, B.V.C.; Palacio, D.d.C.; de Oliveira, D.B.; Reis, R.A.; Cortellazzi, K.L.; Guerra, L.M.; Cavalcante, D.d.F.B.; Pereira, A.C.; Bulgareli, J.V. Ultra-processed foods consumption among children and associated socioeconomic and demographic factors. *Einstein* 2021, 19, eAO5554. [CrossRef] [PubMed] *Int. J. Environ. Res. Public Health* 2024, 21, 992 12 of 12

30. de Carvalho, R.B.N.; de Carvalho, R.B.N.; Louzada, M.L.d.C.; Louzada, M.L.d.C.; Rauber, F.; Rauber, F.; Levy, R.B.; Levy, R.B. Characteristics associated with dietary patterns in Brazilian children under two years of age. *Rev. Saúde Pública* 2022, 56, 118. [CrossRef]

31. Godinho, A.P.K.; Conceição, A.O.; Rodrigues, E.L.; Siqueira, I.M.B.J.; Taconeli, C.A.; Crispim, S.P.; Dias, M.R.M.G.; Almeida, C.C. Dietary patterns and associated factors of children under two years of age born prematurely. *Rev. Paul. Pediatr.* 2022, 40, e2021177. [CrossRef] [PubMed]

32. Chen, X.; Zhang, Z.; Yang, H.; Qiu, P.; Wang, H.; Wang, F.; Zhao, Q.; Fang, J.; Nie, J. Consumption of ultra-processed foods and health outcomes: A systematic review of epidemiological studies. *Nutr. J.* 2020, 19, 86. [CrossRef] [PubMed]

33. Khandpur, N.; Cediell, G.; Obando, D.A.; Jaime, P.C.; Parra, D.C. Sociodemographic factors associated with the consumption of ultra-processed foods in Colombia. *Rev. Saúde Pública* 2020, 54, 19. [CrossRef] [PubMed]

34. Giesta, J.M.; Zoche, E.; Corrêa, R.S.; Bosa, V.L. Associated factors with early introduction of ultra-processed foods in feeding of children under two years old. *Cienc. Saude Colet.* 2019, 24, 2387–2397. [CrossRef]

35. Hoffman, D.; Leffa, P.; Sangalli, C.; Valmórbida, J.; Rauber, F.; Vitolo, M. Ultra-processed foods consumption and lipid profile in Brazilian children. *Curr. Dev. Nutr.* 2020, 4, 842. [CrossRef]

36. Rauber, F.; Campagnolo, P.; Hoffman, D.; Vitolo, M. Consumption of ultra-processed food products and its effects on children's lipid profiles: A longitudinal study. *Nutr. Metab. Cardiovasc. Dis.* 2015, 25, 116–122. [CrossRef] [PubMed]

37. International Food Policy Research Institute. *Global Nutrition Report 2015: Actions and Accountability to Advance Nutrition and Sustainable Development*; International Food Policy Research Institute: Washington, DC, USA, 2015. [CrossRef]

38. Scaglioni, S.; De Cosmi, V.; Ciappolino, V.; Parazzini, F.; Brambilla, P.; Agostoni, C. Factors Influencing Children's Eating Behaviours. *Nutrients* 2018, 10, 706. [CrossRef] [PubMed]

39. Quezada-Sánchez, A.D.; Shamah-Levy, T.; Mundo-Rosas, V. Socioeconomic characteristics of mothers and their relationship with dietary diversity and food group consumption of their children. *Nutr. Diet. J. Dietit. Assoc. Aust.* 2020, 77, 467–476. [CrossRef] [PubMed]

40. Sato, P.M.; Ulian, M.D.; da Silva Oliveira, M.S.; Cardoso, M.A.; Wells, J.; Devakumar, D.; Lourenço, B.H.; Scagliusi, F.B. Signs and strategies to deal with food insecurity and consumption of ultra-processed foods among Amazonian mothers. *Glob. Public. Health* 2020, 15, 1130–1143. [CrossRef] [PubMed]

41. Gontijo de Castro, T.; Lovell, A.; Santos, L.P.; Jones, B.; Wall, C. Maternal determinants of dietary patterns in infancy and early childhood in the Growing up in New Zealand cohort. *Sci. Rep.* 2023, 13, 22754. [CrossRef]

42. Campos, M.L.B.; Machado, M.M.T.; de Azevedo, D.V.; Silva, K.A. Dietary patterns of obese children: Maternal perceptions and experiences. *Rev. Nutr.* 2017, 30, 197–207. [CrossRef]

43. Paramashanti, B.A.; Huda, T.M.; Alam, A.; Dibley, M.J. Trends and determinants of minimum dietary diversity among children aged 6–23 months a pooled analysis of Indonesia Demographic and Health Surveys from 2007 to 2017. *Public Health Nutr.* 2021, 25, 1956–1967. [CrossRef]
44. Gutiérrez-Camacho, C.; Méndez-Sánchez, L.; Klunder-Klunder, M.; Clark, P.; Denova-Gutiérrez, E. Association between sociodemographic factors and dietary patterns in children under 24 months of age: A systematic review. *Nutrients* 2019, 11, 2006. [CrossRef]
45. Martins, C.A.; Santos Ld Oliveira MFBd Baraldi, L.G. Children Whose Parents Spend More Time Preparing Dinner Eat More Made-from-Scratch Meals. *Dietetics* 2024, 3, 42–51. [CrossRef]
46. Sliwa, S.A.; Must, A.; Peréa, F.; Economos, C.D. Maternal employment, acculturation, and time spent in food-related behaviors among Hispanic mothers in the United States. Evidence from the American Time Use Survey. *Appetite* 2015, 87, 10–19. [CrossRef]
47. Martins, A.P.; Levy, R.B.; Claro, R.M.; Moubarac, J.C.; Monteiro, C.A. Increased contribution of ultra-processed food products in the Brazilian diet (1987–2009). *Rev. Saude Publica* 2013, 47, 656–665. [CrossRef] [PubMed]
48. McIntosh, W.A.; Kubena, K.S.; Tolle, G.; Dean, W.R.; Jan, J.S.; Anding, J. Mothers and meals. The effects of mothers' meal planning and shopping motivations on children's participation in family meals. *Appetite* 2010, 55, 623–628. [CrossRef] [PubMed]
49. Cawley, J.; Liu, F. Maternal employment and childhood obesity: A search for mechanisms in time use data. *Econ. Hum. Biol.* 2012, 10, 352–364. [CrossRef] [PubMed]
50. Pereira, A.M.; Buffarini, R.; Domingues, M.R.; Barros, F.C.L.F.; Silveira, M.F. Ultra-processed food consumption by children from Pelotas Birth Cohort. *Rev. Saúde Pública* 2022, 56, 79. [CrossRef] [PubMed]
51. Da Silva, S.O.; dos Santos, S.M.C.; Gama, C.M.; Coutinho, G.R.; dos Santos, M.E.P.; Silva, N.d.J. The color and gender of hunger: Analysis of food insecurity from an intersectional gaze. *Cad. Saúde Pública* 2022, 38, e00255621. [CrossRef] [PubMed]
52. Carroll, R.J.; Freedman, L.S.; Kipnis, V. Measurement error and dietary intake. *Adv. Exp. Med. Biol.* 1998, 445, 139–145. [CrossRef]
53. Cochran, W.G. Errors of Measurement in Statistics. *Technometrics* 1968, 10, 637–666. [CrossRef] Disclaimer/Publisher's Note: The statements, opinions and data contained in all publications are solely those of the individual author(s) and contributor(s) and not of MDPI and/or the editor(s). MDPI and/or the editor(s) disclaim responsibility for any injury to people or property resulting from any ideas, methods, instructions or products referred to in the content